

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CLÁUDIA GRAZIELA FERREIRA LEMES

DE "MINHOCA A BEIJA-FLOR"
A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA DO SUDOESTE GOIANO
1930-1947

Goiânia
2009

CLÁUDIA GRAZIELA FERREIRA LEMES

**DE "MINHOCA A BEIJA-FLOR"
A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA DO SUDOESTE GOIANO
1930-1947**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Culturas, fronteiras e identidades.

Linha de Pesquisa: Sertão, regionalidades e projetos de integração

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Amélia Garcia Alencar

Goiânia
2009

CLÁUDIA GRAZIELA FERREIRA LEMES

**DE "MINHOCA A BEIJA-FLOR"
A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA DO SUDOESTE GOIANO
1930-1947**

Dissertação defendida no Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás para a obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada em _____ de _____ de _____ pela seguinte Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Maria Amélia Garcia de Alencar - UFG
Presidente da Banca

Prof^a. Dr^a. Joana Maria Pedro - UFSC

Prof^a. Dr^a. Lúcia Helena Rincón Afonso - UCG

Prof^a. Dr^a. Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza - suplente - UFG
Suplente

Goiânia
2009

DEDICATÓRIA

A Rafael e Frederico.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Maria Amélia, pela sua dedicação e confiança em mim.

Aos amigos do Curso de história do Campus Jataí.

E a todos e todas que fizeram esta história.

LISTA DE ABREVIATURAS

FBPF –	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
PCB –	Partido Comunista Brasileiro
PCB - GO –	Partido Comunista de Goiás
PSB –	Partido Socialista Brasileiro
PSD –	Partido Social Democrático
PSP –	Partido Social Progressista
UDN –	União Democrática Nacional

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Instrução pública no Brasil.	49
Tabela 2 –	Publicações femininas nos séculos XIX e XX	58
Tabela 3 –	Atividades profissionais	74
Tabela 4 -	Mulheres eleitas	103

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I - Artigo do Jornal O Liberal.....	115
ANEXO II - Discurso de uma Camponesa.....	116
ANEXO III - Entrevista de Isabel	118

DE "MINHOCA A BEIJA-FLOR" A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA DO SUDOESTE GOIANO 1930-1947

RESUMO

Neste estudo, procuro conhecer as experiências e participação feminina na vida cotidiana e na política de Goiás. O período estudado de 1930 a 1946 em Goiás tem como enfoque freqüente, na bibliografia produzida em e sobre Goiás, a contextualização da história política, centrada nos grupos oligárquicos que dominaram o estado. Quanto ao Sudoeste goiano, este surge na bibliografia já existente como sendo a base política do interventor, nomeado por Getúlio Vargas durante o Movimento de Trinta, Pedro Ludovico Teixeira, que assume o estado com um discurso que representaria a modernização. Construir um novo caminho, lutar por inserção social, por participação e representação política, por direito ao voto, por trabalho igual com igual salário, enfim, buscar direitos, buscar cidadania. Essa foi a luta de inúmeras mulheres a partir do século XIX na Europa e no Brasil, mais intensamente a partir do século XX, tendo o movimento pelo voto como uma das principais bandeiras. Este trabalho buscará analisar os caminhos trilhados pela história da mulher em Goiás, começando pela visão construída pelos viajantes do século XIX, bem como do feminino e sua participação na política, dando uma contribuição à compreensão da história de Goiás, mais precisamente da região sudoeste do Estado, no período de 1930 a 1947, investigando como ocorreram suas experiências políticas, como entraram em contato com a política.

Palavras-chave: Gênero - Política – História das Mulheres - Goiás

ABSTRACT

In this research I perceive the female experiences and their participation on daily and political life of Goiás. The bibliography produced in Goiás and other materials related to the subject, as well as the contextualization of the political history focused on the oligarchic groups that ruled the state during the period that goes from 1930 to 1947 are the fundamental basis of this work. According to the bibliography, the southwestern Goiás was the political base of the appointed governor Pedro Ludovico Teixeira, chosen by President Getúlio Vargas during the “Movimento de Trinta”. Pedro Ludovico takes the state over with a speech that represented modernization. The fight for social participation, political representation, right to vote, equal jobs with equal salaries and the search for citizenship were main points in the struggle of women, starting in nineteenth century in Europe, USA and Brazil, with intensification in the twentieth century. This research analyzes the history of women in Goiás, starting with the vision built by the nineteenth century travelers, as well as the female participation in politics, contributing to the understanding of the history of Goiás. The research focuses on southwestern Goiás, in the period from 1930 to 1947, with the principal goal to investigate women’s political experiences.

Key-words: Gender – politics - Women's History - Goiás

SUMÁRIO

RESUMO.....	06
ABSTRACT.....	07
LISTA DE TABELAS.....	08
LISTA DE ABREVIATURAS	09
LISTA DE ANEXOS.....	10
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 - O OLHAR SOBRE A MULHER GOIANA NA BAGAGEM DOS VIAJANTES DO SÉCULO XIX.....	21
1.1 Os viajantes.....	21
1.2 O olhar do viajante.....	24
1.3 O olhar sobre as mulheres.....	32
1.4 O olhar desatento sobre a sociedade goiana.....	34
CAPÍTULO 2 - A LUTA POR DIREITOS.....	46
2.1 A luta por educação.....	46
2.2 A luta pelo voto.....	55
2.3 A luta por trabalho.....	69
CAPÍTULO 3 - POLÍTICA DE SAIAS.....	76
3.1 Entre o público e o privado.....	77
3.2 A região sudoeste.....	81
3.3 O pós 30 no Sudoeste Goiano.....	87
3.4 Outras Lutas.....	91
3.5 Mulheres para além do voto.....	94
CONCLUSÃO.....	104
REFERÊNCIAS.....	108
ANEXOS.....	114

INTRODUÇÃO

Construir um novo caminho, lutar por inserção social, por participação e representação política, por direito ao voto, por trabalho igual com igual salário, enfim, buscar direitos, buscar cidadania. Essa foi a luta de inúmeras mulheres a partir do século XIX na Europa e no Brasil, mais intensamente a partir do século XX, tendo a luta pelo voto como uma das principais bandeiras. Procurar compreender essa trajetória tem sido o empenho de inúmeras pesquisadoras e pesquisadores de diversas áreas das ciências humanas. Não tem sido fácil esse caminho; a constituição da mulher como sujeito da história é algo muito recente e não são poucos os problemas que se apresentaram após as primeiras pesquisas, os primeiros debates. Mas mesmo isso só se tornou possível graças ao crescimento gradativo tanto dos estudos sobre a história das mulheres como dos gênero. O crescimento dos estudos referentes à história das mulheres e gênero está entre as transformações pelas quais vem passando a história nas últimas décadas, levando a inúmeros questionamentos, como o das universalidades – permitido a descoberta do outro, da alteridade, dos excluídos da história, dentre eles as mulheres (MATOS, 2000, p.9).

A historiografia tem, ao longo do tempo, tratado a mulher através de estereótipos: sacrificada, submissa sexual, passiva, dentre outros. Desde o momento em que a história se firma como uma disciplina científica no século XIX, o lugar dado à mulher parte das representações de quem produzia a história, ou seja, dos homens na sua totalidade. Já no início do século XX, a família e sua origem entram em cena, mas não a questão do feminino, da mulher, e sim a do patriarcado, muito mais como questão antropológica.

Nos anos 30, com a *Escola dos Annales*, iniciam-se os estudos que levaram ao predomínio do social e econômico, voltados para o conhecimento da trama do cotidiano dos seres históricos concretos, mas sem considerar, ainda, a dimensão do feminino. É certamente a partir dos anos 60, com a onda dos movimentos

feministas, que se tem o ponto de partida para o campo que ficará conhecido como *História das Mulheres*.

Sobre isso Scott afirma que:

[...] a origem do campo na década de 60, quando as ativistas feministas reivindicam uma história que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, e também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação. Foi dito que as feministas acadêmicas responderam ao chamado de “sua” história e dirigiram sua erudição para uma atividade política mais ampla (SCOTT 1992, p. 64).

Dessa forma, novas questões foram sendo colocadas por pesquisadoras e pesquisadores, descobrindo-se novas fontes, novos métodos e categorias de análise. A partir de então, colocou-se em debate, através do aumento de artigos e monografias, o papel da família, da sexualidade e das mulheres, o que evidentemente levou ao surgimento de discussões e controvérsias sobre o tema, ampliando a possibilidade do diálogo com outras áreas do conhecimento – como a Literatura, a Linguística, a Psicanálise, a Antropologia e a Sociologia – e o aumento da documentação legitimando esse novo campo.

Será através da *Nouvelle Histoire* e com a *História das Mentalidades* que, segundo Del Priore, se voltam as pesquisas sobre o popular, gerando uma abertura para se falar sobre a figura da mulher. Essa abertura, segundo a autora, terá duas grandes preocupações: (i) “Fazer emergir a mulher no cenário de uma história pouco preocupada com as diferenças sexuais; (ii) demonstrar a exploração, a opressão e a dominação que vitimava as mulheres” (Del Priori, 1989 p. 13). Incluía-se, ainda, a história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada.

Para Del Priore, os trabalhos nessa linha levaram a história das mulheres para um ostracismo intelectual e para estudos circulares sem influência na disciplina histórica, já que sempre se utilizavam do ponto de vista da dominação masculina *versus* a opressão feminina. Por esse caminho, o que se percebe é a busca de uma identidade universal para as mulheres, sem ater-se às diferenças, à fragmentação (de classe, raça e sexualidade) que poderiam produzir-se no/para o estudo da história das mulheres.

Essa narrativa ocorre por ser desenvolvida a partir do movimento feminista, de uma luta que é política. Para Scott :

[...] a narrativa necessita de alguma reflexão crítica, não por ser tão simples, mas também porque representa mal a história da história das mulheres e seu relacionamento, tanto com a política, quanto com a disciplina da história. A história deste campo não requer somente uma narrativa linear, mas um relato mais complexo, que leve em conta, ao mesmo tempo, a posição variável das mulheres na história, o movimento feminista e a disciplina da história (SCOTT, 1992, p. 65).

Dessa forma, a visão inicial, tanto dos estudos acadêmicos quanto do movimento feminista, era de uma identidade única para as mulheres, que, no decorrer de novos estudos, levou a uma identidade múltipla, sendo agora mais um problema a ser analisado pela história das mulheres. Outras historiadoras, entre elas Michelle Perrot (1998) e Arlette Farge (1994), vão além do domínio público e do feminismo e buscam, no fazer cotidiano das mulheres e nos locais onde se situam, para voltar o falar para o forno, o mercado, a casa. Emergindo, assim, o conhecimento da casa, do casamento, do nascimento e do privado, das mulheres nos espaços públicos das cidades, do trabalho, da política, da guerra.

Para Michelle Perrot:

Subsistem, no entanto, muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História, este relato que, por muito tempo, "esqueceu" as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento (PERROT, 1998, p. 9).

É sobre as mulheres que, conforme Perrot (1998), o silêncio pesa mais e, para isso, ela aponta três razões principais. A primeira delas é a *invisibilidade*. Os espaços públicos são os que mereciam mais interesse e relato e, na maioria das sociedades, a presença feminina nos espaços públicos é limitada, restringindo-se à casa e à família, sendo pouco vistas, afirma Perrot. As fontes silenciam sobre as mulheres – temos aí a segunda razão, o *silêncio das fontes*, pois, pelo fato de o acesso das mulheres à escola acontecer tardiamente, há poucos relatos escritos ou materiais. Assim, tem-se a terceira razão, o *silêncio do relato*, já que desde os primeiros relatos feitos por gregos e romanos, tem-se tratado do espaço público, das guerras, reinados e dos homens públicos; na Idade Média, os relatos são sobre os santos, mais santos do que sobre santas.

O silêncio das mulheres, o silêncio da história, vai sendo gradativamente rompido, na busca dos arquivos, principalmente os particulares, com suas correspondências ou diários pessoais, já que os públicos cuidam muito da vida dos

grandes homens da política e da ciência: “O volume e a natureza das fontes das mulheres e sobre as mulheres variam conseqüentemente ao longo do tempo. Eles são por si mesmos índices de sua presença e sinal de uma tomada da palavra que se amplia e faz recuar o silêncio” (PERROT, 1998, p. 13).

Ao romper esse silêncio, o que havia se iniciado como história das mulheres tornar-se, mais especificamente, uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade, é a questão do Gênero (PERROT, 2007, p.15). Esse termo foi utilizado, inicialmente, por aqueles que defendiam que o estudo da história das mulheres iria modificar substancialmente os paradigmas da disciplina História por possibilitar a revisão de termos e por propor novos temas, não só para a história das mulheres, mas para a História. Enfim, gênero passaria a ser uma categoria de análise, o termo seria utilizado para estabelecer relações entre raça, classe, poder. Assim, caminhamos da história das mulheres para algo mais amplo, aumentando as possibilidades de estudo, ou seja, chegamos à categoria do Gênero.

Inicialmente, as feministas americanas utilizavam o termo para marcar o caráter “fundamentalmente social” das diferenças estabelecidas através do sexo. Soihet (1997) salienta que o gênero se torna uma maneira de indicar as “construções sociais”, estabelecendo os papéis próprios dos homens e das mulheres. Ou seja, para a autora, falar de gênero é falar da relação entre homens e mulheres, não só de mulheres ou de homens isoladamente.

Na verdade, muitos historiadores utilizam o termo apenas com relação às mulheres, não o integrando com outros possíveis estudos sobre homens e mulheres. Para Houbre (apud SALOMON, 2004, p.136), gênero se apresenta como um conceito que “trata da construção social e cultural dos sexos, das identidades sexuais”. Independente do posicionamento teórico, todas essas historiadoras buscam conhecer e reconstruir a trajetória concreta das mulheres na sociedade, postura na qual me situo discursiva e teoricamente.

O Brasil não ficou alheio a todo esse embate teórico. A história das mulheres foi reconhecida aqui por meio dos estudos pioneiros de Maria Beatriz Nizza da Silva, Mirian Moreira Leite e Maria Odila Silva Dias. Mais recentemente temos Mary Del Priore, Rachel Soihet, Joana Maria Pedro, Lúcia Avelar, Margareth Rago, Suely Kofes e tantas outras. O trabalho dessas historiadoras foi e ainda é árduo. Passamos por uma profunda transformação no campo do conhecimento, os arquivos ainda estão à espera de olhares reveladores.

Mesmo as mulheres estando presentes desde o início da colonização e tendo participado da pesada tarefa de lutar contra as condições precárias da colônia, elas não foram vistas pela historiografia. Eram, em sua quase totalidade, analfabetas e subordinadas social e juridicamente aos pais e maridos. Não podiam ocupar cargos eclesiásticos ou administrativos. Essa invisibilidade era apenas parcial: as mulheres não eram vistas pelas instituições, mas participavam da construção da sociedade “sem qualquer neutralidade”, como afirma Del Priore (1993).

Os estudos das pioneiras da história das mulheres no Brasil vão mostrar que, segundo Del Priore:

[...] isto era apenas mera aparência, pois, tanto na sua vida familiar, quanto no mundo do trabalho, as mulheres souberam estabelecer formas de sociabilidade e de solidariedade que funcionavam, em diversas situações, como uma rede de conexões capazes de reforçar seu poder individual ou de grupo, pessoal ou comunitário (DEL PRIORE,2000, p. 10).

Esse quadro de exclusão da vida pública e institucional vai permanecer até as primeiras décadas do século XX, quando em várias regiões do país as mulheres começam a lutar pelo direito ao voto e pela participação política.

O aumento de artigos e dissertações monta, gradativamente, um quadro sobre a história da mulher no Brasil. Pode-se afirmar que um dos grandes responsáveis pela construção dessa imagem e desse papel desempenhado pelas mulheres na história do Brasil Colônia foi Gilberto Freyre. Em *Casa Grande & Senzala* (1973) o autor provocou uma série de debates sobre a submissão feminina e o caráter patriarcal da família brasileira, além da submissão sexual das escravas. Enfim, ele abriu caminho para análises nessa ordem e, talvez por isso, tenha sido submetido a críticas tão negativas – muitas delas procedentes – como a da visão generalizadora sobre a família, as mulheres e a cultura brasileira. Nesse sentido, Maria Izilda Matos observa que:

O processo de emergência do tema, tanto na produção historiográfica como em outras áreas, privilegiou nos anos 70, entre outras questões, a do *trabalho feminino*, em particular, o trabalho fabril. É indiscutível a maior visibilidade do trabalho, por seu papel fundamental para a sobrevivência e pelo fato de ocupar grande parte da vida cotidiana e o seu papel nas plataformas feministas (MATOS,2000, p. 13).

Ao longo da década de oitenta, vão surgindo inúmeros autores em busca de novos enfoques, novas abordagens, novas fontes, como Ronaldo Vainfas (com *História e Sexualidade no Brasil, 1986*), que apresentam textos sobre a sexualidade e personagens femininos. D'Incao, com *Amor e família no Brasil, 1989* e o livro *História das mulheres no Brasil, (DEL PRIORE,1997)*, tratam dessa temática situando-a no período colonial até os anos 90. Todos receberam influência das produções e dos autores estrangeiros. Nesse momento, além da temática do trabalho, grande parte da produção vai demonstrar as estratégias e resistências criadas e recriadas pelas mulheres no cotidiano, bem como sua capacidade de explorar as inconsistências dos sistemas sociais e políticos para encontrar brechas (MATOS, 2000). Caberá às próprias mulheres encontrarem novas formulações teóricas, para concederem a si mesmas um novo estatuto. Margareth Rago afirma que:

As mulheres reivindicam a construção de uma nova linguagem, que revele a marca específica do olhar e da experiência cultural e historicamente constituída de si mesmas. Mais do que a inclusão das mulheres no discurso histórico, trata-se, então, de encontrar as categorias adequadas para conhecer os mundos femininos, para falar das práticas das mulheres no passado e no presente e para propor novas possíveis interpretações inimagináveis na ótica masculina (RAGO,1998, p. 92).

Nesse sentido, proponho, neste estudo, conhecer as experiências, a participação feminina na vida cotidiana e na política de Goiás. Em Goiás, o período estudado (1930-1947) tem como enfoque frequente a contextualização da história política, centrada nos grupos oligárquicos que dominaram o estado. Quanto ao Sudoeste, este surge como sendo a base política do interventor, nomeado por Getúlio Vargas durante o Movimento de Trinta, Pedro Ludovico Teixeira, que assume Goiás com um discurso que representaria a modernização. Chaul dedica – se a tratar dos aspectos econômicos e políticos, atrelados na busca de uma explicação para os caminhos de Goiás, como afirma:

Viajantes e governadores, intelectuais e políticos, e mesmo o senso comum, viam na precariedade das estradas, na falta de incentivos de toda ordem do governo real, no estado de extrema pobreza ou excessiva miséria, os símbolos básicos capazes de resumir a transição da fase mineradora para a agropecuária. [...] A República Velha aqui toma a forma do atraso, como representação sinônima da decadência, sobre a qual será construída uma interpretação histórica, a ser questionada (CHAUL,2002, p. 27).

Sandes afirma que a crise da mineração assume dimensão de problema geral para todo o século XIX, e vai além:

O tempo é dominado pelo discurso da crise. Como datar um movimento de tão longa duração? Não há movimento: a crise do ouro, instalada em meados do século XVIII, encobre todo o campo de experiências. Como exceção, formam-se “ilhas de história”: Goiás e a organização da cidade, Pirenópolis e seu comendador e outros nomes ilustres em tantas vilas. Depois, coronéis e Goiânia. Finalmente, o desafio: encontrar outro fio, narrativas, problemas e tecer, sem cessão ao localismo, uma outra trama (SANDES, 2001, p. 23).

Encontrar outro fio, tecer outras tramas, é um desafio. Criar pontes, ligações entre as “ilhas de história” que compõem a base da historiografia goiana, a qual Sandes (2001) afirma existir principalmente no século XIX, é uma tarefa que aos poucos vai produzindo um quadro mais nítido do período. Nesse contexto, as relações de gênero e as mulheres não têm tido voz, como afirma Perrot (1998). A historiografia goiana a esse respeito é quase uma zona muda, um oceano de silêncio.

As primeiras tentativas de se fazer ouvir as mulheres, de colocá-las nos acontecimentos, são recentes na historiografia goiana, a maioria das pesquisas data do final dos anos noventa. As tentativas anteriores de abordagem do tema são bastante tímidas, ligadas à área da Arte. Os trabalhos dizem respeito a outros temas, as mulheres surgem como coadjuvantes. Nessa área, as citações e observações se referem a mulheres que se destacaram de alguma forma no cenário da antiga capital de Goiás, na música e na literatura. Será nos anos oitenta que surgem outros estudos, como os de Célia Coutinho Britto, com o livro *A mulher, a história e Goiás*, e artigos como o de Heloisa Capel: “Símbolos do despertar da mulher goiana”, publicado na Revista Teoria e Praxis, em 1991. Nos últimos anos, as pesquisas e trabalhos sobre a história das mulheres goianas têm se intensificado, com os trabalhos de Paulo Ribeiro, Thiago Santa’Anna, Margarida Maria da Silva Corrêa e Suely Kofes, entre outros.

As tramas citadas por Sandes (2001) acompanham as narrativas sobre a mineração, sobre a dita decadência, fazendo uso dos relatos dos viajantes, do coronelismo e, depois, da transferência da capital. Chaul complementa que:

Para a primeira geração de historiadores, era necessário descobrir Goiás e os primeiros estudos de cunho acadêmico foram elaborados nesse campo.

Era preciso desvendar o Goiás Colonial, sua vida administrativa, sua economia, sua política, o ouro e a vida goiana no século XVIII, os índios, os bandeirantes, a colonização, a miscigenação [...] Havia um começo, mas um começo problemático, já que o salto sobre o Império criava uma espécie de buraco negro difícil de ser superado pelas gerações posteriores (CHAUL 2001, p. 11).

Ao tratarmos da história das mulheres goianas no século XIX, percebemos como os discursos feitos pelos viajantes sobre elas marcaram a historiografia do período. Os viajantes, que tiveram liberdade para entrar no Brasil, a partir da transferência da Família Real, compuseram um quadro pouco lisonjeiro sobre as mulheres, descrevendo-as como seres submissos, passivas, incultas e reclusas. No entanto, ora os autores goianos aceitam esse discurso na sua totalidade ora o rejeitam. Mas o que seriam esses relatos? Uma verdade incontestável ou apenas mais um olhar sobre uma sociedade que se transformava à sua maneira? Seriam as mulheres goianas do século XIX tudo que disseram delas, tanto elogiosamente como o contrário? A importância desses relatos é inegável, como mostraremos adiante, mas não cabe aqui atribuir juízo de valor. Refletem, como uma fonte de pesquisa, a visão de mundo de seus autores que, em sua maioria, estiveram em Goiás no século XIX, como viajantes, estabelecendo-se nas vilas e povoados o tempo necessário apenas para se abastecerem de víveres ou despacharem os objetos e plantas coletados em suas pesquisas. Vistos dessa forma, são um importante instrumento para a compreensão de Goiás e das mulheres desse período.

Na historiografia regional não encontramos temas relacionados à participação feminina na política ou sobre a história das mulheres dentro da visão que tem tomado corpo atualmente. O que é comum é a reprodução de uma visão universalizante, mecânica, sobre o papel da mulher na história, como a de Abreu :

Cunha Mattos (1979), descrevendo a província de Goiás do século XIX, afirma que as mulheres goianas raramente eram vistas em público ou se dirigindo a estranhos. A timidez e o acanhamento, conseqüências naturais de sua submissão e obediência, eram tidos como ideais de virtude e feminilidade. De origem rural, a família goiana manterá sobre as mulheres um rígido controle, e a autoridade patriarcal será inquestionável no ambiente doméstico (ABREU,2003, p. 2).

Portanto, este trabalho buscará analisar os caminhos que a mulher em Goiás percorreu em sua história, começando pela visão construída pelos viajantes

do século XIX, a respeito do feminino, chegando à sua participação na política, dando assim uma contribuição à compreensão da história de Goiás. Através desta pesquisa pretendo estudar a participação política das mulheres em Goiás, mais precisamente na região sudoeste do Estado, no período de 1930 a 1947, investigando como ocorreram suas experiências políticas, como entraram em contato com a política e os partidos aos quais se filiaram. O período escolhido diz respeito a um momento de grandes transformações e rupturas na política brasileira, como as provocadas pela Revolução de 30, período de grande impacto sobre a participação feminina na política, e no próprio movimento feminino, com a conquista de novos direitos de participação na esfera pública, entre eles o direito ao voto e o de ser votada. Soihet referindo-se a este deste momento e à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, diz que estes representaram a nova corrente de idéias que contribuiria para modificar o país, a partir de 1930, e nesse sentido, acreditava-se na interação entre a ascensão feminina e o progresso do país (SOIHET, 2006, p.128). Essas correntes de idéias não se limitaram às regiões mais urbanizadas do Brasil, mas alcançaram estados como Goiás, o que possibilitou às mulheres goianas pela primeira vez se filiarem e a postularem cargos públicos.

Para que os objetivos desta pesquisa sejam alcançados, trabalhei com a estrutura de três capítulos, sendo que o Capítulo 1, “O olhar sobre a mulher goiana na bagagem dos viajantes do século XIX”, consiste na identificação dos viajantes que percorreram Goiás no início do século XIX, seus discursos sobre a Província e os discursos que elaboraram sobre as mulheres goianas. Procuo demonstrar que mesmo quando descrevem as mulheres em Goiás como reclusas, preguiçosas, pouco interessantes para os homens, eles trazem junto outras falas que desconstroem essa mesma visão, deixando perceber, aos poucos, quão estereotipadas e exageradas são essas opiniões.

O Capítulo 2 intitulado “A luta por direitos” concentra-se nas lutas empreendidas pelas mulheres no final do século XIX e início do século XX por direito à educação, ao voto e ao trabalho, a maneira como se organizam ou não, o uso da imprensa como instrumento de denúncia e reivindicações. Mais especificamente a luta pelo voto, que com o uso da imprensa, será intensa, por parte das mulheres que participaram do movimento por este direito.

O Capítulo 3, “Políticas de Saias”, consiste na análise do quadro político de Goiás, em especial do Sudoeste Goiano, e da participação das mulheres na política,

em um partido de esquerda, e suas candidaturas a cargos eletivos, nas primeiras eleições após o fim do governo Vargas em 1945 e 1947. Procuo analisar a trajetória das primeiras mulheres das cidades de Jataí e Rio Verde, as duas principais cidades da região, que se filiaram a partidos políticos, em especial ao Partido Comunista.

CAPÍTULO 1

O OLHAR SOBRE A MULHER GOIANA NA BAGAGEM DOS VIAJANTES DO SÉCULO XIX

Para compreender Goiás e sua história torna-se indispensável recorrer aos primeiros viajantes que aqui estiveram. Cada um, à sua maneira, lançou um olhar sobre a paisagem, sobre as gentes que aqui habitavam e sobre seus modos.

Neste capítulo, procuro “esquadrinhar” o olhar lançado por esses viajantes, perseguindo seus comentários, as descrições, mais especificamente as que se referem às mulheres que encontraram pelos caminhos, povoados e fazendas.

1.1 Os viajantes

Cabe conceituar os viajantes, pois por aqui passaram homens e mulheres com todos os tipos de atividades e objetivos. Vieram, passaram e chegaram a viver por breves períodos missionários, militares, estrangeiros e brasileiros. Poderiam todos serem considerados viajantes?

Para os dicionaristas, como Houaiss e Villar (2005), viajante é aquele que viaja. Já para José Mindlin a noção de viajante não é muito precisa quanto se refere ao Brasil; as intenções de cada um, a nacionalidade, o tempo de permanência foram muito diferentes, mas ele conclui que todos que produziram relatos que deram a Europa uma visão do novo mundo, através de uma experiência própria e fazem parte dos livros de viagens, são viajantes. (MINDLIN, 199, p.35,36). Sendo assim, era preciso ver o mundo para concebê-lo, era necessário se deslocar, era necessário narrar o visto, o vivido. Para Vainfas (2002), os viajantes do século XIX viabilizaram a difusão do conhecimento sobre o Brasil, sobretudo no campo das ciências. Nessas definições, os homens do século XIX, herdeiros do Iluminismo, colocam-se em movimento, pesquisando, coletando e relatando. Ainda para Vainfas (2002), científicas ou não, as narrativas descrevem as relações entre senhores e escravos, as transformações nas cidades e na economia, emitindo juízos nem

sempre nítidos e muitas vezes preconceituosos sobre as sociedades e regiões visitadas.

Mas, como as palavras isoladas são esvaziadas de sentido, não cabe aqui falar delas somente sob a ótica dicionarizante. Vemos os viajantes que percorreram Goiás no século XIX como pessoas que estavam descobrindo outro mundo, até então pouco conhecido do olhar europeu. Havia uma grande incógnita por parte dos europeus do que realmente havia e ocorria nas colônias portuguesas. Esse desconhecimento se devia principalmente aos entraves colocados pela Coroa Portuguesa para que os pesquisadores não ligados a Portugal tivessem acesso aos seus territórios¹. Essa situação só começa a se alterar a partir de 1808, com a transferência da Família Real para o Brasil, que, de imediato promove a abertura dos portos às nações amigas de Portugal². Com esse decreto, assinado por D. João, o Brasil pôde tornar-se o destino de vários pesquisadores, cientistas, exploradores, enfim, viajantes com os mais variados interesses e destinos.

Esses, então, não são considerados viajantes que querem conquistar territórios e povos, mas sim aqueles que procuram conhecer cada detalhe das terras por onde andam, cada particularidade dos rios, montanhas, fauna, flora e minerais. A ciência será a grande responsável por eles, ao mesmo tempo em que os relatos produzidos por esses viajantes se unem à descrição científica e à aventura – o que se tornaria crônica.

Os relatos de viagens que temos sobre o Brasil no século XIX são resultado de uma nova concepção de ciência, gestada durante o século XVIII, o Século das Luzes, que lançou as bases para um conceito de ciência, e esta se tornaria, assim, cada vez mais laica.

A observação e a exploração sistemática da natureza, a forma de realizar a pesquisa e organizar os dados coletados, foram propostas ainda no XVIII, por Lineu

¹ A intenção da Coroa portuguesa era controlar todas as informações sobre suas colônias. Lorelai Cury lembra que “durante boa parte do período colonial as viagens para conhecimento da natureza brasileira foram realizadas por pessoas com pouca ou nenhuma especialização propriamente científica. Militares, funcionários metropolitanos e eclesiásticos em missão coletavam informações, que muitas vezes permaneceram manuscritas e não chegaram até nós. A relativa escassez de relatos de viajantes sobre a América portuguesa se explica igualmente pelo zelo de Portugal em tentar conservar sua colônia longe da cobiça das potências rivais. Nada que pudesse conter informações úteis sobre o Brasil podia ser publicado. Por exemplo, a obra *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, do jesuíta João Antonio Andreoni (Antonil), publicada em 1711, foi recolhida e queimada no mesmo ano, pois as autoridades temiam que as informações do livro servissem às nações estrangeiras” (Disponível em: <<http://catalogos.bn.br/redememoria/viacientifica>>. Acesso em: 16 abr. 2008.).

² Primeira Carta Régia promulgada por D. João, príncipe regente de Portugal, em 28 de janeiro de 1808, em Salvador, quatro dias após sua chegada ao Brasil.

(1707-1778), conhecido como sistema de Lineu – um método que passou a ser gradativamente usado pela maioria dos cientistas e viajantes ao longo do século XIX até os dias atuais. Mesmo com todas as mudanças propiciadas pelo Iluminismo, a maioria das viagens realizadas e seus relatos vão se deter no espantoso, no curioso, naquilo que pode ser útil, explorável.

A ciência, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, se nutrirá das novas concepções de mundo e de suas representações, marcadas por inúmeras descobertas. Desde então, se crê que tudo no mundo era passível de mensuração, ordenamento, classificação. Olhar, ver, descobrir um mundo já descoberto, porém novo, pouco visitado, na medida em que não havia sido investigado pelos novos parâmetros científicos, gerava a vontade pelo conhecimento e pelo ordenamento, pela apropriação do espaço e da natureza e de tudo que ela possui. Surgem, então, as coleções de plantas, de minerais, entomológicas ou paleontológicas.

Lorelai Kury afirma haver dois grandes eixos temáticos que guiavam a maioria dos viajantes:

As pesquisas dos naturalistas-viajantes seguiram dois grandes eixos temáticos e interpretativos: a descrição pormenorizada de espécimens e fenômenos particulares e a visão de conjunto das populações e da natureza. Por um lado, os estudos dos viajantes-naturalistas buscavam dar um tipo de tratamento aos espécimens que coletavam e observavam que tinha por base o desvendamento de suas partes componentes, a fim de inseri-los em uma ordem universal. Um viajante que chegasse em um lugar que nunca tinha visto antes deveria ser capaz de reconhecer os seres ali existentes, por meio de comparações morfológicas com as espécies que já lhe eram familiares. Com relação às plantas, por exemplo, os livros científicos de viagem contêm descrições pormenorizadas de todos os detalhes de cada vegetal, operação necessária para a classificação da espécie em um gênero, que por sua vez se inscreveria em uma família, e assim por diante. Por outro lado, as observações dos viajantes-naturalistas buscavam compreender o conjunto dos seres e fenômenos observados, realizando um tipo de conhecimento que está na origem dos saberes ecológicos atuais. Na época, a interação dos animais e plantas com o ambiente chamava-se de “economia da natureza” (2008, s/p).

Movidos seja pela descrição pormenorizada de espécimes e fenômenos particulares, seja pela visão de conjunto das populações ou da natureza, alguns nomes se destacam entre os vários que se dirigiram para o Brasil no século XIX: Karl Frederic Von Martius (1817-1820), Augustin François de Saint-Hilaire (1816-1822), Georg Heinrich von Langsdorff, Alfred Wallace, Maximilian Alexander Philip

de Wied-Neuwied (1815-1817), Burchel (1825-1830), Castelnau (1843-1847), Gardener (1836-1841), Johann Emanuel Pohl (1817-1821), entre tantos outros.

Aqui nos interessa os que percorreram a província de Goiás e, dentre eles, os que se dedicaram a relatar algo mais do que a paisagem, detendo-se nos hábitos e aspectos do cotidiano da população. Nesse sentido, Saint-Hilaire e Johann Emanuel Pohl são de grande importância para se compreender a província de Goiás nas primeiras décadas do século XIX.

É necessário ressaltar que qualquer um desses viajantes – independente dos motivos da viagem ou mesmo dos Institutos de pesquisa que as financiavam³ vão, ao longo de suas narrativas, fazendo considerações e observações, carregadas de juízo de valor, com um olhar a partir de outra realidade, européia, equidistante deste mundo que se descortinava à sua frente.

Dos que viajaram pela província de Goiás, todos tinham formação superior e vinham de uma Europa transformada pela Revolução Industrial, urbanizada, ansiosa por conhecer o que ainda restava a se conhecer do Novo Mundo: o Brasil.

Independente disto, a riqueza de detalhes nas observações sobre a natureza, a população, seu cotidiano, suas festas religiosas, a descrição da imagem do espaço urbano, são de inestimável contribuição à história do Brasil e em especial à de Goiás, são páginas preciosas de uma história que nos diz respeito.

1.2 O olhar do viajante

Teriam os viajantes do século XIX uma percepção diferente quanto ao que encontrariam nos sertões do Brasil? Sendo homens da Ciência, vieram com um olhar diferente daqueles que primeiro chegaram ao Brasil para viver no novo Continente.

Após semanas no mar, a visão da paisagem do “Novo Mundo”, deslumbrante, cheia de vida, cores e sons, levava os viajantes às fantasias e aos delírios. Uma natureza que encanta e atrai pelo excesso, pela abundância, mas

³ Saint-Hilaire não viajava individualmente. Seu relatório de viagem foi apresentado à Academia Real das ciências de França e junto com ele veio ao Brasil o zoólogo Delalande, que ficou pouco tempo, fazendo apenas viagens próximas ao RJ. Burchell, Pohl, Gardner, fizeram viagens individuais, já Castelnau, Spix e Martius faziam parte de comissão científica.

causa medo, aterroriza pelo que representa de desconhecido, de selvagem, pelo clima tropical, pela suposta crença na ausência de leis e normas morais.

Del Priore afirma que, para a maior parte dos viajantes dos primeiros séculos das grandes navegações, a terra era a mesma de um lado e de outro do mundo. Portanto, o Novo Mundo físico não passaria de um prolongamento do Antigo, e acabariam por encontrar aqui as mesmas pedras, árvores, climas e plantas. Nas palavras da autora :

Os primeiros “descobridores”, quer se tratasse dos portugueses na África ou nas Índias, dos espanhóis, franceses ou italianos na América, todos obedeciam a uma tendência natural do espírito humano, que consiste em trazer o desconhecido para o conhecido. Diante do novo, ele tende a pegar-se aos raros elementos que lhe permitem evocar realidades familiares. Faz-se referência ao que se conhece pessoalmente ou indiretamente, pelos textos de outrem. Assim, as realidades raramente são descritas por si mesmas, mas em termos de semelhanças ou diferenças, quer dizer, comparação (Del Priore,2000, p.79).

Inicialmente, a ocupação e colonização do Brasil se dariam quase que exclusivamente no litoral, depois os primeiros colonos iniciam uma jornada para o sul, em busca de índios. Eles se voltam para as missões⁴ jesuíticas, estabelecidas desde as últimas décadas do século XVI, mais densas de população indígena, ao mesmo tempo em que percorriam o norte e o leste em suas expedições para a escravização indígena; além de índios, retornam muitas vezes com pequenas quantidades de ouro das lavras de veio de rio (ouro de aluvião), o que acabará formando as lendas sobre grandes minas de ouro (PALACIN, 1979). A chegada a Goiás dar-se-á no início do século XVIII em busca dos mesmos tesouros: índios, ouro e diamantes, sendo o território incorporado à história definitivamente pelo signo do ouro (idem, p. 21). Como parte da Capitania de São Paulo, Goiás vai ter em Bartolomeu Bueno o primeiro superintendente das Minas. Suas obrigações, conforme afirma Palacin (1976, p. 21), eram elementares, podendo ser resumidas em duas principais: representar e manter um mínimo de ordem legal e instaurar a legislação tributária.

Em 1744 foi criada a Capitania de Goiás. Seu primeiro Governador será Dom Marcos de Noronha, posteriormente Conde dos Arcos, que chegará à

⁴ “O termo missão é usado pelos jesuítas da época em três sentidos diferentes: 1)Expedições ao sertão para buscar índios e alimentar com eles as aldeias em decadência [...] 2) Missões nos engenhos e fazendas entre índios e negros escravos [...] 3) Missões, por último, no sentido de penetração em novas tribos, em terreno completamente virgem [...]” (PALACIN, 1981, p. 117).

Capitania somente cinco anos depois de nomeado. Serão anos de intensa e fugaz exploração das riquezas minerais, que se esgotaram rapidamente, não se cumprindo a promessa do Eldorado, tão desejado pelos aventureiros mineradores do período.

A exploração sistemática das minas teve início em 1726, trazendo um grande número de mineiros⁵, escravos e aventureiros para Goiás. Arraiais iam surgindo e desaparecendo conforme a descoberta de minas e a expectativa de enriquecimento rápido. A descoberta de um bom veio de ouro fazia com que milhares de pessoas se dirigissem para a região das minas, vindos de todas as partes da Colônia e da própria metrópole.

O ouro foi efêmero nas minas goianas: por mais que se dedicassem todos os anos, no período da estação seca, em busca de “descobertos”, na segunda metade do século XVIII vão-se escasseando, levando a uma rápida perda de arrecadação: “O declínio da mineração pode ser observado por meio da arrecadação do quinto ou ouro, que passa de 40 arrobas em 1753 para 22 arrobas em 1768 e desaba para 8 arrobas em 1788, para 4 arrobas em 1808 e chega à mísera 0,5 arroba em 1823” (CHAUL, 2002, p. 34). O ouro não terá a partir de então nenhuma importância na economia, e a província buscará encontrar outros caminhos para a sua débil economia.

Na segunda metade do século XIX o Brasil já se tornara independente e começavam as primeiras décadas do segundo Império. Com isso, importantes mudanças iam pouco a pouco transformando a fisionomia do país, como o crescimento dos núcleos urbanos, a chegada do telégrafo, das primeiras estradas de ferro que foram gradativamente ocupando as antigas rotas e estradas do ouro, promovendo a ligação entre vários centros urbanos e até mesmo dando impulso ao surgimento de tantos outros.

A economia entra em uma nova fase, com a extinção do tráfico de escravos e a chegada de imigrantes europeus para ajuste da situação gerada pela impossibilidade de manter o trabalho compulsório por muito mais tempo. A sociedade vai sofrendo alterações com essa nova presença, inicialmente no campo e depois as maiores cidades. Habitada a uma sociedade historicamente dividida entre dois extremos, senhores e escravos, a pequena camada intermediária

⁵ Segundo Chaul (2002), os mineiros representavam a parcela socialmente mais considerada da população, era um alto título de honra, orgulho daqueles que o detinham.

existente sofrerá um acréscimo importante com a imigração e o crescimento urbano. Os valores ligados ao mercado e ao trabalho começam a dar outras características à sociedade brasileira, mas as mudanças serão lentas. Valores ligados à tradição e à família patriarcal continuaram a ter grande importância e, por muito tempo, a sociedade agrária ainda terá predominância.

Em Goiás, de forma lenta e progressiva, a agricultura e a pecuária foram ocupando um espaço econômico importante, proporcionando o aumento e a revitalização das rendas da Província no final do século XIX e início do XX. Nasr Chaul, tratando da questão, conclui:

Enquanto no tempo do ouro todas as riquezas possíveis foram sugadas, sem um legado mais expressivo, sem uma herança que justificasse qualquer desenvolvimento para se pudesse falar, como tanto se falou, em decadência, a pecuária proporcionou o desenvolvimento do mercado interno e serviu de base para a ascensão plena da agricultura [...](CHAUL, 2002, p. 91).

Mesmo existindo como atividade econômica durante o período do ouro, a pecuária sempre foi vista como complementar à mineração. Como afirma Chaul, não era dada àquela a atenção merecida, sendo que o ouro ofuscava qualquer outra atividade. Mas, já no século XIX, a criação de gado havia se tornado a única possibilidade econômica de Goiás. Ao proporcionar a ocupação da região sul e sudoeste da província, inicialmente pelos mineiros, em busca de terras para cultivo e pecuária, ao longo de toda a segunda metade do século XIX, Goiás irá sofrer o impacto da chegada de mineiros e paulistas. Chaul define assim esse momento:

Não se trata aqui de uma recuperação econômica nos moldes do desenvolvimento experimentado por tantas outras regiões do país, o que não a tornava, porém, desprezível para as receitas de Goiás [...] Desta forma, não se deve pensar em colapso econômico ou atraso ou qualquer outra idéia que venha ressuscitar a decadência da economia goiana na transição dos séculos XIX ao XX, e no decorrer deste. O que se pode observar é um lento, mas contínuo, fluxo de crescimento econômico nos moldes e possibilidades de Goiás, visando atender às demandas dos centros econômicos mais desenvolvidos que absorviam a produção goiana e aos quais se subordinava em termos de exportação (CHAUL, 2002, p. 100).

Será no período de crise da mineração em Goiás que o olhar viajante, sem ligações com a administração colonial ou eclesiástica – portanto, sem preocupações políticas ou administrativas – lançará seus olhares perscrutadores, na tentativa de

compreender este mundo até então guardado do olhar da maioria dos europeus. Goiás, no século XIX, após o período de apogeu da mineração, que para Palacin (1979) não passou de duas décadas, não apresentará no contexto do Império nenhum peso político.

A Província passará a construir um estigma e viver dele, que foi o fugidio período de intensa exploração das Minas, mas que de tão rápido não possibilitou a sedimentação de uma verdadeira cultura em nenhum dos campos (PALACIN, 1979). Os primeiros cronistas, como Silva e Souza, que chegou a Goiás em 1790, observando a situação da região e ouvindo os relatos sobre o passado recente das grandes descobertas de ouro, contribuíram, através dos registros que deixaram, para a criação de um passado grandioso para o período da mineração e de uma decadência posterior. Sandes, tratando do paradoxo da historiografia goiana, auge/decadência, exprime:

Em Goiás, a crise da mineração assume também a perspectiva de “autoleitura”, em que a elite política anuncia o refluxo das atividades econômicas e seus desdobramentos, mas não há propriamente a oposição entre auge e decadência, o que nos permite romper com os elementos morais que acompanham o conceito de decadência... Não há razão para duvidar dos cronistas que insistem em descrever estradas abandonadas, cidades em ruínas, pontes destruídas, receitas em queda. O imaginário da crise está colado ao movimento de refluxo, refazendo, sob a imagem da ruína, o desejo de inserção na esfera da economia (SANDES, 2001, p. 21).

Para Sandes (2001, p.22), deve-se considerar a historicidade de regiões opacas, cujos fluxos (diminutos) formavam uma tênue relação com o centro econômico e político, pois era muito cômoda para as elites a difusão dos males que afligiam Goiás, como a decadência e o isolamento econômico, a pobreza, apelando para uma ação civilizatória do Estado imperial. Palacin (1979), referindo-se ao viajante Pohl, afirma que ele mal tolerava as contínuas lamúrias dos habitantes de Goiás sobre a tristeza de sua situação e os desmedidos exageros sobre a riqueza dos tempos idos, chegando a assegurar que não acreditava nem na pintura da grandeza passada, nem no conceito de decadência. Para Sandes:

A crise da mineração assume a dimensão de problema geral para todo o século XIX. Aliás, os historiadores, tão ciosos com a montagem de quadros cronológicos, deparam-se com tantas lacunas que é possível pressupor a inexistência de uma representação do tempo histórico para Goiás, nesse longo período. O tempo é dominado pelo discurso da crise. Como datar um movimento de tão longa duração? Não há movimento: a crise do ouro,

instalada em meados século XVIII, encobre todo o campo das experiências (SANDES, 2001, p. 23).

Mas o que viram os viajantes do XIX? Decadência? Um estado permanente de decadência da Província, pela maneira que surge? Descaso das autoridades? Desprezo pelo trabalho? Efemeridade do ouro?

Para Cardoso (1988), a nossa certeza mais primitiva é mesmo a de ver o mundo que está fora de nós, pois este fechado em si mesmo e desconhecido, chama atenção e convida a um desvelamento, à apreensão pelos nossos sentidos. O mesmo autor afirma, ainda, que há uma diferença entre os verbos “ver” e “olhar”, chegando a existir uma gradação entre eles, uma escala, uma evolução de um para o outro:

O ver, em geral, conota no vidente uma certa discrição e passividade ou, ao menos, alguma reserva. Nele um olhar dócil, quase desatento, parece deslizar sobre as coisas; e as espelha e registra, reflete e grava... Com o olhar é diferente. Ele remete, de imediato, à atividade e às virtudes do sujeito, e atesta a cada passo nesta ação a espessura da sua interioridade. Ele perscruta e investiga, indaga a partir e para além do visto, e parece originar-se sempre da necessidade de “ver de novo” (ou ver o novo), como intento de “olhar bem”. Por isso é sempre direcionado e atento, tenso e alerta no seu impulso inquiridor... (CARDOSO, 1988, p. 348).

Os viajantes registraram o que viram e/ou olharam pelo sertão e deixaram em seus relatos o que suas ações graduem realmente entre o ver e o olhar. Afinal, eles vêm de um mundo cheio de avanços tecnológicos (o século XIX), de progressos que se impunham sem volta e faziam com que acreditassem no domínio da natureza pelo homem. Com o passar dos anos, principalmente nas últimas décadas do século, não terão mais dúvidas sobre os poderes transformadores da ciência e sua capacidade de controlar a natureza e sua força. Vêm ao encontro de um mundo “Novo”, mas que não queria dizer nada mais do que isto, novo para o olhar científico desses viajantes que, diferentemente dos que aqui primeiro chegaram, negam qualquer possibilidade de semelhança, principalmente no que se refere às paisagens construídas pelos homens e seus hábitos cotidianos. Quando encontram alguma identificação, sempre a citam como um arremedo do que há na Europa, revelando um mundo possuidor de uma inferioridade latente.

Surge sempre um desconcertante estranhamento nos relatos, que leva a uma configuração deste mundo, uma busca por torná-lo legível, tanto para o viajante

que olha quanto para aqueles que estão na Europa e terão acesso aos seus relatos. Será sempre o olhar de estranhamento, que desconhece e que interroga. Ao mesmo tempo, é um registro moral na tentativa de conceder ao mundo que descortinavam um padrão de civilidade presente na Europa oitocentista. A partir dessa forma de olhar, esperam, com seus conselhos e observações, contribuir para que haja mudança de comportamento em todas as esferas da vida dos habitantes da província, sendo os seus conselhos um guia de civilidade.

O que chama a atenção nos escritos dos viajantes é o abandono, o desalento, a ociosidade e a promiscuidade em que vivia a população local. O que há em Goiás é muito diferente do que havia na Europa, que já estava gestando a segunda revolução industrial. Ao mesmo tempo, surgiam várias invenções que contribuíram para que o século XIX fosse tido como o século da ciência. Era desse mundo em profunda transformação que os olhos e a imaginação dos viajantes estavam carregados. O que viram aqui era, para eles, o oposto, um mundo em estagnação, paralisado pela ausência de quase tudo: boas estradas, boas casas, escolas, métodos adequados de agricultura e, principalmente, civilização.

Saint-Hilaire com certeza foi um dos viajantes com observações mais ácidas, mas também um dos mais perspicazes e nem um pouco condescendente com relação às observações quanto ao modo de vida da população goiana e de suas cidades. Ao descrevê-las, tece comentários que vão desde a disposição das ruas, dos edifícios públicos, o tipo das casas, a limpeza delas, nada lhe escapa.

Em sua descrição de sua estada em Santa Luzia, adverte:

Não devemos julgar os povoados do Brasil pelos nossos, pois em geral não passam de um amontoado de casebres miseráveis e de ruas lamacentas. A maioria dos arraiais de Minas e Goiás, cuja origem se deve às minas de ouro, hão de ter tido o seu encanto em seus tempos de esplendor, e é evidente que Santa Luzia foi um dos mais aprazíveis (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 25).

O autor deixa claro que sua permanência mais prolongada em Santa Luzia deve-se unicamente à presença do vigário João Teixeira Alvarez, tido por ele como um homem culto, que falava latim, francês, italiano e espanhol, uma notável exceção no clero brasileiro. Além de ser um grande leitor e possuir uma boa biblioteca, procurava influenciar seus paroquianos a abandonarem seus hábitos e métodos errôneos de agricultura. Referindo-se ao comércio da mesma cidade, diz constituir-

se de poucas e mal providas lojas, sendo a terra a fornecedora do que é necessário para a alimentação frugal. No mais, diz que a população local desconhece as comodidades da vida, que para “nós” tornaram-se uma necessidade. O “nós” ao qual se refere com certeza é o europeu que vive em uma Europa que se transforma rapidamente, permitindo que gradativamente muitos tenham acesso aos bens de consumo, em maior quantidade (SAINT HILAIRE, 1975, p. 25-27).

Para o viajante, Goiás, apesar da grande quantidade de terras disponíveis, tinha população pobre, sem acesso aos artigos básicos de vestuário. Quando o tinha, o preço era exorbitante, conforme afirma:

Não há nenhum homem que não deseje ter um traje apropriado para os dias de festas, nenhuma mulher que não queira ter um vestido de boa qualidade, um colar, um par de brincos, um lenço de musselina, uma capa de lã, um chapéu de feltro. E a compra desses artigos, cujo preço ali é exorbitante, basta pra carrear para fora da região o pouco de ouro e de dinheiro que ainda circulam nela (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 27).

Tamanha carência era atribuída pelos viajantes, sem exceção, à indolência, à preguiça da população que, para Johann Emanuel Pohl (1976), não parecia ser uma característica dos goianos, mas de todos os brasileiros. Quando de sua visita a Anicuns, faz referência à exploração de uma mina de ouro e a forma como era dirigida:

Dirigem a obra um feitor e vários inspetores, nenhum dos quais tem o menor conhecimento de mineração regular. Os últimos usam um bastão de cerca de dois metros de comprimento, que tem na ponta uma longa correia de cinco centímetros de largura. Com esse instrumento castigam os trabalhadores preguiçosos ou os que praticam desonestidades. Apesar desses meios punitivos, o trabalho é feito com a tradicional preguiça brasileira (POHL, 1976, p. 148).

Ao se referir à Vila Boa, Pohl descreve a composição e a preguiça da população do lugar:

Os brancos são na maioria de origem portuguesa, em parte fugitivos e aventureiros e, no entanto, formam a primeira classe, o que se deve apenas à cor. Na maior parte são intoleravelmente altivos e soberbos, crenças dessa sua superioridade em relação às outras raças. Poucos melhoram o caráter, antes exibem a vulgaridade de sua existência anterior. O ócio é a máxima felicidade dessa gente... Com essa inatividade e preguiça, os brancos decaíram tanto que à maioria deles falta até o necessário para comparecerem decentemente à igreja aos domingos (POHL, 1976, p. 141).

Saint-Hilaire (1975, p. 38) também acredita haver uma “indisposição para o trabalho” e, ao visitar a Meia-Ponte, afirma que há mais terras do que seria possível cultivar e inumeráveis córregos auríferos dos quais era fácil recolher um pouco de ouro, onde era possível a qualquer homem válido encontrar trabalho, ao menos para prover seu sustento. Continuando, afirma que era impossível dar um passo no arraial sem se esbarrar em mendigos, cuja maioria conseguiria ganhar a vida fazendo um trabalho útil.

1.3 O olhar sobre as mulheres

A princípio, mapear a descrição feita pelos viajantes sobre as mulheres goianas parece ser uma tarefa fácil por se imaginar a mulher brasileira, desde o período colonial até o início do século XX, vivendo em uma sociedade patriarcal, subordinada a uma autoridade masculina – pai ou marido – e aos princípios estabelecidos pela Igreja Católica.

O marido, autoritário, com muitas concubinas, dominava a família, com muitos filhos e com uma esposa submissa. O modelo de família patriarcal, analisado por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*, (1933), acabou sendo aplicado a todo o país, o que tem sido revisto pela historiografia mais recente. Este é um estereótipo comum, do qual os viajantes não fugiram.

Se esses viajantes se deslumbraram com a natureza à sua volta, suas potencialidades e a descreveram com surpresa e deslumbramento, o mesmo não se deu com a observação e descrição que fizeram da organização social que aqui encontraram, em que a maioria da população vivia na mais absoluta ignorância, vitimada pela violência dessa estrutura de sociedade.

A inexistência de atitudes das autoridades de dotar as vilas e cidades de um sistema educacional mínimo chamou sempre a atenção dos viajantes europeus. Não havia, no período colonial, uma educação formal e a existente não era voltada para as mulheres, totalmente excluídas do processo. Algumas poucas mulheres conseguiam estudar em Portugal, mas sua grande maioria, no período colonial, era

educada em casa, nas prendas domésticas, leitura de livros de cunho moral e piedosos, e rudimentos de escrita.

Sobre a condição em que viviam as mulheres, são lançados olhares extremamente críticos – sua condição social, educação, papel na família. Não são muitos os comentários que tecem sobre as mulheres que viam ou deixavam de ver, já que constantemente é afirmada, pela maioria dos viajantes, a ausência da mulher brasileira nos espaços públicos.

Comentava-se pouco sobre as atividades, os hábitos e o cotidiano femininos. Hahner traz a narrativa de John Luccock, um negociante inglês que por volta de 1808 deixou o seguinte relato sobre as mulheres brasileiras:

[...] Aos dezoito, uma mulher brasileira atingiu sua plena maturidade. Poucos anos mais tarde, ela torna-se corpulenta e mesmo pesadona: seus ombros se inclinam, passeia com um andar bamboleante e desajeitado. Começa a decair, perde o bom humor de seu semblante... e aos vinte e cinco, ou trinta no máximo, torna-se uma perfeita e enrugada velha. . (HAHNER, 2003, p. 39).

Para Hahner , o estereótipo da mulher reclusa e guardada não cabia a todas as mulheres, já que o comportamento variava de acordo com as classes sociais às quais pertenciam. Para esta autora, as mulheres da elite sofriam restrições que mais refletiam as considerações sobre honra feminina às quais se relacionavam à honra familiar. Eram, devido a isso, confinadas ao espaço familiar, sendo protegidas pelos maridos de possíveis perigos de sedução e assédio sexual. Sofriam, ainda, com a limitada possibilidade de escolha de parceiros para o casamento, pois eram casadas por seus pais aos doze ou treze anos, geralmente com homens muito mais velhos.

A autoridade masculina não se limitava à esposa e aos filhos, era estendida também a todos que viviam em sua casa: escravos e criados. Era o dono da casa quem autorizava o casamento de qualquer um dos criados, conforme lembra Graham (1988, p.24).

Some-se a isso outra característica da sociedade brasileira do período: o fato de a virtude masculina ser considerada como um atributo, um valor moral. O cidadão virtuoso jamais teria sido um homem casto, como lembra Algranti (1993, p.111). Os conceitos de honra e de moral não se aplicavam de forma igualitária a homens e mulheres, haja vista que deles se aceitava o relacionamento com outras mulheres. Isso ocorria em todas as camadas da sociedade, sendo tolerado até

mesmo filhos fora do casamento, desde que as relações fossem mantidas de forma discreta, o que necessariamente não implicava em perda de prestígio na sociedade. Essa prática, ocorrida em todo Brasil, sempre chocou a todos os viajantes estrangeiros. Graham (1988, p.25) ressalta que, independente de uma criada ser livre ou escrava, ela não vivia como pessoa independente, mas sim como membro do lar, sujeita à autoridade e a proteção do senhor.

As Ordenações Filipinas, que garantiam aos homens esse papel, determinavam, ainda, quais eram os direitos dos cônjuges, e colocavam o marido como o chefe da família, estabelecendo a comunhão universal de bens quando não houvesse um acordo pré-nupcial. Assim, é este o modelo que se esperava da família e da mulher no Brasil do século XIX. No entanto, a lei, como esperado, não se impunha em todo o território, os ajustes matrimoniais foram muitos e caracterizaram indelevelmente o conceito de família no Brasil

1.4 O olhar desatento sobre a sociedade goiana

A subordinação feminina relatada pelos viajantes quando em visita a Goiás não coube a toda a Colônia. O município da Corte tinha, principalmente após 1808, características únicas, dada à presença da Família Real e o grande fluxo de viajantes de várias nacionalidades, artistas, escritores e jornalistas no município. Essas características não se repetem em Goiás, cravado no centro do país, com dificuldades de acesso e comunicação com as demais províncias. Aqui fluxo de viajantes foi pequeno, o que ocorria também em outras regiões distantes do litoral que sofriam com as distâncias e o isolamento vivido até meados do século XIX. Essas regiões serão portadoras de outras vivências, outras experiências, decorrentes do tipo de economia desenvolvida (mineração e depois pecuária extensiva e agricultura). Os modelos familiares preconizados pela Igreja e pelo governo serão, nessas outras localidades, muito mais flexíveis.

Nesse sentido, Fernando Novais (1997), sugere uma análise feita a partir de dois extremos: de um lado o Nordeste açucareiro e, no outro, oposto, São Paulo, com um povoamento rarefeito. Acrescentamos Goiás, que se enquadra ao lado de

São Paulo, seja por pertencimento a essa capitania, seja pelas características aqui estabelecidas. Para o autor :

O nordeste açucareiro [...]. Aqui, como vimos, o povoamento tendeu para a permanência, fixidez e uma certa estabilidade; e, em decorrência, formas de convívio mais sedimentadas e profundas – o patriarcado revivido por Gilberto Freire, em *Casa Grande & Senzala*. No pólo oposto São Paulo, com um povoamento rarefeito, em permanente mobilidade: as “bandeiras” já foram caracterizadas como uma “sociedade em movimento”, e abriram caminhos para atingir as fronteiras, no dizer de Sérgio Buarque de Holanda. E note-se o paradoxo: a sociedade mais estável, permanente, enraizada, está voltada para fora – a economia açucareira organiza-se para a exportação; e a economia de subsistência (como a de São Paulo, ou a pecuária nordestina), que está voltada para dentro, dá lugar a uma formação social instável, móvel, sem implantação (NOVAIS, 1997,p.24).

Assim, vai surgindo o que será a Província de Goiás, resultado deste olhar voltado para dentro, de um mundo sempre em movimento, no qual as hierarquias se superpunham com maior flexibilidade

Muitos viajantes que visitaram Goiás deixaram claro que percebem as variantes de famílias e as atitudes femininas e masculinas como simples resultado da má conduta e ausência de civilização. O que se verifica é que os comentários por eles feitos são oriundos de seus próprios preconceitos e de suas impossibilidades de compreender o que se passava à sua volta. As atitudes observadas quanto às famílias e às uniões matrimoniais levaram os viajantes a se escandalizarem com as variedades de formas de união entre os casais, de famílias, com o concubinato e com as atitudes femininas quanto ao seu papel sexual. Essas variantes eram, para eles, transgressões e descaminhos do povo, que vivia afastado da civilização e da boa moral cristã.

Entretanto, os mesmos relatos que demonstraram o escândalo pelos quais os viajantes eram tomados são também reveladores das atitudes que nos levam a compreender melhor a sociedade goiana e o papel da mulher nela. A leitura desses relatos proporcionou a construção de modelos explicativos tanto para a economia como para os hábitos da sociedade e a imagem feminina, que se arraigaram.

Esses relatos são reveladores do surgimento de outros modelos de relacionamento de caráter privado e familiar, que diferem do patriarcal. O que observamos é que, durante esse período, a sociedade buscou reorganizar-se e as vivências femininas vão se recriando, tendo uma série de comportamentos e exercendo atividades impensadas de serem realizadas por mulheres.

É dessa forma que os viajantes as descreveram, ora com naturalidade, ora com assombro, diante das atitudes e papéis que assumiam na sociedade, mas, na maioria das vezes, as descrições eram carregadas de juízos de valor. Assim podem-se perceber outros arranjos familiares, políticos e sociais, descortinando-se não só um modelo de mulher ideal, a que a sociedade queria, mas outros, com outro caráter, revelando vários Brasis.

A vida cotidiana, a vida privada e a pública, em Goiás, diferem muito da Europa do século XIX, à qual pertenciam os viajantes. Novais (1997, p.28), ao tratar da América portuguesa, afirma que estudar as manifestações de privacidade e do cotidiano significa sondar o processo mais íntimo de nossa emergência na história.

Uma prática comum à maioria desses viajantes que passou por Goiás é fazer uma descrição dos povoados: registrava-se a distância entre eles, apresentava-se o censo dos habitantes do lugar, falavam das famílias ali existentes, das ruas, das quantidades de casas e de seu estado, sempre buscando dar um caráter científico às suas observações, citando as origens das informações obtidas.

A princípio, embora seja pequena a parte dos textos dos viajantes dedicados à descrição das mulheres da Província de Goiás, no século XIX, estes nos dizem muito sobre o comportamento, a tão observada reclusão em que viviam as mulheres do lugar e sua quase total ausência dos espaços públicos. Eram mulheres que em nada se pareciam com as mulheres européias do século XIX, aqui vivendo à margem do que tinham os viajantes como modelo de civilização.

A reclusão será uma das imagens fixadas mais recorrentes nos relatos. Com uma leitura mais atenta, é possível afirmar que são extremamente econômicos tanto nos adjetivos, como nas tentativas de compreensão das mulheres que viram ou deixaram de ver pelos caminhos, povoados e vilas de Goiás. Quando elas surgem em seus textos, são quase uma aparição, algo não esperado, de tão ausentes que estão da vista de todos.

Pohl (1976, p. 142) informa que em Vila Boa havia uma missa às cinco horas da manhã, rezada expressamente para os brancos, chamada de Missa da Madrugada, onde compareciam principalmente as mulheres brancas empobrecidas, que se sentiam envergonhadas da sua pobreza, diante das negras que compareciam mais tarde, enfeitadas com correntes de ouro. O único motivo da maior presença de mulheres brancas apresentado pelo autor é a vergonha diante das negras e mulatas. Não levantou nenhuma outra possibilidade, além da vergonha

e timidez pela sua situação, retirando delas até mesmo o lugar de prestígio que os brancos possuíam na sociedade escravista. Mas, ao que parece, em Goiás nem isso, na visão do viajante, era uma garantia para as mulheres.

É um olhar que vê a mulher, mas naquilo que não existe para elas, ou seja, constantemente lhes faltam o convívio social, o lugar de prestígio. Mas o que realmente existia, conforme afirma Maria Odila Dias, falando sobre os hábitos das mulheres em São Paulo, é uma hierarquia rígida do espaço social, sendo o não sair em público uma peculiaridade da terra, não só em Goiás como também em outras Províncias. As mulheres passavam a vida *intra muros*, visitando umas às outras, e só em meados do século XIX é que começam a despontar, aos poucos, os costumes burgueses (1995, p.97).

Descrevendo o arraial de Santa Luzia e a cavalhada lá realizada, Saint-Hilaire, nota a mesma ausência feminina e seu afastamento do convívio social com os homens:

Logo chegou um grupo de senhoras, que foram levadas para a sala. Imediatamente os homens se retiram dali, reunindo-se na saleta de entrada [...] Terminada a cavalhada, todos se retiraram e as senhoras voltaram para suas casas. A não ser em ocasiões extraordinárias, as mulheres do interior do Brasil não saem provavelmente à rua senão para ir à igreja. Como em Minas, as senhoras do lugar caminhavam o mais lentamente possível, envoltas em longas capas de lã, a cabeça coberta com um chapéu de feltro, sempre em fila indiana, jamais aos pares, eretas como estacas, mal erguendo os pés do chão, sem olharem para lado nenhum, quando muito respondendo com um leve aceno de cabeça aos cumprimentos que lhes faziam (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 24).

Mesmo descrevendo as mulheres em espaços públicos, os viajantes insistem em observar suas ausências. Pode-se inferir que a concepção de espaço público e privado é bem distinta entre Europa e Brasil do século XIX. Para Philippe Ariès, na Europa a questão pode ser colocada da seguinte forma:

O ponto de partida será o final da Idade Média. Aí encontramos um indivíduo enquadrado em solidariedades coletivas, feudais e comunitárias [...] Digamos de maneira banal que há confusão entre privado e público, entre “câmara” e “tesouro”. Mas o que isso significa? Primeiro e essencialmente, que muitos atos da vida cotidiana, conforme mostrou Norbert Elias, se realizam e ainda por muito tempo se realizarão em público. [...] O ponto de chegada é o século XIX. A sociedade se tornou uma vasta população anônima onde as pessoas já não se conhecem. O trabalho, o lazer e o convívio com a família são doravante separados em compartimentos estanques (ÁRIÈS, 1991, p. 7).

Dessa forma, ocorre uma busca pelo individualismo, que o autor chama de individualismo de costumes. Após a Idade Média, houve a multiplicação dos grupos de convivência, mais restritos que a comunidade de existência, como a das vilas ou ofício e mais amplo que a família, finalizando na redução da esfera do privado à célula familiar, que se tornará o lugar do afeto.

Esses grupos se dedicam à leitura em voz alta, à conversação ou à correspondência. Certamente, quando os viajantes se referem à reclusão da mulher no Brasil ou, mais especificamente, em Goiás, é a esses espaços de convívio social, fora da casa, que se referem. Nesses espaços era impossível a convivência de homens e mulheres, uma vez que são resultado de uma longa transformação social e cultural pela qual passou a civilização européia. Moreira Leite, tratando da reclusão feminina, afirma:

Nem a reclusão da brasileira foi tão rígida, quanto os autores deram a entender, nem a situação das mulheres européias, que visitaram o Brasil, diferia tanto quanto a literatura de viagem deixava supor. O que parecia aos autores a reclusão da mulher branca e abastada era antes uma participação social em esferas distintas da vida da comunidade e da família e uma engrenagem diferente entre a esfera doméstica e a esfera pública da população como um todo. Mas para as de cá e as de lá havia essa divisão rígida de esferas, refletindo a oposição entre a mulher de família e a mulher pública (LEITE ,1997, p. 75).

Em Goiás, o rompimento com a esfera privada da casa acontecia pela religião. Assim, a frequência à igreja e às festas religiosas, que preenchia a vida de todos, se voltava mais para a exteriorização do que para a contrição e meditação. Para Pohl (1976, p.142), a religião praticada consistia na forma, não na essência: eram mais do que simples festas religiosas, determinavam o calendário, as práticas e as permissões alimentares, o oferecimento de banquetes, a prática do jejum, as músicas dos brancos ou dos negros, as danças, enfim, definiam o ritmo da vida dos moradores das vilas e povoados e de seu entorno.

Desviando suas observações para o vestuário, Saint-Hilaire (1975, p.54) faz referência às capas de lã e a um manto vermelho lançado sobre a sobreveste quando as mulheres saíam à rua. O uso corrente de mantilhas, à moda árabe ou hispânica, parece ser uma forma de andar oculta no espaço das ruas, dando proteção para quem deixava o espaço da casa, escondendo dos olhares mais curiosos os rostos e seus segredos e sendo, ao mesmo tempo, uma possibilidade de ser vista sem se deixar ver totalmente. Pohl (1976) ainda observa o ciúme que os

homens tinham de suas mulheres, apesar de serem infiéis a elas. De acordo com o autor, (p. 94), os maridos mantêm suas mulheres guardadas, sendo corrente o ditado: “a mulher só deve ser levada à igreja três vezes em sua vida: para o batizado, para o casamento e para o enterro”.

O ocultamento das esposas também se relaciona à própria figura do viajante, um desconhecido cujas intenções não eram muito claras. Os que vinham com carta de apresentação oficial ou de conhecidos não eram recebidos com a mesma desconfiança, conforme afirma Leite (1997, p.76). Isso é confirmado por Saint-Hilaire e, também, por Francis Castelnau (1949). Quando da passagem de sua expedição por Goiás, o autor faz o seguinte relato:

Fato notável é a predominância em Goiás de mulheres sobre os homens. Os costumes são muito fáceis, o que explica o embaraço que se sente quando se entra no interior das habitações. Os moradores escondem instintivamente suas mulheres, as quais só podem ser vistas nas procissões, ou então nas igrejas em dias de festas, aliás não mais raro aqui do que no resto do Brasil. (CASTELNAU, 1949 p. 226).

Saint-Hilaire (1975, p.23) ainda cita o encontro que teve na Fazenda Riacho Frio, onde moravam algumas moças e um homem jovem. José Mariano, seu arriero, vendeu às moças algumas bugigangas, mas, conforme o costume, elas não apareceram, o irmão serviu de intermediário, levando as mercadorias e informando os preços para que elas escolhessem.

Ao mesmo tempo em que citam situações de um rígido controle sobre as mulheres diante dos homens, principalmente desconhecidos e mais ainda estrangeiros, surge outro olhar sobre as mulheres, pode-se dizer que cheio de ambigüidade. Ora, os mesmos relatos que falam da presença feminina nas ruas, indo para as igrejas ou festas religiosas, que levam a pensar em comedimento quanto ao comportamento, de caráter sexual ou não, trazem descrições da falta de decoro e da vida vivida de forma libertina. Para tanto, a descrição de Saint-Hilaire (1975, p. 24), já feita anteriormente na sua totalidade e agora reproduzida em parte, para comparação, ilustra essa ambigüidade: “[...] A não ser em ocasiões extraordinárias, as mulheres do interior do Brasil não saem provavelmente à rua senão para ir à igreja”.

Em seguida, relatando sobre as mulheres da cidade de Goiás, o autor afirma, com certa dramaticidade:

Também nessas horas elas caminham umas atrás das outras, e antes se arrastam do que andam, sem moverem a cabeça nem os braços, parecendo sombras deslizando no silêncio da noite. Algumas vão cuidar de seus negócios particulares, outras fazer visitas, mas a maioria sai à procura de aventuras amorosas (Saint-Hilaire,1975, p. 24).

Prosseguindo em suas observações, Saint-Hilaire (1975, p.54) assume um tom bastante ácido, responsabilizando as mulheres pela falta de convívio com os homens da Cidade de Goiás, chamando-as de inibidas, estúpidas, com uma conversa totalmente desprovida de encantos, sem princípios nem educação. Para ele, em decorrência dessas características das mulheres, é possível entender os homens, suas práticas cotidianas, sua pouca exigência com relação ao gosto e à diversão. Seriam, ainda, responsáveis pelo apreço que os homens tinham pela cachaça.

Os aspectos levantados por todos os viajantes quanto à educação eram uma triste realidade da província de Goiás. A educação foi, durante mais de duzentos anos uma atribuição quase que exclusiva dos jesuítas. Tinha como objetivo a conversão dos índios e o apoio religioso aos colonos e, por fim, formar novos quadros para a recém-criada Companhia. Infelizmente, esta não era uma realidade apenas de Goiás, mas uma situação generalizada no Brasil.

Após a Independência (1822), com a instalação da Assembléia Constituinte, seus membros, representantes das Províncias, debateram a questão do ensino e os relatos que fizeram à época mostram claramente a situação. O representante de Santa Catarina afirmava não haver uma só cadeira de primeiras letras lá; o representante de Alagoas afirmou que possuía apenas uma no Amazonas; não havia nenhuma em Minas Gerais e em Goiás funcionavam apenas cinco escolas, sem fiscalização, nas casas de professores, localizadas em Vila Boa, Natividade, Santa Luzia, Traíras e Pilar (PAIVA, 1987, p.61).

Existiam, ainda, aulas isoladas que funcionavam na Capital de Goiás de nível secundário: Latim, Francês, Filosofia, Geometria, Retórica e Teologia. No interior, em Meia Ponte, havia uma única “aula isolada” de Latim (BRETAS, 1991, 139), mas Saint-Hilaire (1975, p.37) duvidava de seus resultados práticos quanto ao ensino. No Império, a educação primária foi estendida às mulheres, mas na realidade isso pouco significou em termos de avanço e possibilidades educativas.

A indolência era uma crítica constante, acompanhada da pouca aptidão para o trabalho, como já lembramos, da qual homens e mulheres não escaparam, mas inúmeras situações que descrevem as mulheres e suas casas acabam por desmentir essa crítica.

Pohl (1976, p.107), no início de sua viagem pela província de Goiás, ao visitar uma mina de cristal, afirma ter encontrado o Capitão Lima, que realizava o trabalho, na grande mina junto com a mulher e ambos tinham estacas na mão com as quais desagregavam a terra do riacho que ali passava. Noutro relato, o mesmo autor fala da boa hospedagem e atenção que receberam no Engenho Santana:

A nossa acolhedora hospedeira, uma mulata, pusera laranjas à mesa para nosso aperitivo e mandara preparar uma nutritiva refeição [...] Na manhã de 9 de julho foi-nos servido um bom almoço. A atenciosa dona da casa apresentou-se, pedindo mil desculpas por não poder obsequiar-nos com mais fartura e luzimento, o que não fizera em razão de sua pobreza. Esta é uma expressão que, aqui no país, se ouve em todas as bocas, mesmo quando, como neste caso, a aparência contradiz a queixa. O grande engenho de açúcar, a residência bastante admirável para esta região, as doze cabanas de negros em volta e o grande número de escravos indicavam que a nossa hospedeira era uma senhora bem abastada (POHL 1976, p. 217).

Cita, ainda, outra boa acolhida que teve por parte de D. Mariana Lopes quando acampou em sua fazenda (Pohl,1976, p. 285). Saint-Hilaire (1975, 47) também desfrutou da gentileza de uma proprietária de fazenda, que cedeu a ele o seu filho como guia para atravessar uma ponte perigosa.

Referências como estas, boas acolhidas em propriedades administradas por mulheres, são uma constante, como também os relatos de suas atividades, no trabalho pesado de uma mina ou na administração de uma fazenda. E não é uma exceção própria desses autores, são feitas também por outros viajantes, já citados anteriormente, que ajudam a compor um quadro mais completo da sociedade goiana no século XIX. Fica demonstrado que todas as características de ocupação do território, as práticas econômicas – a mineração e, depois, a pecuária e a agricultura – e o distanciamento do litoral auxiliaram para que se forjasse em Goiás uma sociedade diferenciada daquela nordestina apresentada por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*.

O que se observa nos relatos dos viajantes é que as mulheres não só possuem participação ativa no trabalho ao lado dos maridos, como na administração dos bens e propriedades da família quando estes estavam ausentes. Saint-Hilaire

(1975), falando dos habitantes pobres de Corumbá, afirma que a maioria deles ganha a vida trabalhando para os agricultores das redondezas, sendo mal pagos com os produtos da terra, enquanto as mulheres fiam o algodão e recebem também o seu salário sob a forma de mercadorias.

A possibilidade de administrar o que se herdava e dispor dele era garantida pelas leis portuguesas, não havendo um acordo pré-nupcial. Um casamento válido resultava num sistema de comunhão total de bens dos cônjuges; havendo dote – prática que foi desaparecendo ao longo do século XIX –, este era incorporado aos bens do casamento. Mas como era proprietária da metade de todos os bens na viuvez, poderia dispor deles como quisesse. (GRAHAM, 1992, p.163).

Impunha, a mesma lei, à partilha igualitária da herança. Filhos e filhas eram herdeiros compulsórios dos pais e não poderiam ser deserdados, conforme afirma Hahner (2003, p.47). Dessa forma, são compreensíveis os vários relatos feitos pelos viajantes por ocasião de suas estadias em fazendas e sítios, os quais não só pertenciam às mulheres, como também eram administrados por elas, dispondo deles conforme seus interesses e necessidades. Ou seja, as mulheres não eram impedidas de herdar ou possuir terras e administrá-las, mesmo estando em uma sociedade com valores patriarcais, sob o domínio dos papéis sociais masculinos.

O que ocorria com relação às mulheres da província de Goiás é que elas não seguiam os papéis ou valores normativos estipulados ou esperados delas pela Igreja, pela sociedade machista na qual estavam inseridas e até mesmo pelos viajantes europeus. Muitas das citadas nos relatos de Pohl (1976) ou Saint-Hilaire (1975) são mulheres que foram obrigadas pelas circunstâncias a assumirem papéis masculinos. Maria Odila Silva Dias afirma que:

A separação de esferas de atuação de homens e mulheres não corresponderia apenas às normas e convenções herdadas de Portugal, mas a uma realidade concreta de redistribuição de necessidades, com o processo de povoamento; as tarefas específicas de cada sexo, nas diferentes classes sociais do processo de colonização, não eram complementares e sim alternativas: procedia-se à substituição e à improvisação de atribuições de homens ausentes (DIAS, 1995, p. 56).

Um grande exemplo são as mulheres que exerciam a atividade de tropeiras, que conduziam boiadas pelas estradas, vendiam e compravam gado e outros

gêneros de extrema necessidade, como o sal. Em Goiás, o Livro das Entradas⁶ informa dados de tropeiras assíduas, como Ana Lopes de Vila Bela que vendia carne-seca, e Ana Felipe, de São Romão, que vendia sal em pequenas quantidades (DIAS, 1995, 56).

Já a casa como o espaço por excelência das mulheres é tida pelos viajantes como um lugar extremamente limpo, bem cuidado, mantida por mulheres, escravas ou não. Saint-Hilaire (1975, p.36) considera a limpeza das casas uma das qualidades que distinguem os brasileiros; por mais pobres que sejam, suas casas são lugares limpos, ou quase nunca são sujos, mas não fazem referência a como e quem as mantinha: ela, a casa, é dos brasileiros.

Outro aspecto da vida das mulheres em Goiás que chama atenção de Pohl (1976, p.194) é o seu envelhecimento precoce; segundo ele, as mulheres envelheciam muito rapidamente em Goiás, mas o viajante não se preocupou em levantar questionamentos sobre isto. Acreditamos que essa precocidade possa ser atribuída ao trabalho árduo e diário executado por essas mulheres, que precisavam fazer quase tudo que era consumido, desde a comida até as vestimentas, do cultivo da matéria-prima à transformação. O funcionamento de uma casa colonial brasileira, que pouco muda ao longo do século XIX, se fazia às custas de penoso e complexo trabalho. O artesanato doméstico implicava capacidade de liderança e de administração, desdobrada em horas de trabalho e treinamento de escravos e de execução de tarefas penosas e lentas, envolvendo dias a fio de trabalho incessante, essenciais para a sobrevivência do grupo, conforme Maria Odila Silva Dias (1995, p.216).

Mas o que se percebe mais comumente nessas descrições, principalmente nas de Pohl (1976) e Saint-Hilaire (1975), é que são atribuídas às mulheres características frequentemente negativas, reduzindo-as, na fala do próprio Saint-Hilaire (idem, p. 54), ao papel de “fêmeas para os homens”. Seus textos nos falam de várias mulheres, citadas, com raríssimas exceções, de forma benevolente. O que frequentemente ocorre é a afirmação de estereótipos e valores relativos aos papéis sociais que essas mulheres deveriam ter na sociedade goiana.

São sempre destinados a elas juízos de valor e adjetivos negativos: “mulheres rudes”, “indolentes”, “traços desgraciosos”, “inibidas”, “estúpidas”,

⁶ Museu das Bandeiras, Goiás, Livros das Entradas, pacote 104, caderno 6, 1º volume, rolo 28, livro 10.

“mulheres sem princípios, sem instrução”. Na verdade, são mulheres que desempenhavam um papel diferente do que era esperado pelos viajantes estrangeiros, como já foi demonstrado. Seus relatos devem ser vistos como generalizações que tentam estabelecer um modelo de mulher que não cabia àquele lugar do qual falavam. Eles, os viajantes europeus, tratavam sempre a mulher a partir da esfera pública dominada pela presença masculina, de um lugar onde não as vêem nem as ouvem.

Este lugar de que falam da ausência feminina é o lugar do saber letrado, é o lugar do prestígio social. Deixam de ver, deixam de fora todo um espaço feminino, em que habitam as mulheres goianas do XIX e que estava à sua volta. Os próprios relatos nos dão alguns indícios da vida dessas mulheres no século XIX. Se ao longo de suas narrativas o cotidiano da sociedade goiana e suas práticas são vistos com exotismo, acompanhados quase sempre de adjetivos pejorativos, as mulheres não escapam desses comentários. Apesar de contraditório, essa mesma sociedade levava à criação de espaços femininos, onde podiam exercer o papel que aquela sociedade esperava dela mas que ainda assim era muito distante do que o olhar viajante estava habituado. São muitas vezes papéis informais, que não são valorizados, mas necessários para a produção da existência daquela sociedade.

No entanto, quando as mulheres são vistas em situações e lugares que se diferenciam do que é delas esperado, os viajantes não parecem se assustar ou descrever o contrário com a mesma ênfase ou maior destaque para essas situações. O seu discurso já está impregnado do que esperam do comportamento feminino, impossibilitando de ser surpreendido pelas diferenças que as mulheres encontravam à sua volta. Maria Odila Dias, tratando desse aspecto, comenta que:

Esses papéis informais, improvisados, têm um sentido importante na desmistificação e costume, a divisão de funções e de tarefas entre os sexos era rigidamente à parte e bem demarcada, estabelecendo-se esferas de atuação complementares e nitidamente separadas. De fato, a ausência do homem ou sua presença intermitente impunha com frequência não tanto a divisão como a alternância ou troca de tarefas: assumir papéis masculinos não era muito excepcional (DIAS,1975, p. 53).

Ao se ler os vários relatos deixados pelos viajantes que passaram pelas terras goianas é possível compreender que eles aqui chegavam carregando suas próprias visões a respeito do papel estabelecido para as mulheres. Traziam consigo um ideal de mulher, de condição feminina, normativo, abstrato, carregado de

estereótipos, sendo resistentes e reticentes quanto ao verdadeiro papel desempenhado pelas mulheres que viram e com quem conviveram na Província de Goiás. Pobres ou ricas, quase totalmente analfabetas, viveram precariamente a sua existência, em um lugar que pouco lhes oferecia. O olhar estrangeiro estava turvo por preconceitos, que desclassificavam e menosprezavam cultural e socialmente essas mulheres.

O que procuramos ao longo desse capítulo foi demonstrar que o olhar dos viajantes estrangeiros contribuiu em muito para a construção de um estereótipo na historiografia goiana de mulher: reclusa, analfabeta, indolente, associada a uma “inclinação à libertinagem”, principalmente nas falas de Saint-Hilaire (1975) e Pohl (1976). Mas isso, na verdade, é muito mais uma demonstração dos preconceitos de cada um que tinha a Europa como modelo. Eram pois, claramente valores misóginos, machistas, ainda persistentes na Europa que se transformava e expandia sua economia industrial, como também existiam no Brasil escravista do século XIX.

Mas é possível observar que, mesmo no Brasil desse período, inexistia uma categoria única de mulher, que enquadrasse todo o comportamento feminino. Na verdade, é possível observar que existiam inúmeros comportamentos, atividades femininas, papéis femininos.

Assim, utilizando as mesmas narrativas fragmentadas dos viajantes quando tratam das mulheres, buscamos, na leitura das entrelinhas de seus textos, compreender o papel das mulheres em Goiás, na primeira metade do século XIX. Procuramos dar outras significações, fazer uma reconstrução desses papéis femininos, na certeza de que não existe uma mulher brasileira para o século XIX, mas muitas. Tantas vão surgindo à medida que precisam enfrentar o cotidiano da vida na província de Goiás, muitas vezes em papéis não socialmente aceitos, não prescritos ou não valorizados na economia e sociedade goiana da época.

CAPÍTULO 2

A LUTA POR DIREITOS

Essa sociedade que se transformava economicamente vai exigir e fazer emergir novos posicionamentos sociais, sejam dos homens como das mulheres, tanto em sua participação econômica quanto na luta pelos direitos de participação na vida pública. Aqui, o que nos interessa é o papel da mulher e a sua luta pela busca de novos espaços de participação ou mesmo a transformação daqueles em que já atuava.

Se os viajantes da primeira metade do século dezenove afirmaram haver em Goiás mulheres incultas, rudes, como já foi tratado, talvez as enxergassem com outros olhos a partir das últimas décadas do mesmo século – marcadas pelas primeiras manifestações e organização em busca do direito à educação, à profissão e ao voto. Era o início de uma longa trajetória, que não seria um privilégio apenas das mulheres goianas, mas de tantas outras das várias regiões do Brasil. Em Goiás, pela situação anteriormente descrita de distância da Corte e isolamento, esse processo acontecerá tardiamente, com a implantação das primeiras escolas femininas, como demonstraremos.

2.1 A luta por educação

As mulheres passam a desejar mais do que o espaço da casa, da família e uma educação que, quando muito, se limitava a ensinar a ler, escrever e contar, além de bordar e costurar, ou seja, o que era considerado importante para exercer o papel que delas era esperado: o de uma boa esposa, mãe e dona de casa. A luta pelo direito ao voto se tornará um grande movimento das mulheres brasileiras no final do século XIX, e início da República quando, em alguns estados, umas poucas mulheres solitariamente se posicionaram e partiram em busca do que acreditavam ser um direito também delas. Mas, para chegar ao estágio de reivindicação do direito ao voto e à participação política, já no início da segunda metade do século XIX

houve, por parte da pequena parcela de mulheres alfabetizadas, outra luta: o acesso à educação, um movimento que antecede a luta pelo voto, que pode ser visto como um dos primeiros passos no caminho da luta pela emancipação da mulher no Brasil.

A primeira legislação referente à educação feminina surge em 1827, com o projeto aprovado em 15 de outubro, estabelecendo que “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haveria as escolas de primeiras letras que fossem necessárias” (PAIVA, 1987, p.61,62). Preconizava que essas escolas deveriam atender meninos e meninas, utilizando os métodos de ensino mútuo de Bell e o sistema disciplinar de Lancaster, na tentativa de suprir a falta de professores. Mas a lei admitia meninas somente na escola elementar (HAHNER, 2003), determinando o que as escolas femininas deveriam ensinar. Sobre isso Silva afirma:

Podemos afirmar que, nas principais cidades, Rio de Janeiro e Salvador, irrompeu na segunda década do século XIX um ensino particular variado, ministrado principalmente a alunos internos, embora fossem também recebidos alunos externos pagando mensalidades mais baixas. [...] Nas demais cidades, menos cosmopolitas e populosas, não há notícia de colégios, mas apenas de mestres que ofereciam seus préstimos às crianças, ou cobrando uma mensalidade, ou mesmo gratuitamente [...] Essa rede de mestres é que supriu as deficiências da implantação de Aulas Régias de primeiras Letras no Brasil (SILVA, 2004, p. 144).

A Lei de 1827 não foi suficiente para que as meninas tivessem acesso à escola, só nas capitais de província é que surgiram aulas de primeiras letras ou em algumas poucas cidades em que algum mestre ou mestra ofereceu salas para meninas. Na Província de Goiás, a primeira escola feminina foi criada em 1831, em Natividade, mas aberta em 1832; a segunda a ser criada foi na Capital da Província, sendo provida pela professora Leocádia Antônia dos Santos, em 1837, como informa Bretas (1991, p.138).

O Ato Adicional de 1834 delegou às Assembléias Provinciais o direito de promover e regulamentar a educação primária e secundária, sendo responsabilidade do governo central o ensino superior. A maioria das províncias não tinha nem dinheiro nem as condições necessárias para exercer tal designação. Sobre esta situação, Romanelli afirma:

O que ocorreu a contar de então foi a tentativa de reunir antigas aulas régias em liceus, sem muita organização. Nas capitais, foram criados os liceus provinciais. A falta de recursos, no entanto, que um sistema falho de tributação e arrecadação da renda acarretava, impossibilitou as Províncias de criarem uma rede organizada de escolas. O resultado foi que o ensino,

sobretudo o secundário, acabou ficando nas mãos da iniciativa privada e o ensino primário foi relegado ao abandono, com pouquíssimas escolas, sobrevivendo à custa do sacrifício de alguns mestres-escolas, que, destituídos de habilitação para o exercício de qualquer profissão rendosa, se viam na contingência de ensinar (ROMANELLI, 1993, p. 40).

Somando a legislação, que praticamente tornava o ensino no Brasil dual; o ensino primário e secundário sob responsabilidade das províncias e o superior ligado diretamente ao governo no município da Corte, à falta total de estrutura física e à falta de formação de professores, a situação da educação em quase todo o país constituía-se numa catástrofe. A exceção seria o município da Corte que, pelas próprias condições políticas desde a transferência da Família Real para o Brasil, passou a ter cursos superiores e escolas secundárias, obviamente para atender à aristocracia vinda de Portugal. Nas demais regiões, os professores das poucas escolas, públicas ou privadas, anteriores ou não a 1834, eram mal preparados e mal remunerados, as escolas sobreviviam muito mais pelo empenho pessoal dos mestres do que pela sua profissionalização.

As famílias que tinham melhores condições contratavam professores particulares, que ministravam aulas na casa do aluno e geralmente ensinavam simultaneamente os meninos e as meninas da família, conforme afirma Silva (2004). Já as poucas escolas régias deveriam oferecer um ensino diferenciado para meninos e meninas, em salas separadas, sendo até mesmo os professores do mesmo sexo da clientela atendida. Paiva, tratando do impacto do Ato Adicional, explica que:

O Ato Adicional foi o instrumento legal mais importante para a educação popular no Brasil. Ao promover a descentralização do ensino elementar, transformando os Conselhos Provinciais em Assembléias Legislativas Provinciais com competência para legislar “sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios para promovê-la”, o Ato Adicional eliminou quaisquer pretensões de uniformização do ensino do primeiro grau em todo o país [...] Entretanto, se o Governo Central reservou-se a incumbência da educação das elites, atribuindo às províncias a da instrução popular sem explicitar seu impedimento para atuar também no nível da educação elementar, esta foi a interpretação adotada. A lei de 1834 propiciou uma atitude de isenção de responsabilidade por parte do Governo Central, em relação ao ensino primário (e, por extensão, ao ensino normal), considerando-a privativa das províncias (PAIVA, 1987, p. 62).

A situação na Província de Goiás não se diferenciava das demais, como já dissemos, quanto ao ensino das primeiras letras. Conforme demonstra a tabela

abaixo, em todas as províncias, o número de homens e mulheres que recebiam educação era baixíssimo, em comparação ao número que poderia receber.

Tabela 1 – Instrução pública no Brasil

Províncias	ENSINO PÚBLICO			ENSINO PARTICULAR			Soma geral	População livre	Capazes de Receber instrução
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total			
Amazonas	448	449	497	46	18	64	561	69000	9857
Pará	3344	1117	4461	568	271	839	5300	290000	41428
Maranhão	3804	918	4725	842	438	1280	6005	330000	47142
Piauí	772	192	964	18	3	21	985	230000	32857
Ceará	3790	1552	5342	0	0	658	6000	504000	72000
R. G. Do Norte	914	173	1087	67	0	67	1154	202000	28857
Paraíba	1404	396	1800	147	29	176	1976	250000	35714
Pernambuco	3807	918	4725	842	438	1280	6005	1040000	148571
Alagoas	2769	1342	4111	234	171	405	4516	250000	35714
Sergipe	1770	775	2545	347	74	421	2966	220000	323428
Bahia	7020	1917	8937	566	337	903	9840	1100000	157142
Esp. Santo	999	166	1165	0	0	0	1165	50000	7142
Rio de Janeiro	4821	1711	6532	1103	741	1844	8376	700000	100000
São Paulo	4372	2166	6538	1375	645	2020	8558	700000	100000
Paraná	1101	504	1605	847	22	896	2501	80000	11428
S. Catarina	1604	610	2214	253	133	386	2600	135000	19285
R. G. Do Sul	3886	2213	6099	1600	870	2476	8575	380000	54285
Goiás	1176	364	1540	0	25	25	1565	205000	29285
Minas Gerais	14705	2204	16909	0	0	0	16909	1200000	171428
Mato Grosso	0	0	838	0	0	73	911	95000	13571
Mun. Neutro	1860	1530	3390	2111	2056	4167	7557	300000	42857
Império	64369	20817	86024	10993	6277	18001	104025	8330000	1190000

Fonte: Paiva (1987, p. 68).

Caberá a José Rodrigues Jardim, o primeiro goiano a assumir o governo da Província, criar leis sobre a educação e regulamentá-las a partir do Ato Adicional. Assim, é criada a primeira Assembléia Provincial de Goiás, em julho de 1835, tendo como base a de Minas Gerais. A partir de então são regulamentadas várias leis e artigos que dizem respeito à educação. A primeira data do início da Assembléia, 23 de julho de 1835, é a Lei n. 13, que estabelecia dois níveis de ensino: no primeiro se ensinaria aos alunos a ler, escrever, operações matemáticas e doutrina cristã; no

segundo, leitura e escrita, aritmética, gramática e noções gerais dos deveres religiosos⁷.

Pelo Ato Adicional, o governo provincial deveria estender a instrução primária gratuita a todo cidadão brasileiro e criar escolas públicas de primeiras letras do sexo masculino na capital da província e nas vilas que julgasse necessário, conforme afirma Abreu (2006). A partir da Lei n. 13 são estabelecidas as normas que tratavam dos mais diversos aspectos do funcionamento das escolas, como, por exemplo, a frequência. Esta era cobrada das famílias, prevendo a lei até o pagamento de multas quando houvesse falta de matrícula e de frequência das crianças; a obrigatoriedade se iniciava aos cinco e ia até os oito anos, se estendendo até os 14 anos. Determinava, ainda, a Lei n. 13 que, para o funcionamento de uma sala, também haveria um número mínimo de alunos:

A frequência mínima estabelecida pela Lei nº 13 de 1835, era de dezesseis alunos. No Regulamento de 1869, o mínimo era de 10 alunos, e no Regulamento de 1884, a frequência mínima era de 20 alunos para a escola masculina e quinze para as escolas femininas. O Regulamento de 1886 determinou que a escola que durante o trimestre fosse freqüentada por menos de 10 alunos seria extinta. O Regulamento de 1887 fez as especificações que se seguem: Pelo menos 35 alunos para as escolas de ambos os sexos na capital da província; 25 alunos para as masculinas e vinte para as femininas em outras cidades; vinte para o sexo masculino e quinze para o sexo feminino nas vilas, e dez para as escolas de ambos os sexos nas freguesias, arraiais e povoações (ABREU, 2006, p. 34).

Os currículos das escolas masculinas e femininas eram diferenciados; o oferecido para as meninas estava voltado para o exercício das atividades domésticas. Ao negar às mulheres certos conhecimentos científicos, substituindo-os por prendas domésticas e valores religiosos, fica evidente o lugar que lhes cabia nessa sociedade. A educação oferecida às mulheres não poderia permitir o rompimento com a ordem estabelecida, não deveria ser uma ameaça ao papel do homem ou à família.

A Lei n. 13 vigorou até o ano de 1855, tendo sido realizadas várias regulamentações, como a de 1856 e 1869, que pouco alteraram a Lei primeira, de 1835. Outro dado sobre a educação no Brasil é que esta sempre foi uma atividade

⁷ Na sequência os artigos: 1º e 3º, da Lei de n. 13, de 23 de julho de 1835: “As escolas públicas de primeiras letras de 2º grau ensinavam leitura, escrita, aritmética até as proporções, gramática da língua nacional e as noções gerais dos deveres morais e religiosos. As escolas públicas de primeiras letras de 1º grau ensinavam leitura, escrita, a prática das quatro operações, aritmética e doutrina cristã. Nas escolas femininas ensinava-se a ler e a escrever, a prática das quatro operações aritméticas, ortografia, prosódia, doutrina cristã e noções gerais dos deveres morais, religiosos e domésticos” (ABREU, 2006, p. 27).

exercida por homens; durante a colônia, pelos religiosos; no período das aulas régias, também por homens, leigos, em sua maioria, o que também valia para as aulas particulares. Com a possibilidade de implantação de escolas de ensino mútuo, esse quadro não muda de imediato: a educação, no Brasil, ainda vai continuar, durante muito tempo, uma atividade prioritariamente masculina. Inicialmente essa mudança não ocorre pela própria falta de professoras em condições de assumir as cadeiras, de qualquer disciplina, tornando difícil romper com o ciclo; elas não frequentavam a escola porque não lhes era algo primordial, e as poucas que conseguiam terminar o ensino das primeiras letras não encontravam escolas secundárias. Um exemplo dessa situação é a criação da primeira escola normal no Brasil, que inicialmente foi aberta apenas para homens. Quando estendida às mulheres, o será de forma limitada, já que poucas conseguirão cursar as primeiras escolas normais. O ensino secundário ficará, durante o século XIX, quase que prioritariamente sob o controle da iniciativa privada, principalmente após o Ato Adicional. As escolas femininas vão surgir, principalmente, após a segunda metade do século, localizando-se, grande parte delas, nas capitais das províncias.

Será no fim do século XIX com a Reforma Leôncio de Carvalho, de 1879, que primeiro expressará os desejos de mudança no quadro geral da educação brasileira. Ela vinha ao encontro das reivindicações por transformações políticas e sociais, mais intensas a partir da década de setenta, que terá como auge a abolição e, em seguida, a Proclamação da República. Essas mudanças propiciaram a criação das primeiras escolas normais com o intuito de formar professores primários. Hahner relata que:

Apesar da primeira dessas escolas normais ter surgido em Niterói, em 1835, e em seguida, em Minas Gerais, 1840 e na Bahia, em 1841, as escolas normais mantiveram-se até os últimos anos do Império em número reduzido, com poucas matrículas e em situação precária. Por exemplo, a escola normal criada em São Paulo, em 1846, só para meninos, fechou suas portas em 1867, depois de ter graduado apenas quatro estudantes. Somente voltaria a ser reinstalada após oito anos, e só no ano seguinte, em 1876, foi acrescida de uma seção, separada para meninas (HAHNER, 2003, p. 78).

Sendo a maioria da população brasileira analfabeta nesse período, as mulheres eram a maioria nesse grupo, bem como o eram os homens das camadas mais baixas da população. Elas, quando muito, tinham o ensino primário, sendo os cursos superiores privilégio dos homens e, mesmo assim, de uma minoria deles. O

currículo, como já foi explicado, não rompia com as expectativas que a sociedade mantinha com relação às mulheres. Sobre a forma de institucionalizar o ensino secundário, Wojciech Kulesza afirma:

A criação de Escolas Normais públicas nas províncias teve de se acomodar ao ensino secundário ministrado nos Liceus, essencialmente masculinos e dedicados à preparação para o ingresso no ensino superior, e que tiveram sempre como modelo o Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. Os diversos Liceus provinciais constituíram referência fundamental para o desenvolvimento do ensino normal, emprestando seus professores, suas instalações e seus regulamentos para as novas escolas. Nesse confronto entre as normas emanadas do poder central e os ditames locais, foram tentadas diversas formas de institucionalização nas quais os dois educandários acabaram influenciando-se mutuamente, ao mesmo tempo em que foram se configurando como escolas distintas. Como resultado desse processo, sem solução de continuidade na transição do Império para a República, emerge durante a primeira década de nosso século, em todo o território nacional, uma Escola Normal essencialmente feminina, dotada de escolas-modelo anexas destinadas à prática pedagógica, e que desencadearam o processo de profissionalização do nosso magistério primário (KULESZA, 1998, p. 64).

As moças de famílias ricas não eram estimuladas a seguir estudos sérios ou a destacar-se academicamente; as alunas de Escola Normal aprendiam trabalhos de agulha junto com ciências básicas, conforme afirma Besse (1999). O que se esperava das mulheres ainda era que conseguissem se casar e, como professoras, que disseminassem esse ideal.

Quanto ao ensino secundário na Província de Goiás, em 1847, foi criado, na Cidade de Goiás, o chamado Liceu de Goiás; como era comum nesse período, as principais escolas localizavam-se na capital da Província, e muitas vezes se restringiam apenas a ela. Em 1858, pela resolução provincial n. 15, foi criada a primeira Escola Normal, que não se tornou realidade imediatamente, sendo recriada em 1882, mas vindo a funcionar, efetivamente, em 1884. Brzezinski (1987) informa que no primeiro ano de funcionamento havia aulas no período noturno, das 17h às 21h, com 117 matrículas femininas contra 105 de rapazes, no diurno do Liceu.

Com o advento da República e suas promessas de transformação, os presidentes do estado procuraram atender às expectativas da população quanto à educação, por meio da proposição de nova legislação, ao mesmo tempo em que um discurso modernizador se torna mais constante, com a educação sendo o motor das transformações. Mas as inúmeras disputas políticas dos grupos que se revezavam no poder impediam que Goiás melhorasse as condições da instrução pública,

evitando a aplicação das leis criadas, como o próprio Presidente do estado João Alves de Castro avalia:

Apesar das dificuldades com que a lucta o nosso Estado pela distância em que se acha dos centros civilizados, nem por isso em comparação com os outros irmãos mais favorecidos, a nossa instrucção primária se acha em plano inferior, signal esse evidente de que o povo goyano aspira evoluir e progredir, acompanhando as outras Unidades da Federação. A instrucção primária tem passado por diversas phases nesses últimos annos, ora se achando a cargo dos municípios, ora dos Estados, essas alternativas tem contribuído para sua desorganização, sendo esse um dos motivos de não se achar ella em mais franca prosperidade A Lei nº 527, de 07 de julho de 1916, que reorganiza a instrucção primária não poude ser ainda posta em execução, visto trazer augmento considerável de despesas para o Estado e não ter sido ainda regulamentada (MP de 1917 apud GONÇALVES, 2006, p. 5, 7).

Dentro do que acreditavam ser um projeto modernizador para a primeira metade do século XX, o grupo escolar vai ser um modelo para a época, uma tentativa da República de se contrapor ao período Imperial. Se as escolas daquele período, em especial fora do município da Corte, não possuíam prédios próprios e estavam instaladas em casas alugadas ou na própria casa dos professores, agora viriam os grupos escolares dar dignidade à educação no Brasil, com prédios construídos especialmente para abrigar o novo projeto. O primeiro grupo escolar surge no interior de São Paulo, em 1893, a partir da reunião de escolas isoladas, que são, portanto, agrupadas. Daí a denominação grupo escolar.

Goiás, tendo como modelo São Paulo, criou o primeiro grupo escolar em 1922, na cidade de Goiás. Nele passaram a estudar 100 alunos, com duas salas para o sexo feminino e duas para o sexo masculino. O ensino mútuo seria implantado gradativamente. A lei de criação, n. 632, de 1918, estabelecia o ano letivo em 10 meses, curso primário de 4 anos, e dispunha também sobre a frequência, estabelecendo, em seu art. 122, a obrigatoriedade para a instrucção primária para os meninos de 7 a 14 anos e para as meninas de 7 a 12 anos. Continua evidenciado, mesmo na República, um projeto diferenciado para meninos e meninas.

Só em 1929 a Escola Normal conseguiu autonomia do Liceu de Goiás. Via Escola Normal, a educação primária se tornará o espaço por excelência para a atuação das mulheres, principalmente as pertencentes às camadas médias da sociedade. Lembrando que foi só a partir de 1879 que a co-educacão se tornou

obrigatória nas escolas públicas primárias e, em 1880, foi estendida às escolas normais. A partir de então, a presença de professoras nas escolas primárias vai aumentando de forma significativa, até se tornar um espaço prioritariamente feminino.

Se não frequentassem a escola normal, a única outra possibilidade de continuidade dos estudos para as mulheres seria matricular-se em uma escola particular, sendo a maioria mantida por ordens religiosas, ou então se educarem em casa, com professores particulares. No primeiro caso, essa opção não existia em Goiás e, no segundo, era restrita a poucas, às que tinham pais em condições de pagar e que considerassem tal iniciativa importante.

Embora tenha sido no Império que se colocou a necessidade de educação feminina, mesmo que de forma limitada, esse processo não se concretizou no século XIX e nem mesmo com as propostas transformadoras da República, que apregoava que a mulher educada era o esteio da família, o alicerce da pátria, a reprodutora da raça e a formadora de futuros cidadãos, conforme afirma Almeida (2000, p.6). Até o fim da primeira metade do século XX continuaram existindo escolas com divisão por sexo e um currículo diferenciado, mantendo e reforçando a existência de dois mundos: um masculino e um feminino. Hahner (2003, p. 126) coloca a questão da seguinte forma:

Os homens criavam leis que regulamentavam a educação pública e debatiam teorias de educação no parlamento ou na imprensa. Por isto, em matéria de educação para as mulheres, tudo refletia a percepção masculina do papel social e das atividades a serem por elas exercidos. Aos homens, além de estabelecer quais os assuntos e as matérias as mulheres deveriam estudar na escola, também lhes cabia escrever os textos e aprovar os livros que elas deveriam ler. Esta literatura prescritiva incorporava os valores relativos à socialização da mulher, assim como igualmente refletia as atitudes culturais e as preferências emanadas da percepção masculina dos papéis dos gêneros dentro da sociedade brasileira do século XIX (HAHNER,2003, p. 126).

Tudo isso baseado no temor de a mulher se ver desobrigada daquilo que era tido como sagrado: o casamento, filhos e família. Já que a mulher deveria ir à escola, o fazia para aperfeiçoar as funções que se esperavam dela, não para romper com elas ou transformá-las.

2.2 A luta pelo voto

Para Michelet Perrot e Geneviève Fraisse (1991), o século XIX, na Europa, foi um momento histórico para as mulheres, um tempo de modernidade em que se torna possível uma posição de sujeito, indivíduo de corpo inteiro, atriz da política, cidadã. O Brasil não ficou de todo imune às transformações pelas quais passava a Europa. A sociedade brasileira tornava-se cada dia mais complexa, mais urbana, mais diversificada. A industrialização, mesmo que incipiente e o comércio em expansão possibilitariam o crescimento de uma classe média urbana, com novos anseios e novas idéias. Com o aumento da população escolarizada não seria apenas o abolicionismo um grande tema dos debates entre os intelectuais, assuntos como a possibilidade de uma república no Brasil faziam-se cada dia mais presentes nos debates que ocorriam em jornais, revistas e manifestos.

O século XIX, após a chegada da Família Real, e as primeiras décadas do século XX veriam proliferar uma série de jornais e periódicos, que se tornaram uns dos principais meios de divulgação de idéias e informações entre a população alfabetizada do Brasil. A grande maioria estava voltada para assuntos econômicos e políticos, feitos por homens e para os homens. Surgem, ainda, os feitos por homens, mas voltados para as mulheres, tratando de poesia e moda. Mas algumas mulheres audaciosas iniciaram a publicação dos primeiros jornais para tratar de assuntos do interesse do público feminino, ao mesmo tempo em que tomavam posição política a favor de vários temas, como a ampliação dos direitos da mulher, o fim do casamento por interesse, o direito ao divórcio e ao voto. Hahner destaca:

As editoras de periódicos que defendiam a emancipação feminina permaneceram distantes de seus colegas masculinos, cujo número era bem maior, também responsáveis por jornais voltados para mulheres. Enquanto vários destes jornais, que enfatizavam quase exclusivamente a moda ou a literatura, circularam por décadas, aqueles não duraram mais que algumas semanas. A maioria deles confiava na contribuição masculina, embora publicassem trabalhos literários femininos. Pouco empenhados em oferecer mais do que entretenimento, esses jornais não questionavam a ordem social estabelecida, e um deles até procurava explicar que “a emancipação da mulher não deve ser, como alguns insistem, igual à do homem: porque para a mulher a religião é tudo e sua influência se manifesta em todos os seus atos, em todos os seus passos” (HAHNER, 2003, p. 92).

O ato de escrever e publicar dessas mulheres certamente é um ato de transgressão, rompe com o modelo feminino que a sociedade brasileira impunha a todas as mulheres. Ao se proporem tratar de temas políticos, essas precursoras não só denunciavam a situação em que se encontravam as mulheres, mas se opunham a ela. Elas procuravam, como no caso do jornal *O Sexo Feminino*, dirigir-se às mulheres para que estas mudassem seu comportamento; buscavam um despertar feminino, com a mudança de atitude, não sendo mais escravas dos maridos, mas companheiras.

Apresento, aqui, os principais periódicos que circularam no Brasil no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX⁸. O Rio de Janeiro, primeiro como município da Corte e depois como capital da República, era a porta de entrada, no Brasil, para todas as idéias e novidades vindas da Europa e, ao mesmo tempo, era o grande difusor delas para o interior do país. Assim, surgiram no Rio de Janeiro, jornais e revistas femininas, tanto os criados por homens e dirigidos por eles como os criados e dirigidos por mulheres. O que nos interessa especialmente aqui são os jornais criados por mulheres e dirigidos às mulheres.

Embora muitas pesquisas apontem Joana Paula Manso como a primeira a criar um jornal feminino, que chamou de *O Jornal das Senhoras*, com seu primeiro número publicado em 1º de janeiro de 1852, Muzart (2003) aponta Maria Josefa Barreto Pereira Pinto, proprietária do jornal *Belona Irada contra os Sectários de Momo*, como sendo a primeira a criar um jornal feminino no Brasil, fato constantemente esquecido pela maioria dos pesquisadores. Sobre ele e sua criadora comenta:

Esse teria sido o primeiro jornal fundado por mulher no Brasil, 19 anos antes daquele de Juana Paula Manso, que é considerado por todos como o fundador do periodismo feminino. O jornal, como o nome o indica, polêmico, era um jornal político, muito diferente dos objetivos do *Jornal das Senhoras*. O *Belona* não fez escola, e o que se tornou modelo inicial para os periódicos feministas do século XIX foi o *Jornal das Senhoras*. Maria Josefa não era *lady*, era uma trabalhadora e uma mulher 'de faca na bota' [...] Segundo Guilhermino César, "política e literatura, exasperação romântica e ideologia - eis a dieta dessa mulher que foi também adversária dos Farrapos e contra eles manejou a pena" (MUZART, 2003, p. 225-233).

⁸ Infelizmente, até o momento são poucas as pesquisas dedicadas à imprensa feminina em Goiás, em especial no século XIX. Esta pesquisa não trata especificamente da imprensa feminina, mas se utiliza dela para compreender a atuação feminina na política, baseando-se nos dados coletados Hahner (2003) e Bernardes (1995), autoras já citadas neste trabalho.

Voltando ao *Jornal das Senhoras*, o editorial do primeiro número deixa clara a opção pela emancipação feminina. Tinha como subtítulo: “Modas, Literatura, Bellas-Artes, Theatros e Crítica” (BERNARDES, 1989, p. 103), muito mais suave do que os subtítulos apresentados pelo *Jornal Belona*. A partir de então, vários foram os jornais que começaram a tratar de assuntos femininos, mas nem todos partilhavam da luta pela emancipação ou pelo sufrágio feminino. Os títulos sucediam-se. Entre a moda e a literatura, a imprensa feminina brasileira caminhava, com nomes de flores, pedras preciosas, animais graciosos, todas as metáforas da figura feminina, como lembra Muzart (2003).

Em 1862, foi fundado por Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar o *Belo Sexo*, que contava com a colaboração de várias mulheres e se apresentava como: “Periódico Religioso de Instrucção e Recreio, Noticioso e Crítico moderado”. Na cidade de Campanha, Minas Gerais, Francisca Senhorina da Motta Diniz publicou *O Sexo Feminino*, em 1873, cujo subtítulo era “Semanário Dedicado Aos Interesses da Mulher”. Em 1875, Francisca transferiu *O Sexo Feminino* para o Rio de Janeiro, onde sobreviveu por mais de três anos, alcançando um grande número de assinantes. Parou de circular devido a uma epidemia de febre amarela que forçou Francisca Diniz a deixar a cidade e suspender a publicação em 1876, segundo Hahner (2003). Quatro anos depois, ela cria outro jornal no Rio de Janeiro, *Primavera*, que teve o mesmo sucesso do anterior. Surge, ainda, o jornal *Voz da Verdade*, que também não durou muito.

Só em 1889, Francisca Diniz lança *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, alcançando maior sucesso ainda, atingindo uma circulação de 2.400 exemplares (HAHNER, 2003, p. 98). *O Domingo* surge em 1874, fundado por Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Vellasco. Em Recife surge *Myosótis*, em 1875, criado por Maria Heraclia. Amélia Carolina da Silva Couto inicia, em 1876, o *Echo das damas*, que será publicado até 1880, quando é interrompido e volta em 1885, sempre enfático na defesa do direito da mulher à educação. Além desses jornais, surgiu uma série de outros, que iam da defesa dos direitos da mulher à literatura e moda, conforme tabela a seguir, inicialmente elaborada por Bronstein

(2008, p. 20) e complementada por esta pesquisa com os jornais publicados em Goiás, na capital da província, no século XIX⁹ e início do século XX.

Tabela 2 – Publicações femininas nos séculos XIX e XX

Nome do periódico	Informações sobre	Ano e local de criação
<i>Belona Irada contra os Sectários de Momo</i>	Fundado pela poetisa e feminista Maria Josefa, teria sido o primeiro jornal fundado por mulheres. Era um jornal de cunho essencialmente político.	1833 – Porto Alegre –RS
<i>Novellista Brasileiro ou Armazém de Novellas Escolhidas</i>	Recordações de fatos históricos, viagens, memórias, anedotas e charadas, poesias, modas teatros, bailes, reuniões etc.	1851/Rio de Janeiro–RJ
<i>Jornal das Senhoras</i>	Moda, literatura, belas-artes, teatro e crítica.	1852–1855/Rio de Janeiro
<i>Recreio do Bello Sexo</i>	Moda, literatura, belas-artes e teatro.	1856/Rio de Janeiro–RJ
<i>O espelho</i>	Moda, literatura, indústria e artes.	1859–1860/Rio de Janeiro–RJ
<i>Bello Sexo</i>	Religião, instrução e recreio noticioso e crítico moderado.	1862/Rio de Janeiro–RJ
<i>A Bella Fluminense</i>	Dedicado ao belo sexo e a todas as classes da sociedade.	1863 –1864 Rio de Janeiro–RJ
<i>Jornal das Famílias</i>	Dedicado às mulheres. Continha figurinos, receitas de doces, moldes de trabalho, conselhos de beleza para ocupar o ócio das senhoras.	1863 –1878/Rio de Janeiro
<i>O Domingo</i>	Recreação, sonetos, cartas de amor e modas.	1873/Maranhão
<i>O Sexo Feminino</i>	Parece ser o primeiro jornal a defender os direitos das mulheres.	1875 – 1877/Campanha Minas Gerais
<i>*Jornal das Moças</i>		1876–Rio de Janeiro –RJ
<i>*O Recreio das Moças</i>		1876 – 1877/Rio de Janeiro–RJ
<i>*O Echo das Damas</i>		1879 – 1880/Rio de Janeiro–RJ
<i>A Estação</i>	Jornal de moda parisiense dedicado às senhoras brasileiras.	1879 – 1904
<i>A mãe de família</i>	Educação na infância e higiene na família.	1879 – 1888
<i>Republica das Moças</i>	Desenhos de Belmiro.	1879/Rio de Janeiro–RJ
<i>A primavera</i>	Jornal semanal de instrução e notícias.	1879/Estância–Sergipe
<i>O beijo</i>	Modinhas, recitativos, lundus e poesias.	1881/Rio de Janeiro–RJ
<i>O Echo das Damas</i>	Reaparecimento da revista de 1879.	1885 – 1888

⁹ Os dados referentes aos jornais goianos do século XIX constam do Almanaque elaborado por A. J. Brandão em 1886. Ele não acrescenta nenhum outro dado sobre estes jornais femininos goianos. Outros dados complementares dos jornais se encontram na Fundação Biblioteca Nacional.

O Sexo Feminino	Reaparecimento da revista de 1875. Reivindicava igualdade de direitos entre homens e mulheres.	1887 – 1889/Rio de Janeiro–RJ
A família	Publicação feminista que defendia a emancipação da mulher.	1889 – 1897/São Paulo/Rio de Janeiro
O quinze de novembro do sexo feminino.	Literatura recreação e notícias.	1890 – 1896 Rio de Janeiro
O mimo	Literatura.	1896/Rio de Janeiro
A violeta	Literatura.	1848/Rio de Janeiro
O Lírio Variedades	Jornal dedicado a famílias.	1860/São Paulo–SP
O Leque	Literatura.	1886
Bouquet	Órgão dedicado ao bello sexo goyano.	1886/Goiás
Aurora	Crítico literário.	1886/Rio de Janeiro–RJ
A Violeta	Literatura.	1887/Rio de Janeiro–RJ
A família.	Dedicado à educação da mãe e da família.	1888 – 1889/São Paulo–SP e Rio de Janeiro–RJ
A pérola	Dedicado à mulher.	1899/São Paulo–SP
Jornal das Damas	Recreativo.	1862/Recife–PE
A Camélia	Jornal acadêmico dedicado à mulher.	1898/Mar de Espanha–MG
Revista das Modas		1892
A mensageira	Literatura, condição feminina e notas culturais.	1897 – 1900
O Ramilhete		1898
A borboleta	orgao litterario dedicado ao bello sexo.	1902/Curvelo – MG
Álbum das meninas	Revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. Mensal, distribuída gratuitamente nas escolas públicas femininas de São Paulo.	1898/Rio de Janeiro–RJ
A Rosa	Jornal de Literatura, primando por poemas femininos. Fundado por Cora Coralina.	1908 – Cidade de Goiás–Goiás
O Lar	Literatura e notícias. Dirigido por Oscarlina Alves Pinto e Genezy de Castro. Redatoras: Altair de Camargo, Maria Ferreira, Laila de Amorim, Maria Carlota Guedes, Floracy Artiaga.	1925 Cidade de Goiás/Goiás

* jornais que não possuem descrição precisa sobre sua área de atuação.

Os jornais foram uma etapa do caminho pela luta pelo voto feminino. Ao exporem suas idéias, levavam a muitas mulheres o desejo por mais espaço e direito na vida pública. Foi um processo longo, que gradualmente foi trincando a ordem estabelecida e apontando novas possibilidades de participação feminina, além daquelas que lhes eram comuns e além daquelas que lhes eram destinadas.

O ponto culminante das reivindicações das mulheres no Brasil foi a luta pelo voto e pelo direito de ser votada, de participação política. Não foi uma luta nascida na República ou de republicanas/os, teve a participação das mais variadas figuras tanto do Império quanto das primeiras décadas republicanas, mas que só veio a se concretizar em 1932, no Governo Getúlio Vargas.

Hobsbawm, tratando da nova mulher que emerge a partir da segunda metade do século XIX na Europa, que ele chama de longo século, destaca a participação feminina em dois momentos: primeiro há uma exclusão gradativa da mulher do mundo da política, do qual sempre havia participado por ocasião dos movimentos reivindicatórios, principalmente as camponesas pobres, na luta por alimentos ou contra a cobranças de impostos; outro momento é o da Revolução Francesa, quando as mulheres tiveram grande importância, pois foram elas que marcharam sobre Versalhes pedindo ao Rei o controle dos preços dos alimentos (1989, p. 282, 281). Mas, gradativamente, vão sendo colocadas fora deste mundo da política, sendo limitadas em sua participação. Sobre isto ele afirma:

À medida que a democratização avançava e o direito de voto - local e nacionalmente [...] A política tornou-se, assim, essencialmente um assunto de homem, a ser discutido em tavernas e cafés onde os homens se juntavam ou nas reuniões às quais compareciam, enquanto as mulheres permaneciam confinadas à parte privada e pessoal da vida, para qual a natureza as havia exclusivamente predisposto (HOBSBAWM, 1989, p. 282).

Nas sociedades ocidentais que estabeleceram o voto como o ápice das formas de participação política e democratização, neste momento houve a exclusão natural das mulheres, porque a elas só restava a “parte privada e pessoal da vida” como bem colocou Hobsbawm (1989). Mas é justamente esta não participação que levaria à formação de um fosso entre homens e mulheres quanto à participação política e traria à tona as primeiras manifestações femininas por inclusão no mundo da política, via o direito ao voto. Após a primeira grande guerra se intensificam os

movimentos feministas por direito à participação política, o que logo leva à conquista do voto em importantes países da Europa e nos Estados Unidos.

No Brasil, essa exclusão se torna clara a partir da Constituição de 1891, quando é adotado o sufrágio universal masculino, ao mesmo tempo em que as emendas ao artigo 70, que davam o direito de voto às mulheres, foram consideradas inconstitucionais. No entanto, na Constituinte, os debates em torno do tema já existiam. Soihet afirma:

Outros, porém, alegavam que o elemento feminino estava incluído na categoria “cidadãos brasileiros”. Pelo que é dado verificar, conclui-se que o espírito da Assembléia foi o de deixar uma abertura para o tema. Não ousou, porém, a referida Assembléia expressar claramente o direito eleitoral às mulheres, numa época de tantas restrições à sua participação; por outro lado, não permitiu, porém, a Constituinte, que esta concessão fosse assinalada, “expressamente a cidadãos varões” [...] Infere-se, portanto, que optou a citada Assembléia por uma fórmula vaga, imprecisa que impediria fosse contestada, radicalmente, a capacidade política das mulheres. (SOIHET, 2006, p. 23-24).

Esta fórmula ambígua possibilitou à Myrthes de Campos, primeira mulher a entrar na Ordem dos Advogados, requerer seu alistamento eleitoral, argumentando que a Constituição não negava esse direito às mulheres. O alistamento foi negado, o que não a impediu de continuar lutando por esse direito, como afirma Soihet (2006, p.25). Leolinda de Figueiredo Daltro também requereu, na mesma época, seu alistamento, sendo-lhe, da mesma forma, negado. Continuando sua luta, a professora Leolinda Daltro fundou o Partido Feminino Republicano, que, além do voto, lutava pela emancipação das mulheres brasileiras em termos gerais, e, especificamente, advogava que os cargos no serviço público deviam ser abertos a todos os brasileiros, independente do sexo, conforme lembra Hahner (2003, p.280). Com a fundação do partido, ela pretendia fazer ressurgir no Congresso o debate sobre o voto feminino. Leolinda organiza uma passeata no Rio de Janeiro, com a participação de 84 mulheres, surpreendendo a população da cidade, como conta Soihet (2006, p.26).

Surge, nesse clima de luta, Bertha Lutz¹⁰, em 1918, vindo da Europa, onde havia passado sete anos. Logo ao chegar, ela escreve um artigo em resposta a um

¹⁰ Citamos, aqui, apenas alguns dados biográficos de Bertha Lutz, uma vez que esta foi uma referência para a grande maioria das feministas: “Nascida em São Paulo, em 1894, de pai suíço-brasileiro, Adolfo Lutz, um pioneiro da medicina tropical no Brasil, e mãe inglesa, Anny Fowler, uma ex-enfermeira de leproso voluntária no Havaí, Bertha Lutz foi educada no Brasil e depois na Europa.

colunista de um jornal carioca, que havia afirmado que as recentes realizações feministas nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha exerceriam pouca influência no Brasil. Contrapondo a essa afirmação ela fez uma chamada oficial para a constituição de uma liga de mulheres brasileiras, não uma “associação de sufragettes, para quebrarem as vidraças da Avenida”, mas para assumirem responsabilidades políticas no futuro, conforme relata Hahner (2003, p.288). “Sufragettes” era o termo utilizado para designar parte do movimento feminino inglês que se manifestava de forma mais radical, o que Bertha não queria para o movimento brasileiro. Nesse primeiro artigo, fica claro o caminho que o movimento liderado por Bertha Lutz procurará seguir: a moderação. Embora essas primeiras mulheres que se colocaram à frente da luta pela emancipação e pelo voto feminino tivessem um caminho difícil, pela oposição que parte da sociedade da época fazia, nem o movimento pelo voto, nem os que se opunham chegaram a uma radicalização. As mulheres que se posicionaram e se prontificaram a lutar pela emancipação não queriam romper com a ordem estabelecida, buscavam a extensão, primeiramente, de um direito que foi concedido aos homens: o voto, somado ao direito à educação e trabalho.

Em sua própria trajetória profissional, Bertha não fugiu dos confrontos, já que foi a segunda mulher a entrar para o serviço público no Brasil, em 1919, concorrendo com dez candidatos masculinos ao cargo de ‘secretário’ do Museu Nacional, ficando em primeiro lugar e passando logo a atuar como naturalista. Anteriormente, em 1918, Maria José de Castro Rebello Mendes havia entrado por concurso como terceira oficial da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, no Itamaraty. Tanto ela quanto Bertha precisaram de parecer jurídico para assumirem seus cargos. O de Maria José foi redigido por Rui Barbosa e o de Bertha Lutz, pelo Dr. Raul Penido.

Ainda em 1919, Bertha Lutz funda, junto com Maria Lacerda de Moura, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher. Era o início do movimento pelos direitos da mulher no Brasil, na sua forma mais organizada até então, buscando influenciar e esclarecer a opinião pública sobre o movimento, utilizando-se de jornais e revistas, ao mesmo tempo em que escreviam para os membros do Congresso

Em 1918, ela concluiu sua Licenciatura em Ciências na Sorbone. Mais tarde, obteve o diploma da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro” (HAHNER, 2003).

como forma de exercer pressão para que o tema do voto feminino entrasse nas discussões. Soihet assinala que:

[...] inaugura-se a década de 1920 que polariza inúmeros descontentamentos que se vinham manifestando ao longo da República e que se expressam em vários movimentos: o Tenentismo, a criação do Partido Comunista, o Modernismo, como também o crescimento do Feminismo. Revelam insatisfações, relacionadas ao nível econômico, à esfera política, marcada, especialmente, pelo descontentamento com a corrupção característica do sistema eleitoral vigente, postulando um governo realmente representativo, mas tais insatisfações apresentaram-se, também, no que tange ao terreno das idéias, do comportamento, dos valores. Em suma, foi um momento de grande efervescência e busca de soluções para os problemas do Brasil nos mais diferentes âmbitos, observando-se o empenho de inúmeros intelectuais em dar ao país uma face nacional e moderna, através da valorização de uma cultura que integrasse diversidades. E o movimento em busca do reconhecimento de direitos das mulheres inseria-se neste bojo (SOIHET, 2006, p. 32-33).

A partir de então, Bertha Lutz passa a buscar o intercâmbio e as conexões internacionais com organizações feministas de outros países que lutavam por questões idênticas, como do Uruguai, e também com a Liga Internacional Feminina¹¹ Ibérica e Latino-Americana e a Associação Sufragista Feminina Nacional Americana.

Foi como delegada oficial, representando o Brasil e escolhida pelo governo brasileiro, que Bertha Lutz fez seu ingresso na cena sufragista internacional, conforme relata Hahner (2003, 297). A partir de suas ligações com associações internacionais e suas representantes, Bertha passou a conceber o modelo mais adequado para o movimento brasileiro. Mais precisamente, o modelo dos Estados Unidos, mais conservador, diferente do que ocorria na Inglaterra, onde muitas manifestações resultaram em ações violentas. Com esse propósito, surge a nova associação no Brasil, a Federação para o Progresso Feminino (FBPF), em 9 de agosto de 1922, que passa a agregar as sufragistas brasileiras sob a presidência de Bertha Lutz, substituindo a Liga para a Emancipação Feminina.

Nos anos 20, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino cresceu e passou a abrigar, sob o mesmo teto, as mais diversas organizações femininas: sufragistas, profissionais, de caridade e cívicas, de todos os estados brasileiros. E suas associadas repartiam-se entre as que lutavam por assegurar às mulheres direitos sociais e políticos e as que se preocupavam principalmente em exaltar e

¹¹ Na primeira conferência internacional realizada em Washington, em 1902, foi aprovada a criação de uma organização internacional chamada de Aliança Sufragista Feminina Internacional, aberta a qualquer nação que quisesse participar.

louvar os papéis domésticos das mulheres, relata Besse (1999, p. 182). Em seus pronunciamentos, a FBPF procurava evitar o confronto entre essas variadas correntes e entre os papéis públicos e privados das mulheres, mesmo que elas próprias rejeitassem o papel tradicional de esposa e mãe, como lembra Hahner (2003). No entanto, mesmo com tantas diferenças, Bertha conseguiu estabelecer o que seria o eixo da campanha da Federação. A esse respeito Besse assinala que:

Em primeiro lugar fez um apelo ao Ministério da Educação para propiciar educação secundária rigorosa para as mulheres de modo que elas estivessem adequadamente preparadas para passar no exame de ingresso na universidade e competir com os homens na obtenção de emprego assalariado. Seu apelo obteve resposta em 1922, quando pela primeira vez, as mulheres foram admitidas no prestigiado Colégio D. Pedro II, do Rio de Janeiro. Em segundo lugar, exprimiu sua convicção de que a emancipação das mulheres estava no trabalho assalariado. [...] Em terceiro lugar, argumentou em favor da justiça e da necessidade do sufrágio feminino, salientando que ele ao mesmo tempo daria dignidade e poderes à mulher (BESSE, 1999, p. 185).

Isso foi realizado utilizando os mais variados meios. Os congressos da Federação serviam para organizar, debater, avaliar e lançar propostas do movimento. Mas o que mais utilizavam era a imprensa. A FBPF teve, no início dos anos 30, um programa de rádio chamado Cinco Minutos de Feminismo, que fazia tudo que propiciasse publicidade: fóruns públicos de discussão, manifestos, campanhas de cartas e ações isoladas das mulheres, na tentativa de obterem registro como eleitoras, afirma Hahner (2003, p. 306).

Junto com essas ações, a FBPF vai dar enfoque às ações no Congresso, no qual nenhum projeto havia conseguido passar da primeira leitura, como o do deputado Maurício de Lacerda, de 1917; igual tratamento teve o projeto do Senador Justo Chermont, que introduzia o voto para mulheres que tivessem atingido vinte e um anos de idade. Esse projeto só irá receber atenção em 1921, quando foi aceito e realizada a sua primeira leitura. Mas irá demorar mais seis anos para que tramitasse na Comissão de Legislação e Justiça, onde as discussões haviam sido paralisadas por ser a maioria dos membros contrários ao voto feminino.

A Câmara e o Senado receberam outros dois projetos de mesmo teor, em 1924, que incluíam as mulheres no rol de eleitores, mas restringiam essa possibilidade, ao vincular o voto à autorização do marido, quando fosse casada. O

projeto foi alvo de inúmeras críticas e a FBPF argumentou que o voto não podia depender de uma permissão. Esses projetos também não tiveram continuidade.

Porém, em 25 de outubro de 1927, no Estado do Rio Grande do Norte, o inusitado ocorreu. Pela primeira vez as mulheres brasileiras podiam votar e serem votadas sem a autorização do marido, de acordo com a Lei Estadual n. 660¹². Celina Guimarães Viana, de 29 anos, solicita a sua inclusão no rol de eleitores, na cidade de Mossoró, sendo a primeira mulher da América do Sul a poder votar. Na cidade de Natal, Júlia Alves Barbosa também fez o mesmo, mas o seu pedido só foi deferido dois dias após a solicitação, enquanto que o de Celina Guimarães foi no mesmo dia. Depois dessas autorizações, é criada a Associação de Eleitoras Norte-Rio-Grandenses, filiada à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Isso tornou possível a eleição, pelo Partido Republicano Federal da primeira prefeita daquele estado, e do Brasil, Alzira Teixeira Soriano, filha de um chefe político do Rio Grande do Norte. Foi eleita com 60% dos votos válidos para administrar a cidade de Lajes.

A ruptura ocorrida entre as oligarquias que comandavam a República brasileira e se revezavam no poder possibilitou que todos os grupos descontentes com a condução política do país manifestassem seus interesses, sendo o maior deles, certamente, o de participação política. Desde os anos 20 esses grupos, marcadamente urbanos, demonstravam sua insatisfação com o domínio de São Paulo e de Minas Gerais na condução política brasileira. São Paulo, grande produtor de café, teve seu poder enfraquecido durante a depressão de 1929, que levou o mercado de café a um colapso. A Revolução de 1930 colocou fim a esse domínio, com a aliança temporária entre facções burguesas não vinculadas ao café, classes médias e o setor militar tenentista, todos com os mais variados interesses, que apoiaram Getúlio Vargas, presidente de forma provisória, pondo fim, assim à República Velha, conforme ressalta Boris Fausto (1985).

Aproveitando as mudanças, a FBPF realiza, em junho de 1931, sua segunda convenção internacional, no Rio de Janeiro, com a presença de Getúlio Vargas, na qual o presidente, falando às participantes do encontro, defende a remodelação do

¹² O Artigo 77, das Disposições Gerais do Capítulo XII da referida lei, determinava: “No Rio Grande do Norte poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei”. Era governador do estado José Augusto Bezerra de Medeiros, que seria substituído na administração estadual por Juvenal Lamartine de Faria no ano de 1928. Ambos eram líderes políticos do sertão inseridos nas relações oligárquicas da *República Velha* (Centro de memória da justiça eleitoral do Rio Grande do Norte. Natal. Disponível em http://www.tre-rn.gov.br/nova/inicial/links_especiais/centro_de_memoria/index.htm). Acesso em: 20 fev. 2009).

modelo político brasileiro. Isso acontece com a elaboração de um anteprojeto de lei eleitoral, que conseguiu desagradar tanto a parlamentares quanto as integrantes da FBPF, devido às restrições de voto: só votariam as viúvas, solteiras com renda própria e casadas com autorização dos maridos, e ainda às complicações para colocá-lo em prática. Diante das inúmeras manifestações contrárias, Getúlio Vargas resolve simplificar e outro código é elaborado, sendo instituído através de Decreto n. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Besse relata o seguinte sobre esse momento:

Em maio desse ano, Lutz foi nomeada para a comissão governamental encarregada de preparar uma minuta da nova constituição [...] Embora nenhum dos candidatos da FBPF fosse eleito para a Assembléia Constituinte, a federação foi bem-sucedida no *lobby* realizado em favor da aceitação de suas propostas. Entre as mudanças introduzidas na Constituição de 1934, estavam o direito de mulheres brasileiras manterem sua nacionalidade e o transmitirem a seus filhos, apesar de casamento com estrangeiro; sufrágio feminino e igualdade diante da lei, sem distinção com base no sexo; a instituição dos seguintes princípios orientadores da legislação trabalhista: pagamento igual para trabalho igual, salário mínimo, oito horas diárias de trabalho, férias anuais remuneradas, licença maternidade e seguro para proteger os trabalhadores contra doença, acidente ou incapacidade; aposentadoria, direito das mulheres de ocupar toda e qualquer função pública, sem distinções [...] (BESSE, 1999, p.189).

Mesmo com todas as peculiaridades que o movimento sufragista brasileiro vai adquirindo, ao longo de sua trajetória, como a forte presença de mulheres urbanas das classes alta e média, sempre dirigido por mulheres com formação superior, profissionais liberais, como professoras primárias e escritoras, o Brasil se tornou, logo após Canadá, Estados Unidos e Equador, o quarto país a garantir o voto para as mulheres.

As mulheres goianas não ficaram inertes diante dessas movimentações da política feminina no Brasil. Será nesse ambiente em transformação que as mulheres, alfabetizadas em casa ou nas primeiras escolas públicas de Goiás, se tornarão as primeiras vozes em prol da ampliação dos direitos de participação política e luta pelo sufrágio feminino.

A criação do Gabinete Literário, em 10 de abril de 1864, a primeira biblioteca pública da Província de Goiás, vai ser um êmulo para a vida intelectual da Capital da Província. Carvalho; Sant'Anna relatam:

Inicialmente, no ato de fundação do Gabinete Literário, os associados contribuíram com uma quantia de \$5.000 (cinco mil réis) de entrada e \$1.000 (um mil réis) mensais, destinados para as despesas e compras de livros, jornais e revistas. Provavelmente, para estarem informados sobre as novidades do Rio de Janeiro e do exterior, como a França e Inglaterra, países de referência cultural naqueles anos. Sobre a presença de mulheres naquele ambiente, o estatuto reconhecia a sua importância salientando: “as senhoras que forem sócias do Gabinete, e não puderem vir, não quiserem concorrer pessoalmente às sessões podem fazer-se representar por uma terceira pessoa expressamente autorizada para isso”(CARVALHO; SANT’ANNA, 1982, p. 3)

Será no Gabinete Literário que ocorrerão as mais diversas manifestações dos intelectuais e políticos goianos e a presença feminina não será impedida. Durante as primeiras quatro décadas de existência, o Gabinete passou por uma série de crises como a falta de dinheiro, diretorias pouco atuantes e mudanças de endereço, até que, em 1929, Antônio Ramos Caiado, mais conhecido como Totó Caiado, propõe uma diretoria composta só por mulheres (BRETAS, 1991 apud CARVALHO; SANT’ANNA, p. 4), que dará um novo impulso ao Gabinete:

A diretoria feminina deu um impulso ao Gabinete Literário, angariando fundos e novos(as) sócios(as), aumentando a renda ordinária. Nesse período promoveram reuniões, várias palestras, conferências e sessões lítero-musicais. Tratava-se, portanto de uma efervescência cultural no ambiente goiano, voltado para adoções de padrões culturais inovadores. (CARVALHO; SANT’ANNA, 2007, p.4)

O Gabinete será um marco para a organização feminina em Goiás, pois permitirá a participação das mulheres na luta pelo direito ao voto e à emancipação. É no Gabinete Literário que surge a Federação Goyana pelo Progresso Feminino, que levará as mulheres de Goiás a se inteirarem e participarem das lutas nacionais. A Federação Goyana é criada em 7 de maio de 1931, um mês antes da realização do segundo Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro, onde estiveram presentes representantes de todos os estados brasileiros, inclusive uma de Goiás, além de representantes de 28 organizações femininas, desde cívicas até assistenciais.

Pelos estatutos da Federação goiana, percebe-se que as lutas e debates nacionais foram incorporados pelas mulheres goianas, que propunham: promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina; proteger as mães e a infância; obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino; auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-las na escolha de uma profissão; estimular a

sociabilidade e a cooperação entre as mulheres e estimulá-las para as questões sociais e de alcance público; assegurar à mulher os direitos políticos que a futura Constituição lhes conferia e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos; e ainda estreitar os laços de amizade com os diversos Estados da União, conforme Carvalho; Sant'Anna (2007,p.6).

Mesmo vivendo em um estado distante da Capital Federal, as mulheres goianas mantinham-se informadas e participativas quanto às lutas da FBPF, estando tão inteiradas e mobilizadas que, em 1927, na cidade de Santa Luzia, Benedita Chaves Roriz fez um requerimento ao juiz de direito daquela comarca para que pudesse ter o direito de votar. O juiz Clovis Roberto Esselin deu sentença favorável a Benedita Roriz, tornando-se ela, assim, a primeira mulher goiana a votar, estando entre as primeiras do Brasil. Em seguida, o Juiz de Direito de Formosa concedeu igual direito a Almerinda Magalhães, que se tornaria, na década de 50, deputada estadual. Como no restante do Brasil, as militantes que tomavam a frente do movimento eram mulheres que já possuíam escolaridade e acesso às informações da época, principalmente através de jornais e revistas, sendo a maioria pertencente às camadas alta e média da sociedade. Sobre essas questões, Hahner coloca que:

As líderes da FBPF trabalharam para as mulheres das camadas populares, mais do que com elas, que dificilmente conseguiriam extrapolar os limites próprios da sua condição social e econômica. Embora essa atitude se mostrasse bem menos paternalista do que a de muitos membros, homens e mulheres, da antiga classe alta [...] As feministas desejavam organizar todas as mulheres, mas esperavam assumir a liderança da organização feminina no Brasil. Mais do que se adaptarem ao comportamento e ao discurso das mulheres pobres, esperavam que estas se adaptassem a seus padrões. (HAHNER, 2003, p. 343)

Dessa forma, graças à organização da FBPF e à sua atuação incansável na luta pelo voto, a Constituição de 1934 confirmou a vitória feminina de 1932. Mas Bertha Lutz continuou alertando as mulheres que a conquista do voto não era um fim em si mesmo e compreendia com clareza que, sem acesso à educação e ao trabalho, os direitos políticos permaneceriam uma mera abstração, lembra Hahner (2003). Mais do que o voto, a educação e a emancipação econômica é que possibilitariam todas as outras formas de emancipação.

2.3 A luta por trabalho

Com relação ao trabalho e à busca por profissionalização, como foi apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, a mulher exerceu um papel importante e de muita autonomia na administração da casa, de fazendas, e até mesmo no comércio. Embora os olhares de fora vissem todas as mulheres brasileiras como totalmente submissas, elas sempre souberam escapar às normas, ora por necessidades pessoais e familiares, como a viuvez, ora pela busca de melhores condições de vida.

O acesso à educação possibilitaria às mulheres ampliarem os horizontes, criando condições de participação, na prática, em várias atividades até então não aceitas para elas, embora não legalmente proibidas. Muitas atividades não eram acessíveis ou não eram necessárias até aquele momento. As defensoras da emancipação feminina sempre viram a educação como a melhor forma de conseguirem emprego e melhor remuneração. Até o final do século XIX, a mulher não exercia profissões liberais nem ocupações que requeressem um grau de instrução secundária ou superior, conforme Araújo (1993, p.74). A educação superior servia apenas aos homens com melhores condições sociais, pois resultava em uma garantia para a manutenção do status social, ou de ascensão social, assegurando-lhes pertencimento à elite. Os que entravam nos cursos de Medicina e Direito tinham isso e mais o prestígio dado pela própria profissão escolhida.

A escola normal seria o principal caminho da escolarização e profissionalização feminina no Brasil, principalmente nas primeiras décadas do século XX. Desde o final do século XIX, o exercício do magistério no ensino fundamental era uma das raríssimas formas de trabalho remunerado permitidas às mulheres, sendo visto e tido como uma extensão da sua mais nobre função, a de mãe, mesmo que com pouca escolarização. Ao longo da primeira metade do século XX, elas ocupariam por completo esse espaço, não só, evidentemente, pela formação dada nas escolas normais, mas porque, aos poucos, os homens vão abandonando a profissão, na qual eram maioria, em busca de outras, com melhores salários. Hahner afirma, a esse respeito:

A escola normal não atraía as mulheres dos estratos mais privilegiados da sociedade, pois jamais lhes ocorria tornarem-se professoras de escolas primárias públicas, muito menos de escolas particulares, ainda que de renome. Mas para as mulheres da classe média, obrigadas a se sustentarem, existiam poucas alternativas aceitáveis, além do serviço de escritório antes do século XIX. Com a educação, podiam evitar aqueles pesados trabalhos inexoravelmente exercidos pelas mulheres livres da classe pobre, sobretudo o serviço doméstico, a ocupação mais comum na cidade (HAHNER, 2003, p. 80).

A proclamação da República promove a abertura de novos postos de trabalho. Sobre este assunto, Araújo informa que:

O regime republicano expande o setor público abrindo mais empregos na capital. O movimento do porto, gerando renda com as exportações, oferece empregos derivados nas atividades comerciais e de lazer. Os avanços técnicos e as máquinas eliminam as desvantagens do elemento feminino em relação à força física (ARAÚJO, 1993, p. 75).

A mesma autora (idem, p. 77) apresenta os Correios, Telégrafos e Telefones como outro setor do serviço público em que a participação feminina seria significativa, chegando quase a um terço, por ser este um setor relativamente novo, parcialmente moderno e típico das cidades grandes. Durante todo o século XX, a profissão de telefonista já se definira como uma função destinada e executada por mulheres:

Além disso, tornavam-se necessários novos padrões de emprego feminino para o crescimento econômico e a modernização do país. Não só continuava-se precisando de mulheres operárias no setor industrial como também eram avidamente procuradas mulheres com instrução secundária para preencher novos cargos de certa importância em escritório, nas áreas em rápida expansão dos bancos, comércio (ARAÚJO, 1993, p. 199).

A busca para exercer outras profissões vai se intensificar a partir da primeira grande guerra mundial, quando não por desejo masculino, mas por necessidade, as mulheres ocupam as funções deixadas pelos homens que partem para guerra. Ao mesmo tempo, procuram não confrontar os homens em profissões dominadas por estes, porém com o desenvolvimento econômico, buscam novos campos de trabalho, estabelecendo carreiras profissionais tidas como mais femininas, como os serviços em escritório, vendedoras e empregadas de lojas e armazéns e até mesmo em órgãos públicos, como os correios e telégrafos (HAHNER, 2003). O ingresso de mulheres em profissões liberais vai encontrar oposição inicial, sendo,

porém superado ao longo do século XX. O curso de farmácia vai concentrar o maior número de mulheres, conforme os dados apresentados por Hahner :

Em 1907, de acordo com o então recentemente organizado Serviço Federal de Estatísticas, apenas 1 estudava arquitetura, 1 estudava engenharia, enquanto 6 mulheres estudavam direito, 6 se dedicavam à medicina; 9 à obstetrícia; 22 à odontologia e 56, à farmácia. Enquanto os alunos de medicina totalizavam 1.769 homens, menos da metade deles, 670, estudavam farmácia. Mas o recorde ficava por conta das escolas de direito do país, 2.475 homens nelas se matriculavam(HAHNER, 2003, p.198).

A mesma autora ainda afirma que houve um aumento das vagas de trabalho para a classe média, e muitas seriam, ao longo da primeira metade do século XX, ocupadas por mulheres. Assim, elas passam a ocupar vagas, tarefas e profissões consideradas apropriadas para mulheres como, por exemplo, a função de secretária, recebendo salários mais baixos que os homens, mesmo que exercendo a mesma função. Com a crescente expansão urbana, as mulheres passam a ver na educação feminina uma possibilidade de enfrentar as novas exigências econômicas.

Na cidade, diferentemente do campo, a casa urbana não oferece as condições de produção dos bens e produtos necessários para o consumo diário, ao mesmo tempo em que há um mercado fornecedor de inúmeros bens de consumo, o que tornava sua produção em casa desnecessária. Na vida rural ao contrário, grande parte do que era consumido pelas famílias era produzido em casa pelas mulheres. A esse respeito, Hobsbawm afirma:

As condições de vida mudam e mesmo o padrão de existência feminina não permanece igual, através das gerações [...] No caso da maioria das mulheres das zonas rurais exteriores às zonas “desenvolvidas” do mundo, esse impacto era ainda pouco importante. O que caracterizava sua vida era a impossibilidade de separar as funções familiares e o trabalho. Estas eram levadas a efeito num único ambiente, no qual a maior parte dos homens e mulheres realizavam suas tarefas sexualmente diferenciadas (HOBBSAWM,1989, p. 276).

Mais do que antes, as famílias precisavam de dinheiro para comprar bens e serviços na cidade. A pouca educação formal que era permitida às mulheres baseava-se nos valores que as preparavam para o casamento e a maternidade, não para o trabalho. A significação social da educação das mulheres era permeada pelas expectativas, tanto de homens quanto de mulheres, de que estas continuassem a ser baluartes da ordem social e guardiãs das relações sociais e de gênero

tradicionais, segundo Besse (1996, p.123). As pioneiras da luta pela emancipação das mulheres no Brasil, ao reivindicarem a liberdade intelectual das mulheres, o faziam argumentando que a oportunidade de educação era uma questão de justiça e uma necessidade prática para a promoção do progresso do Brasil. Do cultivo da inteligência das mulheres dependia a prosperidade econômica do país, enfim, o Brasil não poderia se eximir da educação feminina se quisesse competir com as chamadas nações civilizadas.

Maior que a luta pelo trabalho fora de casa, foi a luta das mulheres por educação e voto, haja vista que para o trabalho feminino a necessidade fez surgir inúmeras justificativas. As questões econômicas levaram e facilitaram essa busca por emprego. Aquelas que não possuíam maridos, viúvas ou solteiras e as de baixa renda, foram as primeiras a se incorporarem na força de trabalho das maiores cidades brasileiras. A possibilidade de um emprego, tido como honesto, era uma forma de proteção para essas mulheres, evitando sua queda na prostituição. A justificativa econômica servia até mesmo para os mais conservadores defensores da presença feminina no lar. Assim, um certo grau de emancipação lhes era permitido e foi se tornando até necessária, porque as famílias de classe média e baixa não conseguiam dar uma vida de conforto a todos os seus membros. Quanto às filhas, se estas não se casavam ou demoravam a fazê-lo, tornavam-se um peso a mais. Acrescenta-se a essa questão a afirmação de que o emprego feminino não emanciparia as mulheres de seus papéis familiares, nem poria em risco sua feminilidade (BESSE, 1999, 152).

Convenientemente, os empregadores verão nas mulheres “habilidades” para exercerem certas profissões, principalmente porque os salários pagos a elas eram menores. Besse analisa a questão da seguinte forma:

Assim, entre os deveres da mulher moderna passou gradativamente a ser incluído o emprego assalariado, não só durante o tempo em que seus lares precisassem prementemente de uma renda extra, mas também quando as responsabilidades familiares não exigissem sua atenção em tempo integral. Enquanto no correr do século XIX as mulheres que trabalhavam por salário estavam sujeitas a grave perda de *status*, na década de 1920 as mulheres que trabalhavam – particularmente as profissionais – desfrutavam de certo prestígio (BESSE, 1999, p. 151).

As fábricas também seriam locais de trabalhos femininos; a indústria têxtil, desde seu início no Brasil, empregou mulheres. Outras fábricas também

empregaram mulheres, como as de chapéus, roupas, sapatos, bebidas e cigarros. O número de mulheres, na maioria das fábricas, não vai ser superior ao dos homens; eram elas em geral, segregadas, além de receberem salários mais baixos que seus colegas homens. O movimento operário, mesmo tendo um discurso favorável à participação feminina, algumas vezes era dúbio quanto ao trabalho. Rago assim o analisa:

O movimento operário, por sua vez, liderado por homens, atuou ambigualmente no sentido de fortalecer a intenção disciplinadora de deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho para o lar, muito embora cobrasse sua participação política e constantemente criticasse sua passividade. Frequentemente, os anarquistas e socialistas reclamavam de que a falta de mobilização das mulheres operárias levava a que a exploração do trabalho chegasse a níveis absolutamente ultrajantes. Contudo, é claro que, na prática, as mulheres deveriam participar na condição de auxiliares, isto é, subordinadas aos líderes (RAGO, 2006, p. 233).

Somente ao longo do século XX a participação feminina nas fábricas crescerá na região sudeste. Em Goiás, a industrialização será tardia. A população se ocupava prioritariamente das atividades agrícolas: As mulheres de Goiás, na década de 40, devido à grande desigualdade regional que impossibilitava o desenvolvimento econômico, encontravam poucas oportunidades de trabalho. Quando este ocorria, era, quase que exclusivamente, nas profissões ligadas ao ensino, atividades sociais e na indústria de transformação, exercendo, principalmente, atividades domésticas, Eram poucas as profissionais liberais e, exceção, as que conseguiram se destacar. A dificuldade de acesso à educação secundária e superior era o principal impedimento para a conquista da independência econômica. A tabela 3 mostra claramente a ocupação tanto de homens quanto de mulheres no início dos anos 40:

TABELA-3 – Atividades profissionais exercidas em Goiás – Recenseamento geral de 1940

Caracteres e respectivas modalidades	Totais			Pessoas de 0 a 29 anos					
	Total	Homens	Mulheres	De 0 a 9 anos		De 10 a 19 anos		De 20 a 29 anos	
				Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Agricultura, pecuária, silvicultura	215.366	207.923	7.449	-	-	57.775	3002	59.550	1.403
Indústrias extrativas	5.626	4.451	1.175	-	-	817	402	1.675	305
Indústrias de transformação	18.640	8.155	10.485	-	-	1.443	4.357	2.605	2.312
Comércio de mercadorias	6.535	6.364	171	-	-	822	42	1.888	43
Comércio de imóveis e valores mobiliários, créditos, seguros e capitalização	162	158	4	-	-	29		57	2
Transportes e comunicações	2.977	2.893	84	-	-	513	13	1.064	29
Administração pública, justiça, ensino público.	3.106	2.301	805	-	-	98	134	660	441
Defesa nacional, segurança pública.	1.348	1.341	7	-	-	114	3	704	2
Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada.	1.372	953	419	-	-	29	61	255	119
Serviços, atividades sociais.	10.290	4.024	6.266	-	-	616	1.725	1.273	2.152
Atividades domésticas, atividades escolares.	235.531	14.711	220.820	-	-	12.996	64.923	971	63.808
Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades não definidas ou não declaradas.	62.303	31.103	31.200	-	-	23.482	22.473	2.714	2.668

Fonte: Adaptada a partir do Recenseamento de 1940 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Série RegionalParte xxi – GOIÁS

Besse traz a seguinte declaração sobre a importância que o trabalho vai adquirindo para as mulheres, mesmo em Goiás:

Já em 1921, uma outra jovem entusiasmada, escrevendo do Estado rural de Goiás¹³, declarou também que o trabalho era o ideal mais incorporado das estavam destinadas a serem “mártires”, obrigadas a travar as batalhas inevitáveis do período de transição, ainda assim declarou: Não tenho receios de errar se disser que o ideal da moça moderna se condensa numa única palavra, nessa palavra mágica que o sésamo da vida, pois desvenda, a todos os olhos, tesouros fabulosos, encantadoras perspectivas, terras extraordinárias – e o que é melhor: prazeres, alegrias; a felicidade, enfim! E essa palavra dotada de um mágico poder encerra também o ideal masculino [...] Não preciso dizer [...] a palavra é “trabalho” (BESSE, 1999, p. 173).

Como na Europa, Estados Unidos e Brasil, no início do século XX as mulheres da classe média urbana, inclusive as de estados com menor urbanização, vão contestar os privilégios masculinos. No Brasil, mesmo sendo um país moldado sob tradições autoritárias masculinas, o ideal de mulher dona de casa, enclausurada e submissa, nunca alcançou a totalidade das mulheres. A República vai permitir uma transformação nas relações entre homens e mulheres, nem sempre para melhor, mas que possibilitaria, via o acesso à educação e ao voto, a luta por uma independência financeira através do trabalho.

¹³ Estas afirmações são de Maria de Paula Fleury, pseudônimo; Marilda Palínia, em uma Crônica chamada o “Ideal Feminino” publicada na Revista *Feminina*, de 1920, na seção *Jardim Fechado*, onde figurava como assídua colaboradora, segundo Besse. (BESSE, 1999, p. 173, 273)

CAPÍTULO TRÊS

POLÍTICA DE SAIAS

Os movimentos femininos brasileiros, ligados ou não à FBPF, tiveram papel essencial na formulação e reformulação dos espaços até então ocupados pelas mulheres nas primeiras décadas do século XX. A conquista do voto, para uma maioria, foi o ápice do movimento feminista e, com ela, uma grande parcela das militantes se deu por satisfeita. O Decreto n. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, que instituiu o Código Eleitoral Brasileiro, é incorporado à Constituição de 1934, pela Comissão da qual Bertha Lutz fez parte e que elaborou o anteprojeto dessa nova Constituição Brasileira. Na eleição de 1933, para a Assembléia Nacional Constituinte, seria a primeira vez que as mulheres votariam e poderiam ser votadas. Apesar da grande luta para que isso ocorresse, poucas mulheres fizeram seu registro eleitoral e menos ainda foram as que se dispuseram a ser candidatas. A primeira brasileira a ser eleita as eleições que aconteceram no ano seguinte, foi a médica paulista Carlota Pereira de Queiróz¹⁴, para a Assembléia Constituinte. Conseguiu se eleger como Deputada Federal e Bertha Lutz, que havia ficado como suplente nessa mesma eleição, chegou à Câmara em 1936, quando da morte de um deputado.

¹⁴ Carlota Pereira de Queirós (ou Queiroz) nasceu em São Paulo, no dia 13 de fevereiro de 1892. Em 1920, já professora formada, ingressa na Faculdade de Medicina de São Paulo. O ano de 1923 a encontra dirigindo a Escola Noturna Feminina de São Paulo e reingressando na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se forma em 1926, com tese sobre o câncer, pela qual recebeu o prêmio Miguel Couto. Nesse mesmo ano, torna-se diretora da Escola das Mãezinhas do Hospital Artur Bernardes, no Rio de Janeiro. Em 1928, assume a chefia do laboratório da clínica pediátrica da Faculdade de Medicina de São Paulo. No ano seguinte, viaja para a Suíça, comissionada pelo governo de São Paulo, para estudar dietética infantil. Em 1932, deixa o laboratório da clínica pediátrica e, durante a Revolução Constitucionalista, organiza, à frente de 700 mulheres, o movimento de assistência aos feridos. Em maio de 1933, é a única mulher eleita deputada à Assembleia Nacional Constituinte, na legenda da *Chapa Única por São Paulo Unido*, indicada pela Federação dos Voluntários, organização política fundada em fins de outubro de 1932, por um grupo de oficiais e suboficiais paulistas, com o objetivo de congregar os voluntários que haviam participado da Revolução Constitucionalista. Empossada em novembro de 1933, Carlota Pereira de Queirós participou dos trabalhos constituintes, integrando a *Comissão de Saúde e Educação* e trabalhando sempre pela alfabetização, assistência social e pela criança. Foi de sua autoria o primeiro projeto brasileiro sobre a criação de serviços sociais, entre outros na mesma área. Ainda em 1934, ingressou no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Eleita deputada federal no pleito de outubro de 1934, no legendado Partido Constitucionalista de São Paulo, permaneceu na Câmara até novembro de 1937, quando se instaurou o Estado Novo e foram suprimidos os órgãos legislativos do país. Faleceu em São Paulo, no dia 17 de abril de 1982 (Perfil: Mulheres no Parlamento Brasileiro – Carlota Pereira de Queirós. *Plenarium*. Brasília, n.1, pp. 240-246, [2003]. URL: <http://www2.camara.gov.br/internet/publicacoes/edicoes/plenarium>).

Se o direito de votar foi uma conquista gradual, não seria diferente para a participação e representação política das mulheres como membros de partidos ou organizações partidárias. A República favoreceu a transformação nas relações entre homens e mulheres, possibilitou, via acesso à educação e ao voto, a luta por uma independência financeira através do trabalho. Ao mesmo tempo, abriu e continuou propiciando a abertura de novos caminhos para as mulheres no Brasil e tornou possível se candidatarem aos cargos eletivos.

Este capítulo procurará, assim, nortear a trajetória percorrida pelas primeiras mulheres, especialmente em Goiás, na busca pela constituição de um espaço e participação política, nas primeiras décadas, após o Decreto que estabeleceu o direito de voto para as mulheres. Fixa-nos-emos na região Sudoeste do Estado de Goiás, região escolhida para esta pesquisa.

3.1 Entre o público e o privado

Mesmo após o decreto de 1932, que lhes assegurava o direito ao voto, as mulheres não conseguiram constituir, de imediato um espaço político. Este, mesmo não constituído, era inseparável do espaço público. Para Perrot (2006), as fronteiras entre o público e o privado nem sempre existiram, elas mudam com o tempo, são construídas ou se constituem de formas diferentes, como tratamos anteriormente, quando do olhar dos viajantes sobre Goiás. Já para Bernardes :

Mesmo que as representações do homem e da mulher – ou de ambos – sejam variáveis com o tempo de acordo com épocas e culturas, a separação entre essas duas instâncias coloca-os em relação hierárquica e assimétrica no que tange às relações de gênero, definindo-lhes locais separados – mundo privado e mundo público. Contrapor a afetividade, a sensualidade, o desejo e a paixão ao pensamento é situar a separação entre estas duas esferas numa perspectiva definitiva. E é como símbolo de fragilidade e docilidade que a mulher ficou fora do público, identificado como um lugar “perigoso”, onde ela deveria ser protegida. Com isso, o espaço político e a cidadania acabam sendo exclusivamente identificados com o mundo masculino. Desta maneira, a mulher acabou ficando invisível e reduzida ao silêncio, mesmo quando transgredia as normas e tinha um atuação destacada na esfera pública (BERNARDES,1995, p. 17).

A invisibilidade é um estado, mas não significa a não existência de um mundo público, de um mundo político, mesmo que identificado como um espaço masculino. Quanto à participação política, como já dissemos, os trabalhadores pobres e as mulheres estavam no mesmo patamar, o da exclusão, o da invisibilidade no espaço político e do direito à participação. Mas estes, os trabalhadores, conseguem, via luta sindical, apresentar as suas demandas e pressionar por mudanças nas leis de uma maneira mais célere. Para as mulheres, o caminho a ser percorrido foi mais longo e cheio de percalços. Embora a luta por educação, voto e trabalho tenha tido resultados benéficos para as mulheres, primeiramente para as das camadas médias, só no século XX, lentamente, começará a atingir as mulheres das camadas mais baixas da sociedade, principalmente quanto à educação. Já as mulheres das camadas médias foram aquelas que se viram confinadas no lar, como um espaço privilegiado para elas, visto como sendo sua arena de atuação. Esse processo teria começado na medida em que a industrialização avançava pela Europa. Junto com o processo de industrialização produziu-se certa forma de divisão do trabalho ou masculinização daquilo que a economia reconhecia como trabalho, principalmente entre as mulheres burguesas, esclarece Hobsbawm (1989, p.281). Romper com as teias e modelos criados para as mulheres, pela sociedade burguesa, se constituirá, junto à luta pelo voto, na base dos movimentos de emancipação, que surgem tanto na Europa quanto nos Estados Unidos e Brasil. Seria a busca pela emancipação, nas últimas décadas do século XIX, e em grande medida uma saída da esfera, do lar, no qual as mulheres se encontravam e ao qual estavam submetidas. Joana Maria Pedro apresenta o surgimento da idéia do lar como um espaço privilegiado das mulheres:

Em 1840, no livro de Alexis de Tocqueville, *Democracy in America*, é descrita a imagem física do círculo e a interpretação deste como a delimitação do espaço feminino circunscrito ao lar. Desde então, esta metáfora tem sido usada, tanto para justificar e enaltecer a presença feminina neste espaço [...] De acordo com esta imagem de círculo, a domesticidade, atribuída às mulheres encerradas na esfera privada, vinha acompanhada de virtudes como piedade, pureza e submissão. Assim, além de um lugar definido para as mulheres, atribuíam-se a elas virtudes emanadas deste espaço (PEDRO,2008, p. 34).

Assim, o século XIX surgiu na história como o momento de masculinização do trabalho e da política, e portanto da identificação desta como uma ação pública e masculina. Mas o século XIX será, ao mesmo tempo, o portador das lutas por

inclusão de ambos, mulheres e trabalhadores, e também por espaço na esfera pública. No caso das mulheres, o espaço público reivindicado foi na política.

No Brasil, em especial, as lutas femininas por maior participação no espaço público terão como o ponto alto a conquista do direito de votar e serem votadas. Após décadas de luta, a FBPF viu o movimento feminino se esvaziar com essa conquista. Embora a campanha pelo direito ao voto tenha sido intensa e longa, quando da sua conquista o que se viu foram poucas mulheres fazendo seu registro eleitoral, embora pudessem votar. O voto até então era obrigatório apenas para os homens e as mulheres que exercessem cargos públicos remunerados; a obrigatoriedade só ocorreria a partir de 1946, com a nova Constituição. No Rio de Janeiro, principal centro da atividade sufragista, apenas 15% dos eleitores registrados em janeiro de 1933, era constituído de mulheres, conforme Hahner (2003, p.351). Não seria, porém o interesse diminuído das mulheres pela participação política posterior à conquista ao direito de votar o maior problema do movimento, e sim o advento do Estado Novo em 1937. Apesar de não ser objeto deste trabalho, cabe considerar a falta de compromisso tácito de Getúlio Vargas com o movimento feminino; embora tenha assinado o decreto dando direito de voto às mulheres e consentido na participação feminina na política, não passou disso. Hahner vê a questão da seguinte forma:

Getúlio Vargas, dono de um extremado pragmatismo político, nunca se comprometeu com os direitos da mulher, apesar de parentes – bem próximas – tentarem desmentir posteriormente o fato. Opôs-se à legalização do divórcio e concedeu amplo perdão presidencial aos homens que tivessem cometido “crimes passionais” em defesa da “honra”(HAHNER 2003, p. 361).

O Estado Novo dissolveu os partidos políticos e o Congresso impôs uma nova Constituição e a censura à imprensa, um golpe ao frágil movimento feminista no Brasil, que havia se fortalecido nos anos 20 e 30. Todo esse autoritarismo contribuiu para que o antifeminismo ganhasse força. Besse é clara ao afirmar que:

Muitas das garantias constitucionais conquistadas em 1934 se perderam antes de serem implementadas; a Constituição de 1937 nem proibia especificamente a discriminação com base no sexo, nem garantia pagamento igual para trabalho igual, nem exigia a participação das mulheres em programas públicos que afetassem as mulheres, nem declarava que a proteção da maternidade era obrigação do governo. Cumpriram-se os temores de Bertha Lutz de que o acesso das mulheres ao emprego remunerado podia ser facilmente restringido. Após 1937, o serviço

consular dispensou as funcionárias [...] A FBPF suspendeu a publicação de seu *Boletim*, desmoronaram-se os planos de organização de um movimento feminista em grande escala e dissipou-se a esperança de que mudanças significativas pudessem ocorrer no seu *status* e na consciências das mulheres (BESSE,1999, p. 193).

O feminismo proposto pela FBPF, sem radicalismos, sem exigência de uma revolução nos costumes ou na política, cooperou para a situação de quase total ostracismo em que se encontrou após a instalação do Estado Novo. Sua forma de luta, sem grandes enfrentamentos, em busca de direitos ou rupturas, contribuiu para esse quadro. Em relação ao posicionamento quanto à família, por exemplo, jamais a FBPF atacou a família e a domesticidade como fonte de opressão da mulher; pelo contrário, estimulava as mulheres a encararem as qualificações domésticas como um valioso patrimônio, conforme Besse (199, p.196). Ou seja, a FBPF se utilizava dos estereótipos a respeito da mulher e de seu papel na sociedade como forma de luta, porém, acabou por deixar intacta a visão sobre a mulher e sua natureza feminina, doméstica e dócil. Era uma visão simplista que pouco cooperava para uma formação política mais sólida. Já Raquel Soihet (2006, p.5, 6) defende que foi esta uma escolha, que ela chama de feminismo tático, para que a luta e as reivindicações tivessem êxito. Não deixava de ser uma forma de angariar simpatia dos grupos mais representativos da sociedade e evitar ataques hostis às associadas da FBPF, mas não garantiu sua sobrevivência política nos duros anos do Estado Novo.

Para Macedo, o voto deveria ter sido apenas uma de muitas conquistas:

Durante o Estado Novo a FBPF perde sensivelmente o ímpeto de mobilização que impulsionara o feminismo em todo o país em consequência do seu gradual afastamento. Os movimentos que recrudesceram nos anos de democratização colocaram os interesses de classe acima dos interesses específicos. As causas femininas fundiram-se, quando foi possível, nas lutas por uma outra ordem social. As mulheres dos movimentos a partir de 1945 foram às ruas com um outro estatuto político. Mas tinham uma promissória a resgatar: todo o intenso esforço do movimento sufragista esbarrava constantemente na preocupação da sociedade burguesa de que a mulher não descuidasse do seu papel doméstico, da sua “missão como anjo tutelar da família” (MACEDO,2001, p. 96).

3.2 A região Sudoeste

Diferentemente do contexto apresentado até agora sobre Goiás, seja no período que este ainda era Província e mesmo nas primeiras décadas do século XX, no início da República, o Sudoeste do Estado se constituía econômica e politicamente de forma muito diferente das regiões próximas à Capital, Cidade de Goiás e demais regiões marcadas pela exploração do ouro. Sua ocupação é iniciada e consolidada no século XIX. Inicia-se nos anos 30 e já no final do século , está consolidada. Os primeiros migrantes, vindos da região Sudeste, mineiros e paulistas, chegaram em busca de terras devolutas, abundantes à margem direita do Rio Paranaíba. Ao mesmo tempo, sentem a pressão dos preços altos das terras no Sudeste do país, devido à expansão do café. São desbravadores tardios, bandeirantes do século XIX, seu ouro era o gado e abundantes pastagens naturais. Gradativamente homens e gado ocupam toda a região; o gado bovino torna-se o principal produto da economia, e dele, mais do que a carne, o couro será o produto de maior importância no início da ocupação, usado na confecção de inúmeros objetos indispensáveis à vida dos povoadores da região, de acordo com França:

[...] Logo no ano seguinte, ao correr de 1838, os desbravadores fizeram uma viagem a Minas e de lá trouxeram em marcha lenta e penosa, pelo varadouro do Paranaíba, atravessando terras da futura Dôres do Rio Verde, um gadinho mingado. Algumas reses fracas com marrucos sem porte, somente para acasalar e reproduzir número cada vez maior de cabeças. Interessava-lhes de início a quantidade. Mais couro para os laços e arreios, sapatões e chinelas, catres e cintos, tacas e ajoujos, tiradeiras e toudas. Mais couro para mil aplicações. E com isto o gado tornar-se-ia em breve o elemento consolidador da penetração, a principal fonte de riqueza do homem e a sua absorvente, apaixonante atividade. Iniciava-se a civilização do couro no extremo sul de Goiaz (FRANÇA ,1954, p. 72).

Oscar Leal, viajante do final do Império, (1892), talvez o último que possa ser denominado de viajante, como anteriormente definimos, percorreu o sul de Goiás e o Triângulo Mineiro, passou por Rio Verde e Jataí, conforme sua afirmação, a última povoação existente ao sul de Goyaz, em se tratando de o gado, diz que a riqueza do Município de Rio Verde estava, justamente, na criação de gado, chegando a exportar anualmente de dez a quinze mil cabeças (LEAL,1980, p.178).

Sendo a terra abundante, os poucos investimentos necessários se faziam nas construções dos currais, que, por sua vez, tinham baixo custo, já que eram feitos de madeira e esta era retirada das áreas desmatadas para darem lugar à formação de novos pastos ou lavouras de subsistência. O maior custo dessa atividade era a compra do sal, que vinha de lugares distantes, tanto do Sudeste como do Sul país. Por muitos anos, os criadores do Sudoeste se abasteceram de sal vindo da cidade de Coxim,¹⁵ em carros de bois.

É preciso lembrar que, no princípio da ocupação do Sudoeste, as ligações econômicas, sociais e culturais são estabelecidas predominantemente com Minas Gerais, mais especificamente com o Triângulo Mineiro, que fez parte da Capitania de Goiás, sendo transferido para Minas Gerais, em 17 de maio de 1816. Isso ocorreu pela distância da região da Capital de Goiás, levando a uma desarticulação econômica e política. Os criadores do Triângulo pagavam altos impostos pelo gado que vendiam e se sentiam lesados, já que não recebiam quase nenhum benefício de Goiás. Os impostos, a falta de benefícios para a região e a inércia de Goiás eram fontes de constantes reclamações dos moradores da região, o que levaria à separação. Foram principalmente os habitantes dessa região que povoaram a região Sudoeste de Goiás. As Leis Imperiais de 1848 incentivavam a ocupação de regiões para a formação de fazendas, com o objetivo de se criar gado. A partir da chegada dos primeiros povoadores, por volta de 1830, até a década de 1860, já estão formados e consolidados os principais núcleos de povoamento, que se estabeleceram entre Rio Verde e Jataí, irradiando-se por toda a região, com a formação de outros povoados que no período republicano serão chamados distritos, e como tal, pertencentes a um município, nesse caso ou a Rio Verde ou Jataí, as duas maiores cidades da região, conforme o censo geral de 1920.¹⁶

A economia da região, no início do povoamento, baseava-se exclusivamente na criação de gado. A agricultura iria adquirir espaço a partir das primeiras décadas do século XX. Embora sem ligações adequadas com as regiões consumidoras, a pecuária cria suas próprias condições para que seu produto chegue ao mercado. Nesse caso, as ligações estabelecidas com o Triângulo Mineiro e São Paulo serão usadas pelos profissionais que transportam o rebanho, o tropeiro ou peão de

¹⁵ Hoje, após a divisão do Estado do Mato Grosso em 11/10/77 em dois estados, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a cidade de Coxim ficou fazendo parte do Mato Grosso do Sul.

¹⁶ Ver <http://biblioteca.ibge.gov.br/>

boiadeiro, que, além de conduzirem enormes rebanhos, levavam à região notícias, mercadorias e encomendas. Os caminhos que ligavam Goiás a essas regiões eram trajetos difíceis, longos. Para controlar o rebanho, repousavam à beira da estrada ou em fazendas previamente conhecidas, atravessavam rios pelo leito, já que pontes eram raras. E assim, foram aumentando as fronteiras e construindo uma cultura intrinsecamente ligada à criação do gado; inspirando a culinária, a forma de construir e morar nas fazendas, as vestimentas, a música e a literatura. O boi virou, desta forma música e poesia para o homem do Sertão.

Levar o rebanho até às áreas de engorda, ao sul de Goiás, mais precisamente Catalão, ou de venda, só era possível da forma descrita. Só no final do século XIX se inicia a construção das primeiras ferrovias, ligando São Paulo ao Triângulo Mineiro e, posteriormente, ao Sul de Goiás. Como o Sudoeste era uma área de grande crescimento econômico, desde 1891 a região já reclamava uma ferrovia realizando a ligação com a região Sudeste do país, mas ela parou no sudeste de Goiás, na cidade de Catalão.

O jornal *O Jatahy*, de 01 de outubro de 1912, relata a visita de uma comissão de engenheiros encarregada de fazer os primeiros estudos sobre a viabilidade de construção da estrada de ferro, que partiria de Uberaba, passando pelo Sudoeste, e indo até Coxim, no então Mato Grosso. Tal traçado atenderia aos interesses econômicos de Minas Gerais, que eram a manutenção do controle sobre o comércio com todo o Sudeste e Sudoeste, realizado por cidades como Uberaba, Araguari e, mais tarde, Uberlândia, que tinham mais importância econômica, que qualquer outra cidade para essas duas regiões do Estado de Goiás. Essa ferrovia nunca se concretizou no traçado proposto por Minas Gerais, pois São Paulo, usando de sua força política e econômica, consegue mudar o trajeto, fazendo com que a estrada de ferro ligasse a Capital diretamente com São Paulo e Rio de Janeiro. O Sudoeste de Goiás e Minas viram então frustrados os seus esforços pela ligação ferroviária entre as duas regiões. Apesar disso a estrada de ferro colocará o sudeste de Goiás ligado aos grandes centros, facilitando o escoamento de mercadorias e a chegada de novas. Não será importante apenas pelos aspectos econômicos, mas também por ser o principal meio de penetração de novos valores e idéias e de circulação de pessoas, contribuindo para conduzir para Goiás um considerável número de migrantes.

Ao Sudoeste restaria encontrar outro meio para dinamizar a sua economia e o escoamento da produção; como alternativa à impossibilidade estrada de ferro, criaram os transportes rodoviários. Conforme relata Marcos Otoniel da Cunha:

A entrada do automóvel no Sudoeste goiano se deu por influência do Triângulo Mineiro, onde depois de se expandir pelo território da antiga Farinha Podre, forçando a abertura de estradas (em 1911, já havia chegado a Uberaba), chegou até Goiás, sendo a iniciativa do transporte rodoviário, tomada pelo empreendimento particular, apoiadas por concessão do Poder Público. Em 1912 foi criada em São Pedro de Uberabinha, a Cia Mineira de Auto Viação Intermunicipal S/S, que construiu uma estrada que saía deste lugar, ligando cidades do Triângulo Mineiro, até chegar a Santa Rita do Paranaíba, divisa de Goiás, num percurso de aproximadamente 400 km. A partir desta cidade, as estradas de rodagem se expandiram por todo o Sudoeste goiano; região que até hoje depende do transporte rodoviário para exportação de sua produção para o Centro-Sul do país (CUNHA,2004, p. 54-55).

Economicamente, o Sudoeste goiano, apesar das dificuldades de escoamento da produção, já tinha uma significativa importância para a produção do estado, mas devido ao distanciamento, seja das esferas de decisão política,, seja geograficamente ou por se sentirem preteridos no momento de implementar benefícios, como no caso da ferrovia, os políticos locais faziam oposição ao governo oligárquico que comandava Goiás. Dois eventos tiveram significado importante, inserindo a região na economia de mercado. O primeiro foi a construção da Ponte Afonso Pena sobre o Rio Paranaíba , próxima à cidade de Catalão, no sudeste do Estado e o segundo foi o início do período rodoviário no Sul e Sudoeste, produzindo um impacto na região e alterando, em poucos anos, o quadro da vida social e econômica, segundo Cunha (2004,p.54).

O carro e as rodovias mudaram muito rapidamente a paisagem do Sudoeste goiano, a paisagem do boi, onde até então a agricultura estava em segundo plano. Segundo França (1979, p.87), foi no Sudoeste que se inaugurou a primeira estrada automotiva do estado de Goiás. A ligação com outras regiões do país, a exceção via carros de bois e cavalos, tornou-se um ponto crucial para a população, que se via isolada do restante do estado e do país e se sentia preterida politicamente. Daí a importância que assumiu a construção da ferrovia, projeto não realizado, e depois a construção de uma estrada para o mais novo objeto industrial a chegar à região: o carro.

A Companhia Auto-Viação Sul Goyana surge para construir a estrada que ligaria Santa Rita do Paranaíba (hoje Itumbiara) a Mineiros, e explorar o transporte de passageiros e de cargas, bem como a cobrança de pedágios, um empreendimento totalmente privado. Na primeira tentativa, a Companhia Auto-Viação Goyana, contava com o subsídio do estado, e este foi um dos motivos do seu fracasso, já que o estado colocava uma série de empecilhos burocráticos, atrasando a conclusão da estrada, conforme relata Cunha (2004, p. 60). Já a companhia Auto-Viação Sul Goyana teve total apoio dos políticos da região para angariar maior apoio, agora junto a possíveis investidores, seus proprietários fizeram uma excursão:

O fato da inauguração da Estrada de Automóveis da Companhia Mineira Auto-Viação Intermunicipal [...] de Uberlândia à cidade de Santa Rita (hoje Itumbiara) em maio de 1917, fez despertar forte e grande entusiasmo popular, e que deu origem a idéia da construção de uma estrada de automóveis que ligasse a cidade de Rio Verde a Jataí [...] a 15 de agosto de 1918, em um pequeno e frágil Ford, iniciamos uma excursão por estrada salineira, desta cidade [Santa Rita] com destino a Rio Verde e Jatahy [...] conseguimos, após quatro dias de permanência [...] prosseguimos a excursão até Jatahy, que atingimos em um só dia (relato de Sidney Pereira de Almeida, apud CUNHA NETO, 1988, p. 406).

As mudanças provocadas por essas ligações transformaram permanentemente essa parte de Goiás no aspecto econômico, tornando-a a mais importante área agrícola e política do Estado. À medida que crescia a importância econômica, os grupos políticos locais exigiram maior participação nas decisões estaduais. Os jornais publicados na cidade de Jataí e que tinham circulação em toda a região, davam mostras dos debates em torno da necessidade de se buscar uma ligação com outras regiões do país, como também do sentimento oposicionista crescente. O *Jatahy* traz artigos e notícias sobre as demandas dos políticos da região, a grande produção agrícola, principalmente de café, que tinha enormes dificuldades de escoamento, concluindo que as autoridades na Capital do estado nada faziam para sanar o problema. O *Liberal* primava pelos ataques políticos aos Caiado, relatando e denunciando toda sorte de ações criminosas cometidas pelas autoridades constituídas e nomeadas pelo Governo estadual. Muitos dos fatos relatados foram corroborados por ações movidas na justiça pelos cidadãos que sofriam com os atos cometidos pelos representantes locais dos Caiado. Em 1931, um grupo de cidadãos jataienses contratou um advogado em Rio Verde, pedindo

indenização pelos atos de extorsão, roubo, apropriação indébita e saques. Nesse caso, o delegado nomeado para Jataí, Erkonwald Barros, foi responsabilizado pelos crimes, conforme Mello (2002, p.65). A violência era a forma usada para eliminar e/ou afastar concorrentes ou grupos opositores que ameaçassem seu domínio e os grupos políticos locais não ficaram imunes às ações praticadas por eles, fundamentados no controle sobre a terra, estendendo-se aos que nela trabalhavam, assinala Chaul (2001, p.168).

Será pela oposição ao grupo dos Caiado e sua política que a região procurará se constituir politicamente no estado de Goiás e buscará sua inserção em um projeto de política nacional. O discurso vigente era de modernização, que aqui significava ligações ferroviárias e rodoviárias com o restante do país, que proporcionaria o crescimento das atividades agrícolas e o estabelecimento de uma economia de mercado. Entenda-se que o modernismo que aqui se buscava não era aquele que resultaria na Semana de 22. Não encontramos nos jornais locais nenhuma citação ou referência a esse movimento. Em Goiás, que Monteiro Lobato definiu como um lugar dantesco¹⁷, a busca por progresso e modernidade significava desenvolvimento econômico, a partir do que seriam estabelecidas as práticas e idealizações que norteariam os rumos políticos e sociais da região. O estado, na visão dos grupos políticos locais, seria o intermediador e, porque não, o êmulo dessa transformação. A oligarquia dos Caiado não atendia a esses anseios. As pressões foram constantes, as manifestações locais de descontentamento também. Eram anseios que se aproximavam dos manifestados pelos grupos que pelejavam por mudanças na República Velha, nos movimentos dos anos 20. Mas, nessa região eram as próprias oligarquias que pediam por mudanças nos direitos civis, moralidade com o dinheiro público e inserção do Sudoeste no Brasil moderno, via inserção no mercado. O atraso eram as forças políticas representadas pelos Caiado, a modernidade era representada por aqueles que se opunham a eles, mesmo sendo grandes proprietários, mesmo sendo a oligarquia local. Ao que parece, a modernidade estava mais no impulso renovador que vem da sociedade, bem como a vontade política de levá-lo adiante, conforme Lahuerta (1996, p. 103).

O crescimento regional, especificamente das duas principais cidades, esteve ligado, primeiramente, à pecuária, e, em seguida, nas primeiras décadas do século

¹⁷ Carta de Monteiro Lobato endereçada a Bernardo Elis em 5/10/44, quando do término de sua leitura do livro de Elis (1959, p. 5).

XX, à agricultura, como apontamos atrás. Era a agropecuária que determinava o ritmo da vida na cidade. O plantio, a colheita e a entressafra determinavam o calendário, os encontros festivos, os ritos mais comuns da vida dos habitantes dessas localidades. A maior parte da população vivia nas fazendas, só vindo à cidade para as festas religiosas, para realizarem as compras de produtos e utensílios que não eram produzidos nas fazendas, compras geralmente para o ano todo.

Nesse mundo rural, impregnado de um discurso de modernidade e mudança política, as discussões da FBPF teriam pouca ressonância. A luta pelo voto recebeu de um dos principais jornais da região Sudoeste, *O Liberal*, apenas uma pequena nota. A notícia foi dada no dia 28 de fevereiro de 1932 (ver Anexo I). Fazendo a leitura do jornal (todos os números do ano de 1932), não se encontra nenhuma menção às lutas femininas, nem a nenhuma organização de caráter feminista na região, anterior à conquista do voto. A distância da Capital, onde ficava a sede da FBPF em Goiás, pode ser um dos fatores para a ausência de mobilização feminina na região, como também o número considerável de mulheres analfabetas e o grande número de moradores do município que vivia na zona rural.

Assim, nessa região, os anseios de transformação política se manifestavam pela oposição à forma como o estado vinha sendo conduzido e a pouca importância dada aos reclames locais. O voto, embora merecedor de aplausos, não foi tido como um aspecto modernizante, mas como um benefício que se poderia conceder com tranquilidade às mulheres, devido ao seu bom senso.

3.3 O pós 30 no Sudoeste goiano

Com a Revolução de 30, chega ao poder, em Goiás, Pedro Ludovico, que representava para a região a esperança de transformação, a tão esperada modernidade. Nesta parte do trabalho procuramos analisar a participação política das mulheres na região Sudoeste no período de 1930, coincidindo com a chegada de Pedro Ludovico ao poder. Embora o propósito não seja tratar da Revolução de 30, é importante ressaltar o papel da região Sudoeste nesse momento.

À medida que, no plano econômico, as regiões Sul e Sudoeste de Goiás se dinamizavam, maior se fazia a distância entre elas e a Capital, como argumenta Chaul (1997, p.30). Era necessário fazer valer o poder econômico em outra esfera, a política. Pedro Ludovico foi a resposta aos anseios por mudança e transformação dos grupos hegemônicos da região. Chega ele ao Sudoeste, em meados de 1917, para exercer a medicina, na cidade de Rio Verde e, em 22 de junho de 1918, se casa com Gercina Borges¹⁸. Em entrevista a Eliane Dayrell, Oriovaldo Borges (apud DAYRELL, 1984, p. 69), cunhado de Pedro Ludovico, filho do Coronel Antônio Martins, faz as seguintes observações sobre a oposição na região Sudoeste e Pedro Ludovico:

[...] O Sudoeste goiano sempre foi a zona mais adiantada na agricultura e pecuária e, Rio Verde era o município mais, mais próspero da região Sudoeste [...] A oposição em Goiás (refere-se ao estado), era chefiada pelo meu pai, que era senador estadual, ele se chamava Antônio Martins Borges e tinha apelido de Totonho Borges [...] Por vários motivos, um deles é que o Caiado escolhia a dedo os seus representantes nos municípios, os deputados e senadores que ele desejava e, não submetia ao Partido foi uma das causas da, do surgimento da oposição [...] O Pedro genro do meu pai [...] como começaram as perseguições, ele tinha o espírito rebelde, e, justo, ficou contra, entrou com os amigos também né? [...]

Exerce a medicina por seis meses em Jataí, outra cidade oposicionista. Retornando a Rio Verde, junto às suas atividades de médico, passa a escrever artigos nos Jornais de oposição, primeiramente em *O Sertão* e, depois, em *O Sudoeste*, fundado por ele e Ricardo Campos, jornal político e anticaiadista (CUNHA, 2004, p. 86). A partir daí, sua posição fica clara, é o início de sua vida política e, com a autorização do sogro, detentor de uma grande liderança política na região, passando a utilizar as páginas do jornal para manifestar o descontentamento com os Caiado, conforme assinala Cunha :

Nesse sentido, a liderança de Pedro Ludovico, nascida pela imprensa, foi sustentada pelo apoio seguro do sogro, e se fortaleceu pelas suas ligações com o Tenentismo e com os líderes da Aliança Liberal, destacando-se entre outras razões à ascensão política de Pedro Ludovico a sua condição de genro do Senador Antônio Martins Borges, que lhe dava o suporte prático (econômico e político). (CUNHA, 2004, p. 87)

¹⁸ Filha do maior proprietário de terras de Rio Verde, Coronel Antônio Martins Borges e um dos maiores líderes da oposição em Goiás, como político ocupou vários cargos entre eles o de Conselheiro e intendente Municipal em Rio Verde, Vice-presidente do Estado e Senador por Goiás.

Dessa forma, quando eclode a Revolução de 30, Pedro Ludovico era o político certo para assumir como interventor no estado, pois significava o rompimento com o passado ao mesmo tempo em que representava a ascensão ao poder econômico da região Sul e Sudoeste na condução da política estadual. Pedro Ludovico governou o estado durante quinze anos ininterruptos como interventor, governador indireto e interventor novamente, tendo como sua grande obra a construção de Goiânia, a nova capital, um símbolo da modernidade para Goiás, tutelada pelo estado. Para Milton Lahuerta (1996, p. 105), nessa modalidade de desenvolvimento histórico, a obra de modernização não resulta do dinamismo e do empreendimento da sociedade civil, mas tem no Estado o projeto da modernidade associado ao ideal de construção da nação. Para os grupos políticos do Sul/Sudoeste, era este o papel esperado do estado conduzido por Pedro Ludovico. Mesmo fazendo parte de uma oligarquia local, o diferencial era que ele havia assimilado um discurso modernizante.

A instalação do Estado Novo colocou fim à incipiente organização partidária, que já contava com agremiações que já eram ou almejavam ser nacionais¹⁹, como a Aliança Nacional Libertadora, a Ação Integralista Brasileira e o Partido Comunista Brasileiro. Todos foram colocados na ilegalidade em 2 de dezembro de 1937. O regime autoritário imposto com o golpe de 1937 se encerrou em 1945, antes que se cumprisse o calendário eleitoral que Getúlio Vargas havia proposto, sendo ele deposto. A oposição já organizava manifestações contra o ditador desde 1943, como o Manifesto de Outubro, divulgado por membros da elite de Minas Gerais, conhecido como Manifesto dos Mineiros. Reivindicavam liberdades individuais e maior participação política das elites. Esse manifesto abre caminho para outras manifestações da oposição, como a Declaração de Princípios do I Congresso Brasileiro de Escritores, que ocorreu em 1945. Ainda em 1943 ocorreram várias passeatas de estudantes, promovidas pela UNE, contra o Nazi-facismo.

¹⁹ Os partidos nacionais eram diferentes dos que até então existiram, tinham um programa político bem delineado, não eram defensores deste ou daquele estado, haviam superado as diferenças regionais. A existência de partidos nacionais foi garantida pelo Governo Provisório, que tinha promulgado o decreto 21.076, em 1932, regulando as eleições, reconhecendo a existência jurídica dos partidos e estabelecendo seu funcionamento. Considerava a existência de dois tipos de partidos: os permanentes, que adquiriam personalidade jurídica, e os provisórios, que não adquiriam essa personalidade e tinham uma existência transitória, podiam se formar às vésperas da eleição apenas para disputar o pleito eleitoral. A mesma lei manteve aquilo que a Revolução havia combatido: os partidos estaduais; por outro lado, além do voto feminino, tem como marco a manutenção da proporcionalidade e a criação da Justiça Eleitoral. (TABAK, 1983, 1989).

Getúlio busca formas de se manter no poder para dar uma resposta à oposição. Promulga a Lei Constitucional n. 9, prevendo eleições em 90 dias, tanto para a Presidência da República quanto para os governos estaduais. A mesma lei estabelecia o funcionamento do Poder Legislativo, assim como da legislação eleitoral e a criação dos partidos políticos. No calendário estabelecido, as eleições para a Presidência da República ocorreriam em dezembro de 1945 e, em maio de 1946, ocorreriam as eleições para os Governos e Assembléias Estaduais. A possibilidade da redemocratização do país e a realização das eleições possibilitaram o crescimento dos recém criados partidos políticos, que buscaram ter representação nacional e influência na política-partidária do Brasil até a década de 1960. Quando do golpe em 1964, o país contava, ao todo, com 16 legendas, mas nem todas conseguiram ter representação em todo os estados, embora procurassem se aliar aos partidos de maior poder político, como a União Democrática Nacional (UDN), fundada em 7 de abril de 1945, o Partido Social Democrático (PSD), fundado em 17 de julho de 1945, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado em 15 de maio de 1945, e o PCB, que volta à legalidade, lembrando que Getúlio já havia anistiado e libertado os presos políticos ,em 18 de abril²⁰.

Esses partidos conseguirão criar diretórios em quase todos os estados para participarem das eleições, lançando candidatos ao governo, à Assembléia e ao Senado. Para as eleições de 1945, a UDN lançou o Brigadeiro Eduardo Gomes, como representante da oposição, com o apoio de partidos regionais. Para contrapor às ações da oposição, Getúlio Vargas articula a candidatura do General Eurico Gaspar Dutra. Apesar da receptividade alcançada pela candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes junto aos eleitores, ele é derrotado pelo candidato da situação.. Era o fim do Estado Novo, e o início de uma nova ordem democrática, que assumiria o encargo de resolver questões e heranças deixadas pelos quinze anos do governo de Getúlio, como o sistema partidário e sindicatos. Sobre o que significou o Estado Novo, Codato afirma que:

O regime ditatorial viabilizou, graças ao autoritarismo, uma tripla conversão: *i*) do predomínio das elites estaduais para o predomínio das elites nacionais; *ii*) do arranjo político garantido por um Estado federal para um arranjo político garantido pelo Estado centralizado; e *iii*) a conversão de uma

²⁰ Conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral. Ver em: http://www.tse.gov.br/institucional/biblioteca/site_novo/historia_das_eleicoes/capitulos/partidos_politicos/partidos.htm

economia baseada exclusivamente no capitalismo comercial para uma economia baseada progressivamente no capitalismo industrial. O segundo e o terceiro processos foram apreendidos como os processos de “construção do Estado brasileiro” e de “modernização do capitalismo nacional”, respectivamente. Já as transformações no mundo político, cuja face mais visível e mais espetacular foi o declínio dos partidos da oligarquia e das lideranças tradicionais, foram percebidos ora como consequência lógica dessas macrotransformações, ora como pré-requisito histórico para impor um projeto de desenvolvimento (CODATO,2008, p. 1).

A nova estrutura partidária, assim como o desenvolvimento econômico, foram gestados nos 15 anos de ditadura. A reação às práticas arbitrárias e mesmo às políticas estatais, favoreceu, em grande parte, o momento que se iniciava, o da redemocratização. Em Goiás, Pedro Ludovico foi substituído no cargo de Interventor cinco dias após a queda de Getúlio. É o momento das forças políticas do Estado se reorganizarem.

3.4 Outras Lutas

O arrefecimento do movimento feminino organizado não impediu as transformações na vida da grande maioria das mulheres brasileiras. Os padrões reguladores da sociabilidade homem/mulher, à medida que tornavam mais flexíveis, diminuía consideravelmente as distâncias entre os sexos, propiciando a adoção de novas práticas sociais. Entretanto, as distinções entre os papéis masculinos e femininos continuavam nítidas, salienta Macedo (2001, p.100). Terminada a Segunda Grande Guerra, em que as mulheres, principalmente na Europa, deram sua cota de participação, ocupando postos de trabalho nas fábricas deixados pelos homens, transformados rapidamente de operários em soldados, era agora solicitado delas que voltassem ao lar, se ocupassem de serem apenas mães e esposas dedicadas. Mas o espírito do pós-guerra era de reconstrução, de liberdade, e os padrões de comportamento exigidos das mulheres foram se distendendo, também em todo o Brasil, com participação muito mais expressiva das mulheres, no plano social e político, conforme Tabak (1983, p.53). Para tal, tiveram o auxílio do cinema e da música norte-americana, do rádio e suas cantoras, que influenciaram toda uma geração. Balizados pelo sopro de alívio que o final da segunda guerra ensejou, homens e mulheres (re)organizaram-se em movimentos reivindicatórios: há um

mundo para reconstruir. No Brasil ainda há um país a se fazer, um anseio por uma democracia não vivida (MACEDO, 2001, p.139).

O ritmo das transformações econômicas, sociais e políticas foi intenso, tendo a organização partidária possibilitado um maior engajamento feminino na política. Em Goiás, após a queda de Getúlio e, conseqüentemente, de Pedro Ludovico, permitiu-se a participação de outros personagens na política local, mesmo que os antigos não tivessem se afastado de todo. As mulheres constituíram um dos melhores exemplos de como é difícil e árdua a luta para inserção, para a participação política e obtenção de direitos, como o de cidadania, para aqueles que estão à margem do poder. Além dos vários movimentos feministas que surgem após o fim do Estado Novo, os partidos políticos também se constituíram em uma nova arena para a luta das mulheres, em busca de direitos e cidadania.

Eleito Eurico Gaspar Dutra, em 2 de dezembro de 1945, o Congresso Constituinte, após sua instalação em fevereiro de 1946, começa a redigir o novo projeto da Carta Constitucional. Seis meses depois, em 18 de setembro de 1946, a nova Constituição era promulgada.

Em Goiás, União Democrática Nacional, Partido Social Democrático e Partido Comunista do Brasil vão se configurar nas principais forças político-partidárias e o PCB, mesmo alternando os períodos de legalidade e ilegalidade, terá um grande número de filiados e simpatizantes, parte deles pertencente à intelectualidade goiana. Procuraremos apresentar sucintamente como se deu a constituição desses três partidos nos Estado, mais precisamente no Sudoeste, e em seguida sua abertura para a participação feminina.

A fundação da UDN goiana foi uma ação de Domingos Neto Velasco, ex-militante da Aliança Nacional Libertadora, que posteriormente ingressaria na Esquerda Democrática e no Partido Socialista, conforme afirmam Fernandes; Aquino (2005, p.45). Ela se coloca como principal grupo de oposição a Pedro Ludovico, em decorrência de Velasco ter combatido as políticas do Estado Novo em Goiás. Este também seria um dos motivos do partido ser bastante heterogêneo, sendo formado por vários grupos, o que dificultava a sua organização interna, como a escolha de um nome forte para concorrer às eleições majoritárias. Sua característica principal seria a descentralização, pois era dominado por várias personalidades políticas. Fernandes e Aquino explicam que:

O partido era dominado por várias personalidades onde inexistia uma verticalização do poder. Na qualidade de pares, suas lideranças criaram obstáculos para a ascensão de um líder que pudesse ofuscar o brilho das demais. A UDN goiana era um campo minado [...] era um partido de elementos autônomos (FERNANDES; AQUINO,2005, p. 226-227).

Isso resultava na escolha de candidatos inexpressivos para disputar o executivo estadual e, mesmo com fracassos sucessivos, o partido não se desagrega. Esse partido viveu de crises constantes, frutos de um comportamento político, de ocas vaidades, que emperrava sua máquina política e eleitoral construindo, sucessão após sucessão, suas próprias derrotas, afirmam Fernandes ; Aquino (2005, p.2001,2002).

Enquanto a UDN lutava contra os excessos de personalismo, o PSD não possuía esse problema, pois havia apenas uma figura: Pedro Ludovico Teixeira, sendo um partido de características centralizadoras. Todos os nomes que disputavam as eleições ou eram indicações próprias ou passavam por sua aprovação, ao partido cabia apenas confirmar suas indicações. Ao contrário da UDN, em que a unidade se construía na derrota, o PSD necessitava das vitórias para manter seu núcleo interno coeso. Isso garantia a fidelidade ao líder (FERNANDES; AQUINO, 2005, p.230). Será o PSD uma força incontestada no Estado, enquanto a UDN ocupará o lugar de segunda força eleitoral, conseguindo eleger apenas dois governadores; em 1947, Coimbra Bueno e Otavio Lage, em 1965, formando uma ampla coligação, composta de partidos de menor expressão no estado: Partido Trabalhista Brasileiro e Partido Social Progressista. Já o PCB teve uma trajetória marcada por alternância entre a legalidade e a ilegalidade, o que torna difícil o estabelecimento de datas, já que mesmo na clandestinidade havia, por parte de seus membros, atividades políticas. Para Eliane Dayrel , o surgimento do PCB-GO é decorrente de um processo misto, que teria sido concluído em 1936, resultante de duas vertentes básicas:

- formação local, espontânea, de núcleos de convertidos à proposta e ao ideário do PARTIDO, ou previamente ao marxismo [...]
- ampliação da organização do PCB efetuada por elementos ou por grupos não locais.

Essas vertentes não se excluem, mas deságuam num esforço único e num resultado comum: a formação e a consolidação do PARTIDO em Goiás.

O marco delimitador da estruturação articulada no estado, com a definição de um mínimo de coordenação e comunicação possível é 1936.

A partir daí pode-se atestar a existência do que se poderia considerar o PARTIDO COMUNISTA em Goiás (DAYRELL ,1984, p. 109).

O PCB em Goiás se organiza, desde 1936, em núcleos, estando os mais importantes na estrutura partidária em Anápolis e Goiandira, dividindo com Uberlândia a liderança e a coordenação geral do PCB no estado, conforme Dayrell (1984, p.110). Com o fracasso dos acontecimentos de 1935²¹, o partido terá uma atuação bastante irregular e assistemática. Além disso, muitos elementos isolados atuaram em nome do partido, que ficou, portanto, sob a influência de vários grupos. Quando o partido passou para a legalidade foi criado o Comitê Estadual, em Anápolis, em 1945, sendo transferido para Goiânia, em 1946. O Comitê Estadual foi fechado em 1947, quando da cassação do registro do partido.

3.5 Mulheres para além do voto

A inclusão política das mulheres certamente não se completou com o voto, pois este não garantiu a entrada imediata das mulheres na vida pública, através dos partidos políticos e nem o alcance a outros direitos ou mesmo a igualdade jurídica. Os principais partidos atuantes em Goiás, PSD e UDN, não impediam a atuação das mulheres na política; mas pelas suas práticas, manifestos e panfletos, mulher e política eram dois substantivos que não se pronunciavam juntos. Elas não existiam para a política, toda a estrutura partidária era formada por homens e para os homens. Entre os candidatos goianos apresentados para concorrerem à Câmara na Constituinte de 1945, PSD e UDN apresentaram 14 nomes, todos homens. Assim também aconteceu nas eleições da Assembléia Legislativa de Goiás, na Legislatura que se iniciou em 22 de março de 1947 e foi até 31 de janeiro de 1951.

²¹ Ocorreram levantes no Rio de Janeiro, Natal e Recife que ficaram conhecidos como “Intentona Comunista”. O movimento teve como um dos líderes Luis Carlos Prestes e seu início se deu em 23 de novembro de 1935 e rapidamente foi dominado pelo Governo Federal. A Aliança Nacional Libertadora (ANL) agregava um variado e grande número de descontentes com o Governo de Vargas; tenentes, comunistas, socialistas e intelectuais. Os levantes tiveram início em Natal, os militares do 21º Grupo de Caçadores, se rebelam e instalam um governo provisório, que comandará a cidade por quatro dias. Três dias após o levante de Natal, teve início em Recife um levante que teve a participação de civis e militares, em seguida o movimento irrompe no Distrito Federal, com ataques realizados a diversos batalhões. Em todos os casos o governo sufocou os levantes, decretou Estado de Guerra e iniciou um período de intensa perseguição aos membros da ANL e aos comunistas. Com esse ato passou a ter poder para prender até mesmo parlamentares que fossem suspeitos de terem participado dos levantes contra o Governo. Para tal, criou a Comissão de Repressão ao Comunismo para investigar suspeitos de ligação com movimentos tidos como ilegais.

A tentativa de construção e legitimação de um espaço político por parte das mulheres ocorrerá através do PCB. Pela sua própria história e constituição, que tinha a igualdade social como tese central, as mulheres conseguiram espaços que em outros partidos não conseguiriam, no mesmo período. Mas, cabe lembrar que para um partido que pregava a igualdade social, o lugar político da mulher no PCB está muito aquém do discurso de igualdade. Maria Elena Bernades²² (1995), afirma que nenhuma mulher teve um comprometimento orgânico com o partido, já que os partidos se fechavam para uma participação com igualdade entre homens e mulheres militantes, elas seriam meras auxiliares em tarefas menores:

Suas companheiras não tinham nenhuma função central: efetivamente, a militância feminina não cabia a vida orgânica do partido. Provavelmente, restavam-lhes as tarefas “menores” ligadas às campanhas de solidariedade organizadas pelo PCB, como, por exemplo, as campanhas para fundos de greves (BERNADES, 1995, p.15).

A autora propõe que essa invisibilidade tenha ocorrido devido ao fato de as mulheres militantes geralmente terem um companheiro militante, o que gerava uma concorrência em casa. A casa e os filhos eram sempre vistos como uma responsabilidade exclusivamente feminina, mesmo no PCB. As Teses do IV Congresso do PCB, que não ocorreu porque o Partido foi colocado na ilegalidade, demonstram as preocupações do partido com as mulheres:

[...] Precisamos ter em cada organismo do Partido, desde as células até o Secretariado Nacional, encarregados especiais do movimento feminino. Além disso, precisamos procurar as causas verdadeiras do número ainda pequeno de mulheres nas fileiras de nosso Partido a fim de conseguir removê-las definitivamente. É indispensável fazer em cada organismo acurado estudo das condições em que vive a mulher, dos obstáculos que representam suas pesadíssimas tarefas domésticas à possibilidade de qualquer atividade nas fileiras do Partido de maneira que possa reduzir ao mínimo possível as exigências estatutárias para que a mulher possa ser militante comunista, possa progredir politicamente como ativista de nosso Partido sem prejuízo de suas tarefas domésticas (apud TAVARES, 2001, p. 2).

²² Ela aprofunda esse argumento ao analisar a vida e obra da poetisa Laura Brandão, e a invisibilidade feminina na política, em dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas.

Embora reconheça as atividades femininas domésticas, o partido não propõe nenhuma mudança que leve à transformação da condição social feminina. Para Tavares, essas preocupações demonstradas se devem:

A coincidência entre uma maior participação feminina nos espaços públicos e uma expansão do Partido Comunista Brasileiro leva o PCB a dedicar uma atenção – muito maior do que vinha dedicando até então – à organização das mulheres em seu interior. Dentro desse contexto, o partido fomenta a formação de células femininas e apóia a criação, em 1947, do jornal “Momento Feminino” – órgão informativo que, embora não fosse oficial do Partido Comunista Brasileiro, seguia suas orientações políticas e era dirigido por Arcelina Mochel, militante do PCB eleita vereadora no Distrito Federal em 1947. Além disso, em 1949, foi criada a Federação das Mulheres do Brasil, também sob a hegemonia do PCB, que passou a assumir a organização do “Momento Feminino”(TAVARES, 2001, p. 4).

Embora existindo essa dificuldade de inserção e criação de um espaço para a participação das mulheres no interior do PCB, ele foi o partido mais aberto a isso. Não se pode negar que muitas mulheres encontraram ali a possibilidade de se manifestarem politicamente. As mulheres que ingressaram na política, no sudoeste goiano, entre as décadas de 30 e 47, eram todas filiadas ao PCB. Mas cabe perguntar, como isso foi possível no interior de Goiás, em uma região rural? Eliane Dayrell (1984, p.19), ao apresentar sua tese sobre o PCB-GO²³, entre 1936 e 1948, em Goiás, parte do seguinte questionamento para se orientar sobre o surgimento de um partido de esquerda em Goiás: Como surge e se desenvolve em Goiás – estado agropecuário, não industrializado, de urbanização pouco densa e rarefeita –, um partido comunista cujo caráter nacional das atividades é nitidamente urbano? Não é nossa intenção aprofundar a trajetória do PCB, mas sim incorporar às respostas obtidas por Dayrell as questões que temos perseguido ao longo deste trabalho, quais sejam as da participação feminina em espaços tidos como masculinos, a historiografia que exclui as mulheres de uma maneira geral e simplesmente desconhece as que quebram as normas, as que atuam em campos não esperados ou desconhecidos. E aí cabe perguntar: como nesse mesmo estado, agropecuário, mulheres conquistaram seu espaço político? É para essas questões, colocadas para as décadas de 30 e 40 do século XX, em Goiás, para essa tensão não só política, mas da própria constituição da participação feminina, que buscamos respostas.

²³ Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo, em 1984. Nela a autora trabalha com entrevistas de simpatizantes, militantes, ingressos em Goiás, atuantes, representantes da direção nacional, representantes do PCB-Triângulo Mineiro e elementos vinculados aos chamados partidos tradicionais, PSD, UDN e ED, (esquerda democrática)

Retomando Dayrell (1984, p. 20-21), sobre o PCB, a autora afirma que Goiás ofereceu uma sustentação suficiente ao desenvolvimento partidário, havendo “aclimações” para efetivar as ordens de fora para dentro, ou seja, adaptações às características regionais. Embora produtor agropecuário, o estado estava definitivamente vinculado ao sistema econômico nacional. Às vezes, de forma conflitiva, havia se iniciado o ordenamento do espaço ao capital, e a população urbana vai reivindicando uma maior participação nas decisões políticas. Dayrell desenvolve seu trabalho nessa linha, discorrendo sobre a atuação do PCB nas cidades, mesmo havendo o predomínio do rural sobre o urbano. Foi nesse contexto que as principais cidades do sudoeste de Goiás, Rio Verde e Jataí, tiveram grande importância nas décadas de 30 e 40 para a política tanto dos “partidos tradicionais”, como Dayrell (1984, p.20) define a UDN e o PSD, como para o PCB. Foi do Triângulo Mineiro, também, que vieram os primeiros simpatizantes do PCB para fundar células, primeiro em Rio Verde, depois em Jataí. A participação feminina na política era intensa na região Sudoeste e tinha um caráter que ia além da política, tinha também um caráter de libertação. Para Dayrell (1984, p.486), a presença feminina representa um nítido traço de rompimento em face da ordenação social do mundo rural, mesmo que essa inserção da mulher tenha se dado não sem esforços e dificuldades, ela é inovadora no quadro regional.

Maria Eloá de Souza Lima,²⁴ estudante do Colégio Agrícola de Rio Verde, começou seus estudos ainda na zona rural do município de Jataí, onde nasceu em 1923. Mudou-se para Rio Verde para continuar seus estudos e lá teve contato com o PCB, sobre o qual ela comenta:

Morava na casa de uma viúva pobre, Dona Ana Furquim, é sim Ana Furquim. E acontece que o genro dela Dijaniro Nascimento, que é parente do Dorival Nascimento que foi prefeito de Rio Verde. Ele estava alugando da Dona Siana uma [...] a salinha dela, era uma casa pobre, pequena, mas eu tive espaço lá naquela casa, como também tive espaço no coração daquela mulher generosa. Pagava uma ninharia pra ela. Então o genro dela, alugava, era alfaiate e alugava salinha pra trabalhar, né, colocá os retalhinho. E ele era comunista, o fim da Guerra, trouxe de volta os nossos pracinhas, né, e junto veio assim uma, como que um fluxo, antes mesmo da chegada; Com a guerra houve uma espécie de, como eu diria, uma espécie de interesse que se despertou pelo Brasil, pela nação. Por ser nós um país livre vamos dizer assim mesmo, se for entre aspas né! [...] E o Dijaniro, e eu era amiga da esposa dele né, deles, e descubro que eles eram comunistas [...] Antes da legalidade, ele era antigo e lá em Rio Verde havia muitos comunistas na ilegalidade, pessoas mais idosas [...] Tinham as células,

²⁴ Entrevista concedida por Maria Eloá Souza Lima, em Jataí, agosto de 2008, a esta pesquisadora.

eram as chamadas células. Mas aí nós, o Dijaniro e a esposa me convidaram pra ir ao comitê, após a legalidade.

Essa organização do Partido no interior se intensifica após a legalidade e, ao contrário de outros lugares, as mulheres eram bem atuantes, como afirma ainda Maria Eloá:

[...] havia as mulheres, como as esposas desses todos, que eu citei, mas [...] participavam por convicção, mas dessas mulheres eu quero falar, deixa eu assim, ressaltar bastante a Dona Luzia Seabra Guimarães. É muito interessante que Dona Luzia Seabra Guimarães era uma senhora já de uns 60 anos talvez, era de Goiás, Goiás Velho. Ela era espírita e dirigia um centro espírita ao lado da casa dela e era comunista. Então, e de uma fluência, era uma grande oradora D. Luzia. Então nós saímos nas cidades, por perto, naquelas cidades [...] Santa Helena, naquela época estava com o nome de Ipeguari. Tentaram colocar o nome, não me esqueço de um comício realizado em Ipeguari em que a Dona Luzia disse: “Povo de Ipeguari, [e lá na frente ela disse] se os poderosos pudessem açambarcar o ar que respiramos e a água que bebemos, eles fariam”.

Além das esposas dos militantes, outras mulheres participaram, tanto em Rio Verde como em Jataí; nessa cidade militaram as chamadas irmãs Santos: Isabel José dos Santos, Anita Santos e Luzia Santos. Primeiro fizeram parte de uma célula em Jataí, depois na legalidade, formaram e participaram do diretório de Jataí. Izabel Santos, além de fundadora foi a primeira secretária do partido. Em um artigo publicado pelo Jornal *O Estado de Goiás*²⁵, em 15 de setembro de 1945, intitulado “Porque me tornei Comunista”, (Anexo II), Maria Eloá crê que o trabalho político faz parte das atividades das mulheres. Ela, em tom de conclamação, diz que cabe às moças e às mulheres grande parte do trabalho político que se tem a realizar, que ela acreditava ser a busca pela igualdade. Para essas mulheres, o trabalho da conquista por espaço deveria ser feito pelas mulheres. Em seu discurso, é possível verificar que elas não haviam incorporado a dominação masculina; as normas, enunciadas pela sociedade, na qual viviam, não eram norteadoras de suas ações, embora vivessem numa sociedade em que o discurso que valia, que fazia sentido, era o masculino.

²⁵ O jornal *O Estado de Goiás* foi um órgão oficioso do PCB-GO e Triângulo Mineiro. Era editado em Uberlândia-MG, sendo transferido para Goiânia em 1946. Colocava-se como um jornal de Goiás e do Triângulo, procurando refletir os interesses do Brasil Central, conforme informa Lúcia Helena Rincon Afonso em dissertação sobre as propostas do PCB para a região Centro-Oeste (AFONSO, 1981).

Roger Chartier, tratando das diferenças entre os sexos e da dominação simbólica, nos diz que a construção da identidade feminina se dá pela interiorização dos discursos masculinos, das normas enunciadas por eles, e mais:

Um objeto maior da história das mulheres é então o estudo dos discursos e das práticas, manifestos em registros múltiplos, que garantem (ou devem garantir) que as mulheres consintam nas representações dominantes da diferença entre os sexos: desta forma a divisão das atribuições e dos espaços, a inferioridade jurídica, a inculcação escolar dos papéis sociais, a exclusão da esfera pública [...] (CHARTIER, 1995, p. 40)

Assim, o que se desprende do discurso de Maria Eloá é a emergência de mulheres, do e no interior de um estado agrário, que não se confinaram, não se submeteram ao discurso masculino dominante e sexista. Procuraram, na política, uma forma de subverter esse discurso, romper com a ordem masculina instituída. Foram em busca da construção do que acreditavam ser também um mundo feminino, um mundo público, o mundo da política. A busca pelo pertencimento ao mundo da política e da política como seu mundo fez parte da trajetória de outras tantas mulheres, primeiro como eleitoras, posteriormente como candidatas.

Em Jataí, no alistamento eleitoral de 1933, o primeiro após a conquista do direito de voto pelas mulheres, dos 613 títulos emitidos 5,5%²⁶ foram de mulheres (MELLO, 2002, p.24). O percentual baixo, no entanto, não foi impedimento para que a região se tornasse a única a lançar candidatas no estado. As candidatas pela região se apresentaram em 1945 e 1947, quando surgem as figuras de Luzia de Oliveira Guimarães e Isabel dos Santos, respectivamente. Foram duas candidatas pelo PCB, na região Sudoeste. D. Luzia, como era conhecida, aderiu ao comitê municipal de Rio Verde. Dayrell relata as notícias publicadas pelo jornal *O Estado de Goiás* sobre essa adesão:

D. Luzia é saudada por Luis Guedes Santana e segundo texto publicado explica que apesar da idade não pode desertar da luta do povo. Diz que se sente bem na sede do Partido “e que agora colocava mais do que nunca, toda a sua capacidade, inteligência e amor a serviço dos nobres ideais de igualdade, fraternidade e liberdade. Disse mais ainda, que a mulher não pode ficar indiferente ao que se passa nessa hora histórica para o Brasil, mas deve, ao lado do Companheiro, se interessar pelos problemas que

²⁶ Os dados referentes a outras cidades do Sudoeste não puderam ser conferidos devido ao desaparecimento dos livros de registro. Em Jataí, sede da 18ª Zona eleitoral, os livros de registros eleitorais ainda existem, tanto da década de 30 quanto de 40, embora não se tenha os dados relativos a toda a votação, porque eles foram destruídos por determinação de um dos presidentes do Tribunal Eleitoral de Goiás, que ordenou a incineração de todo o material que ultrapassasse 5 anos anteriores à data de tal decisão, informa Dayrell (1984, 295).

afligem o povo [...]”. Já em 29.08.45 o jornal registra informação do secretário geral do CM de Rio Verde relativo a cerca de 20 adesões femininas ao Comitê. Elas se filiaram nos diversos municípios (DAYRELL, 1984, p. 496).

Tendo aproximadamente 60 anos de idade, D. Luzia não via empecilho nem no fato de ser mulher e nem na idade, e pede o fim da indiferença com os problemas pelos quais passa o Brasil. Disposta a lutar por mudanças, Luzia Guimarães se lança como candidata à Câmara Federal, como constituinte, em 1945. Foi a única mulher candidata naquelas eleições, mas não conseguiu se eleger, como nenhum outro candidato do PCB, por não ter conseguido alcançar o quociente eleitoral, mas representou um marco na trajetória feminina por busca de espaço na política. Em 1947, houve eleições estaduais para a Assembléia Legislativa e Governo do Estado. O PCB não apresentou candidatos a governador, mas apresentou vários candidatos a deputados e, mais uma vez, lança uma mulher candidata. Dessa vez será Isabel dos Santos, novamente a única mulher candidata em todo o estado. Ela conseguirá obter 2,84% dos votos do Estado e 8,5% na 18ª zona eleitoral, no Município de Jataí. (DAYRELL, 1984, p. 301). Nessa campanha, Isabel dos Santos, afirma que sofreu uma série de difamações, tanto ela como o partido, que durante os comícios “tinha mais que desfazer a campanha, pra depois, você fazer alguma coisa, plantar alguma coisa” (DAYRELL, 1984, p. 576). Anita, irmã de Isabel que participou ativamente de sua campanha para a Assembleia Legislativa, afirma que:

Havia mulheres de companheiros que não participavam e até odiavam o Partido, né? Ficavam com raiva dos maridos freqüentarem as reuniões, eles [...] lutavam com esses problemas, em casa. Que, as mulheres não acompanhavam, a maioria, num acompanhava. Houve até separação [...] ²⁷ (DAYRELL, 1984, p. 576)

Uma militante do PCB à época, diz:

Então, eu vivia na rua e assistia, então, todas aquelas pessoas que, é... aquelas... a... as mulheres que pertenciam ao Partido, elas iam muito me visitar e procuravam uma certa conversa comigo e tudo. Mas, eu comecei a notar que lá elas eram diferentes, elas tinham, assim, era como se fosse um clube, tá entendendo? Um clube onde elas tinham, assim, uma, liberdade que num... era daqui do Rio, sabe? Aqui não, aqui era política mesmo, lá não, lá era, era um tipo, assim, de, de... da mulher poder se libertar, poder sair de noite e andar na rua. ²⁸

²⁷ Entrevista concedida por Anita José dos Santos em 18.07.83, no Rio de Janeiro, à Eliane G. Dayrell.

²⁸ Entrevista concedida por militante anônima do PCB à Eliane G. Dayrell, em 19.05.82, em Goiânia.

Na verdade para as mulheres que participaram desse processo como Isabel, Maria Eloá, Luzia, Anita e tantas outras, as palavras de Isabel expressam o que o partido, e porque não a política, significavam para todos naquele momento, principalmente para as mulheres:

[...] O caminho. O partido para nós era um caminho, uma saída, uma maneira de se libertar, de subir, de deixar de ser minhoca a ser uma beija-flor... uma beija-flor... Era isso aí. A gente tinha aquele entusiasmo e a gente se entregava com todo amor aquilo! O Partido pra nós era a coisa melhor que existia, viu?²⁹

Ao comparar ao beija-flor o que o partido proporcionava, Isabel deixa claro a sensação de liberdade, de trilhar um caminho que levava à liberdade. Entretanto, tal caminho não foi fácil de percorrer. Lembrando Roger Chartier (1995), mesmo aceitando as limitações e determinações que a sociedade impunha, isso não significava uma concordância e subordinação aos ditames impostos, mas antes uma forma de subverter a relação de dominação, construindo recursos que permitissem o deslocamento ou a subversão da relação dessa dominação. Neste caso em especial, a subversão estava no fato de serem mulheres, por participarem politicamente, como candidatas e por estarem fazendo tudo isso em um partido de esquerda.

Nesse sentido, alguns pontos merecem ser levantados acerca das candidaturas de Luzia e Isabel. Primeiro, elas obtiveram votação expressiva, se levarmos em conta que o voto feminino era uma conquista recente e que o número de analfabetos, impossibilitados de votarem, era enorme, principalmente entre os trabalhadores que elas atingiam, (anexo II), o que, certamente teve um peso significativo na votação final. A partir daí podemos afirmar que elas se fizeram presentes através da representação eleitoral, manifestando um projeto, o do PCB, mas carregados de expectativas femininas, entre elas a possibilidade de liberdade. Um segundo aspecto a se levantar é que assim que puderam se fazer representar politicamente, o fizeram através do voto. Do voto do alfabetizado, do voto do trabalhador urbano alfabetizado e da mulher alfabetizada, do trabalhador rural alfabetizado. Levaram um discurso moderno. Fizeram pela primeira vez ouvir a voz feminina em discurso político como candidatas, em Goiás. Se antes as mulheres

²⁹ Entrevista concedida por Isabel José dos Santos à Eliane Dayrell, em 23/02/83, na cidade de São Paulo.

eram invisíveis politicamente, agora podiam ser vistas e ouvidas. O projeto partidário levado por elas, em especial por Izabel como candidata, propõe o desenvolvimento, a agilização da economia, o progresso estadual, confirma a ideologia modernizadora desenvolvimentista considerada por todos os setores “modernos” como ponto fundamental para a superação do atraso do estado, conclui Dayrell (1984, p.592). A empolgação, a crença na mudança quase imediata, durou muito pouco para essas mulheres. Em 1947, o PCB foi novamente cassado: menos de dois anos de existência legal não foram suficientes para construir e garantir um espaço político, mas possibilitaram a mulheres no interior de Goiás romperem com o discurso de domesticidade, da invisibilidade, da não participação política. Ao disputarem uma eleição, no interior de Goiás, estas mulheres deram início ao caminho para a instalação de um espaço político feminino, ligado ao sistema eleitoral e aos partidos políticos. Ainda mais, se lembrarmos que menos de quinze anos antes Bertha Lutz e tantas outras lutavam pelo direito ao voto.

Embora as primeiras candidatas mulheres em Goiás o tenham sido nas eleições de 1945 e 47 e pelo Partido Comunista, Goiás elegerá a primeira deputada estadual nas eleições de 3 de outubro de 1950, Berenice Artiaga, pelo PSD. Ao contrário de Luzia e Isabel, ela militava na política ao lado do marido Getulino Artiaga e sua família possuía uma longa tradição política. Reelegeu-se em 1954³⁰. Certamente sua primeira eleição está mais ligada à tragédia com o marido do que à sua efetiva participação na política naquele período. Pelos dados do Superior Tribunal Eleitoral, entre 1945 e 1950, foram eleitas cinco mulheres para as Assembléias Estaduais. A tabela abaixo, com bases nos dados do Tribunal Superior Eleitoral, dá mostras da dificuldade de estabelecimento da participação feminina na Câmara dos Deputados:

³⁰ Berenice Artiaga é hoje nome de uma homenagem concedida anualmente pela Assembleia Legislativa a mulheres que se destacam no Estado. Seu marido, o militar e político Getulino Artiaga, era muito ligado a Pedro Ludovico e disputava a reeleição como deputado estadual pelo PSD em 1950. Porém, num comício, em Nova Aurora, foi assassinado a 20 dias antes das eleições. Então, o PSD decidiu lançar sua candidatura em lugar do marido morto. E Berenice Artiaga, natural de Santa Cruz de Goiás, foi eleita. Seu pai foi ligado à política e um de seus irmãos, Osires Teixeira, foi vice-governador de Goiás, no governo Otávio Lage, além de ser senador da República. Informações disponíveis http://www.assembleia.go.gov.br/index.php?p=pg_noticia_deputado&id=2997

MULHERES ELEITAS

ANO	CANDIDATAS	ELEITAS	ESTADO
1932	1	1 – Carlota de Queiroz	São Paulo
1935/6	-	2 – Carlota de Queiroz e Bertha Lutz	São Paulo
1946	18	0	0
1950	9	1 Ivete Vargas	São Paulo

Dados do Superior Tribunal Eleitoral.

A construção da representatividade política feminina, seja em partidos de esquerda como no sudoeste de Goiás, ou em partidos tradicionais, começou junto com a luta pela educação, pelo voto, pelo direito ao trabalho com remuneração igual à dos homens em igual função e a tantas outras lutas empreendidas por inúmeras mulheres, seja através de associações, jornais e revistas ou pela própria FBPF. Todas estas foram formas encontradas de lutar por direitos e conquista de espaço político, subvertendo a ordem, declarando os seus desejos, até se chegar à militância em Partidos políticos, que seria a forma mais alta de participação política da mulher, se comparada com outras formas de organização social ou de institucionalização da ação política (TABAK, 1989, p.51). Embora participando ativamente da organização política da sociedade, nem sempre de forma explícita, as mulheres vêm, de forma árdua, construindo a sua representatividade política, tendo os partidos como instância de poder, e com capacidade para redefinir políticas e realizar mudanças nas leis que garantem direitos e transformações nas condições sociais.

CONCLUSÃO

Ao ponto de chegada deste trabalho vale lembrar o que moveu o seu início; a busca por conhecer a participação da mulher na política em Goiás. Descrita sempre pelo olhar do outro, tendo como esse outro os homens que sempre narraram as vivências femininas a partir de sua perspectiva, colocando as mulheres como expectadoras, primeiro da ocupação da região, que prometia ser um eldorado, repleta de ouro e diamantes, e posteriormente, durante a fase tida como de decadência, já que não haviam se concretizado, na medida desejada, os sonhos de riqueza e abundância de ouro e diamantes. É deste momento que partimos; o século XIX, quando a Coroa Portuguesa, instalada no Brasil, abriu as portas da colônia para os estrangeiros e passam a chegar viajantes de vários lugares da Europa que percorreram Goiás no século XIX como pessoas que estavam descobrindo outro mundo, até então desconhecido ao olhar europeu. As várias descrições que fizeram sobre as mulheres deixaram transparecer que estas estavam intimamente ligadas à sua interpretação de mundo.

Desta forma o presente trabalho, ao analisar as narrativas dos viajantes, procurou compreender a forma como foram vistas as mulheres goianas e como seu cotidiano foi percebido pelo olhar europeu. Mas as narrativas dos viajantes revelaram muito mais. Ao se fazer uma observação mais cuidadosa e pertinente sobre seus textos vemos uma trama mais complexa de mulheres e homens que encontraram inúmeras formas de se relacionarem social, sexual e economicamente. Em vários papéis, em comportamentos e atitudes, muitas vezes comuns, outras surpreendentes, desafiando os padrões esperados. Para Bernades essa complexidade entre os vários papéis femininos e masculinos refletiu-se através de oposições e divergências, sintonias, e até paradoxalmente, na cumplicidade tácita entre os dois papéis gerando uma situação comum de imobilidade. (BERNADES, 1988, p.181). A complexidade desta relação certamente levou às contradições que os textos dos viajantes apresentam ao perceberem apenas alguns aspectos dos papéis desempenhados pelas mulheres, não vendo outros e principalmente não compreendendo tantos outros. Para Mary Del Priore,(2000,p.94) mesmo mergulhadas em ofícios variados e no trabalho exaustivo que lhes assegurava a

sobrevivência, possuíam uma ética própria para constituir laços familiares e afetivos, o que tornava a realidade complexa e ambígua, trazendo consigo uma gama de dificuldade para aquele que a observa, ainda mais lembrando que o tempo passado em cada lugar era pouco, insuficiente para qualquer interação com a realidade local ou para sua compreensão mais profunda.

Neste sentido, o olhar da pesquisa debruçou-se sobre o século XIX, momento em que as mulheres brasileiras passaram a reivindicar direitos; direitos à educação, direito ao voto e direito ao trabalho remunerado fora de casa. Sendo vistas como seres frágeis, intelectualmente incapazes, não era necessário que a educação fosse além do conhecimento das atividades domésticas, a leitura e matemática elementar. Isso bastava para cuidarem da casa, do marido e dos filhos. Esta era a educação concedida a uma minoria de mulheres. Podemos afirmar que a grande conquista deste período foi o direito à educação básica a um maior número de meninas que buscavam uma continuidade nos estudos e uma possibilidade de exercer uma atividade profissional, a de professora, através das escolas normais. Era a profissão mais próxima daquela exercida no lar. Na verdade era vista como uma continuidade da educação dada aos filhos. Gradativamente, a profissão de professor primário vai se tornando a de professora primária, uma exclusividade feminina na primeira metade do século XX.

Não seria incorreto afirmar que o século XIX foi o momento de tomada de consciência das condições que se encontravam as mulheres no Brasil e a manifestação desta tomada de consciência se deu via jornais e revistas que surgiram denunciando a situação de inferioridade a que às mulheres estavam submetidas. O surgimento da imprensa feminina no Brasil foi um marco na luta pela emancipação da mulher, associado ao aumento do número de escolas para meninas, o que possibilitou o aumento de mulheres alfabetizadas, tornando-as mais capazes de lutarem por seus direitos. Os periódicos voltados para o público feminino dividiam-se entre aqueles que defendiam o papel até então desempenhado pela mulher e aqueles que denunciavam a situação à qual as mulheres estavam submetidas, como o *Sexo feminino*, que defendia a necessidade da mulher se instruir e de ter maior liberdade. Era a emergência de um outro universo, até então pouco manifesto, aspirando a visibilidade, saindo da esfera do lar, reivindicando direito à educação e à participação política. O discurso manifesto nos jornais femininos era de que a mulher era a primeira educadora, educadora dos

filhos, na esfera do lar. Isto possibilitou uma adesão maior tanto de mulheres quanto de homens na luta por educação feminina.

As mulheres tentaram também o direito ao voto logo após a queda da Monarquia na Assembléia Constituinte, 1890, o que foi visto como uma concessão que acabaria com a família brasileira. Emília Viotti da Costa afirma que uma consciência maior das condições opressivas em que viviam as mulheres e dos efeitos negativos de sua criação na família e na sociedade, o reconhecimento da importância da educação e do acesso às profissões liberais, foi o único resultado concreto da luta das mulheres no século XIX. (COSTA, 1998, p.521). Será no início do século XX, com o aumento da urbanização, o aumento da escolaridade feminina e uma profissionalização incipiente, que as mulheres tiveram melhores condições de se organizarem em associações passando a contestar os privilégios masculinos, como a Federação Brasileira Para o Progresso Feminino. Assim empreenderam uma luta mais coesa e organizada por direitos de cidadania. Para Susan Besse, as reformas legais concederam direitos de cidadania às mulheres, ao mesmo tempo que lhes ofereceram proteção que assegurava a continuidade da discriminação. (BESSE, 1999, p.222). Isso ocorreu porque, mesmo para o movimento feminino, a educação dos filhos e o papel no lar não foram questionados, fizeram parte dos discursos como estratégia de aceitação do movimento feminino no Brasil, principalmente o da FBPF, o chamado “feminismo tático de Bertha Lutz” (SOIHET, 2006, p.94-95).

Já nas primeiras décadas do século XX, as mulheres instruídas do Brasil haviam alcançado o grau de participação e autoridade que almejavam. Conseguiram acesso a respeitáveis posições profissionais e o direito ao voto, sem serem radicais nem agressivas em suas táticas (HAHNER, 2003,p.367). O direito ao voto, adquirido em 1932 foi o início da participação da mulher brasileira na política, interrompido pelo Estado Novo. Após o seu final e a queda de Getúlio Vargas, no pós-guerra, que os avanços no sentido de uma maior participação feminina na política se tornou possível. Esta possibilidade ficou manifesta em Goiás, quando no interior do estado, mais precisamente na região Sudoeste, nas cidades de Rio Verde e Jataí, surgem candidatas a Deputada em duas eleições consecutivas de que o PCB participou em 1945 e 1947.

Isto posto, podemos seguir rumo a uma conclusão. A percepção das condições de vida feminina no Brasil tem sido um processo, para tirá-las da

invisibilidade, tanto nos papéis sociais normativos que elas assumiram, como os papéis que foram redefinindo, recondicionando, improvisando e porque não, criando tantos outros, na tentativa de terem uma existência própria. Encontrando formas de sobrevivência em uma sociedade que lhes impunha papéis e valores misóginos. As mulheres goianas são representativas neste quadro. Mesmo no discurso marcado por estereótipos, como o dos viajantes, é possível percebê-las subvertendo a ordem e encontrando formas de se estabelecerem em um mundo regido por normas masculinas. Ao descrevê-las administrando suas terras, conduzindo gado, trabalhando nas minas, casando ou descasando, elas passaram à corporeidade, existindo fora das normas e construindo uma trajetória própria, escapando das imposições e da dominação que a sociedade lhes ordenava.

Ao se organizarem para lutar por educação, voto e trabalho, já no final do século XIX, também estavam subvertendo os papéis delas esperados, mas agora se colocavam claramente, utilizando os jornais e revistas. Se organizando, via associações femininas como a FBPF, e já tendo percepção da situação de inferioridade social e política em que estavam. A política foi o caminho que permitiu a conquista de uma série de direitos e reivindicações, começando pelo direito ao voto e ao direito de postularem cargos públicos. Luzia, Isabel e tantas outras que pela falta de documentos ainda não se tornaram conhecidas, são representativas deste processo de visibilidade, as informações sobre elas estavam “escondidas” nas entrelinhas dos discursos dos viajantes ou de outros documentos. Figuras ocultas, diáfanos, fragmentadas e marginalizadas da história e do poder.

Assim, o presente trabalho procurou investigar a participação política dessas mulheres, o partido político que escolheram e seu interesse pela política. E como elas conseguiram romper com os discursos que as excluía do mundo da política, masculino e ruralizado. Fizeram-se ouvir num mundo de silêncios e falaram com homens e mulheres como nunca antes outras mulheres haviam feito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. R. S. **A condição feminina em Goiás.** *Revista Humanidades*. 2003. Disponível em: http://www.cefetgo.br/cienciashumanas/humanidades_foco/anteriores. Acesso em: 07 nov. 2006.

ABREU, S. E. A. de. **A instrução primária na província de Goiás no século XIX. 2006.** Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=34427. Acesso em: 26 fev. 2009.

AFONSO, L. H. R. **O Partido Comunista do Brasil (1945-1947), suas propostas na região centro-oeste.** 1981. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, 1981.

ALGRANTI, L. M. **Honradas e devotas mulheres da Colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil.** 1750-1822. São Paulo: Ed. José Olympio, 1993.

ALMEIDA, J. S. de. **As lutas femininas por educação, igualdade e cidadania.** *R. bras. Est. pedag.*, Brasília, v. 81, n. 197, p. 5-13, jan./abr. 2000.

ARAÚJO, R. M. B. de. **A vocação do Prazer. A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano.** Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges, (org.). **História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na Elite política brasileira.** São Paulo, Ed. UNESP:2001.

BERNARDES, M. E. **Laura Brandão: a invisibilidade feminina na política.** 1995. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1995.

BESSE, Susan K. **Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BRETAS, G. F. **História da instrução pública em Goiás.** Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1991.

BRITTO, C. C. S. de. **A mulher, a história e Goiás.** 2 ed. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1974.

BRONSTEIN, M. M. **Consumo e adolescência: um estudo sobre as revistas femininas brasileiras**. 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0610532_08_cap_02.pdf. Acesso em: 02 mar. 2009

BRZEZINSKI, I. **A formação do professor para o início de escolarização**. CAPEL, H. S.; ATAÍDES, J. M. de. **Símbolos do despertar da mulher goiana no século XIX. Teoria e Praxis**, RCHP, n. 2. Goiânia: Gráfica e Editora Kelps, 1991. p. 38-42. Goiânia: UCG/SE/GO/ABEU, 1987.

CARDOSO, S. **O olhar do viajante**. In: NOVAES, A. et al. **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

CARVALHO, Maria Meire de; SANT'ANNA, T. **Ações culturais e políticas feministas: a “federação goyana pelo progresso feminino” - um efeito múltiplo da emancipação das mulheres em Goiás (séc. XIX – XX)**. V. 1, n. 9, Cidade de Goiás, 2007. Disponível em: www.nee.ueg.br/seer/index.php/temporisacao/article/view/25/39. Acesso em: 16 set. 2008.

CASTELNAU, F. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. São Paulo: Nacional, 1949.

CHARTIER, R. **Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)**. *Cadernos Pagu* (4) – fazendo história das mulheres, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, p. 37-47, 1995.

CHAUL, N. F. **A construção de Goiânia e a transferência da capital**. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

_____. **Caminhos de Goiás – da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Edufg, 2002.

CODATO, A. **Estado, elites, ideologia e instituições: o Estado Novo no Brasil, de novo**. II ENCONTRO DA REDE INTERNACIONAL MARC BLOCH DE ESTUDOS COMPARADOS EM HISTÓRIA – EUROPA / AMÉRICA LATINA **PENSAR AS ESCALAS DA HISTÓRIA COMPARADA**. 22 a 24 de Outubro de 2008. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – PUCRS -Porto Alegre – Brasil.

CORRÊA, M. da S. N. **Naturalistas e viajantes estrangeiros em Goiás (1800-1850)**. In: CHAUL, N. F. (Org.). **Goiás: identidade, paisagem e tradição**. Goiânia: editora UCG. 2001. p. 75-121.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.

CUNHA, M. O. M. da. ***A entrada do automóvel em Goiás. Estudo sobre a modernização sócio-econômica e sócio-política do sudoeste goiano.*** 2004. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, 2004.

CUNHA NETO, Oscar. ***Rio Verde: Apontamentos para sua história.*** Goiânia: Gráfica e Editora O Popular, 1988.

D'INCAO, M. Â. ***Amor e família no Brasil.*** São Paulo: Contexto, 1989.

DAYRELL, Eliane Garcindo. ***O PCB – GO: 1936 – 1948.*** Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 1984.

DEL PRIORE, M. ***Esquecidos por Deus: monstros no mundo europeu e ibero-americano: uma história dos monstros do Velho e do Novo Mundo (séculos XVI-XVIII).*** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. ***A mulher na História do Brasil.*** São Paulo: Contexto, 1989.

_____. ***Mulheres no Brasil Colonial.*** São Paulo: Contexto, 2000

_____. (org.) ***História das mulheres no Brasil.*** São Paulo: Contexto, 2000.

DIAS, M. O. L. da S. ***Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.*** São Paulo: Brasiliense, 1995.

ELIS, B. ***Ermos e Gerais.*** Goiânia: Editora Oió, 1959.

FARGE, Arlette; DAVIS, Natalie Zemon(Orgs.). ***História das mulheres: do Renascimento à Idade Moderna.*** Porto/São Paulo: Edições Afrontamento/EBRADIL, 1994.

FAUSTO, Boris - ***A revolução de 1930*** In: MOTA, C.G. - Brasil em Perspectiva. São Paulo, DIFEL, 1971

FERNANDES, C. L.; AQUINO, R. L. ***A UDN e PSD goianos: ensaio de história política.*** Goiânia: Kelps, 2005.

FRANÇA, B. T. ***Pioneiros.*** 4. reimpr. fac-similar da 1. ed. Goiânia: Editora da UFG, 1995.

_____. ***Cavalo de Rodas.*** Goiânia: Oriente, 1980..

FREYRE, G. ***Casa-grande & senzala.*** Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1973.

GONÇALVES, A. M. ***A ordenação do ensino público goiano (1889-1930).*** IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO/ A educação e seus sujeitos na História, 2006, Goiânia. Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/index.htm> >. Acesso em: 20 fev. 2009.

GRAHAM, S. L. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro. 1860-1910.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HAHNER, J. E. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940.** Florianópolis: Ed. Mulheres/EDUNISC, 2003.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos impérios.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOUAISS, A.; VILAR, M. de S. **Dicionário de Língua Portuguesa.** Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados de Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2005. p. 2.855.

KULESZA, W. A. **A institucionalização da Escola Normal no Brasil .Rev. bras. Est. pedag.,** Brasília: v. 79, n. 193, p. 63-71, set./dez. 1998.

KURY, L. **Viagens científicas.** Disponível em: <http://catalogos.bn.br/redememoria/viacientifica.htm>. Acesso em: 16 abr. 2008.

LAHUERTA, Milton. Os **intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização.** In A década de 1920 e as origens do Brasil moderno. DE LORENZO, DA COSTA (org) São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

LEAL, Oscar. **Viagem as Terras Goyanas-Brazil Central.** Goiânia: Ed. Da Universidade Federal de Goiás, 1980

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Livros de Viagem (1803-1900).** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

LEITE, M. M. **A condição feminina no Rio de Janeiro: século XIX. Antologia de textos de viajantes estrangeiros.** São Paulo: HUCITEC/Editora da Universidade de São Paulo: 1984.

MACEDO, E. D. V. **Ordem na casa e vamos à luta! Movimento de mulheres no Rio de Janeiro 1945-1964, Lygia da Cunha – uma militante.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro: 2001.

MATOS, M. I. S. de. **Por uma história da mulher.** Bauru: EDUSC, 2000.

MELLO, D. C. **Nos porões do passado. A descoberta de Jataí.** Jataí: Sudográfica, 2002.

MINDLIN, José. **Viajantes no Brasil: viagem em torno dos meus livros.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 4, n. 7, 1991, p.35-54.

MUZART, Z. L. **Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX.** Rev. Estud. Fem. [online], Florianópolis: v. 11, n. 1, p. 225-233, 2003.

NOVAIS, Fernando. **Prefácio e Condições de privacidade na colônia**. In: História da Vida Privada no Brasil. - Vol.1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PAIVA, V. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

PALACIN, L. **Sociedade colonial (1549-1599)**. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1981.

PALACÍN, L. **O século do Ouro em Goiás**. Goiânia: Editora Oriente, 1979.

PEDRO, J. M. **As mulheres e a separação das esferas**. *Revista Diálogos*, Maringá: DHI/UEM, v. 4, n. 4, p. 33-39, 2008.

PERROT, M. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Unesp, 1997.

_____. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru,: EDUSC, 2005

_____. **Os excluídos**. São Paulo: ed. Paz e Terra, 2006.

_____; FRAISSE, G. **Ordens e Liberdades**. In: DUBY, G; PERROT, M. (Org). *História das mulheres no Ocidente*. v. 4. Porto: Afrontamento, 1991.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo:Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976

RAGO, Margareth. **Descobrimo historicamente o gênero**. In: Cadernos Pagu (11). Campinas: UNICAMP, 1998, pp. 89-98.

_____. **Epistemologia feminista, gênero e história**. In. Masculino, feminino, plural . Florianópolis: ed.mulheres,1998

RIBEIRO, R. P. **Sombras no Silêncio da noite: imagens da mulher goiana no século XIX**. In: CHAUL, N. F. (Org.). *Goiás identidade, paisagem e tradição*. Goiânia: Editora da UCG, 2001. p. 25-26.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil**. (1930/1973). Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975.

SALOMON, M. A **propósito da história das mulheres e do gênero: entrevista com Gabrielle Houbre**. *SciELO, Revista de Estudos Femininos*, Florianópolis:v. 12, n. 2, mai./ago. 2004.

SANDES, N. F. **Memória, nação e região: a identidade em questão**. In: CHAUL, N. F. (Org.). *Goiás identidade, paisagem e tradição*. Goiânia: Editora da UCG, 2001. p. 17-23.

SCOTT, J. **História das Mulheres**. In: BURKE, P. (Org): *A escrita da História - novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992. p. 63-96.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A educação da Mulher e da criança no Brasil colônia**. In: *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*, vol. 1 – séc. XVI-XVIII. Petrópolis, RJ: Vozes: 2004.

SOIHET, R. **História das Mulheres**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOIHET, R. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Santa Cruz do Sul: Editora das Mulheres – EDNISC, 2006.

SOUZA, Dalva Borges de. **Violência, poder e autoridade em Goiás**. Goiânia: Ed. da UFG, 2006

TABAK, F. **Autoritarismo e participação política mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. **A Mulher brasileira no congresso nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações, 1989.

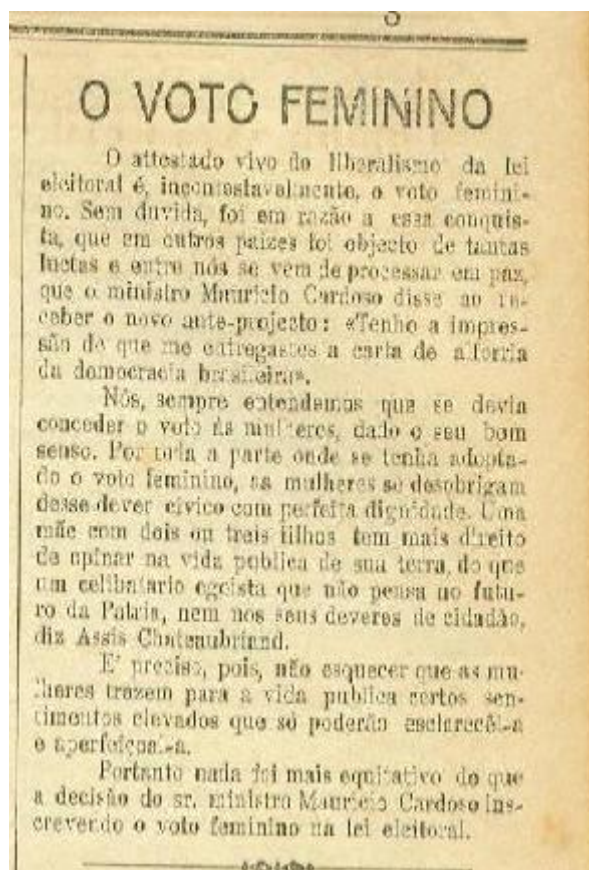
TAVARES, B. M. M. **Gênero e política: a questão feminina no interior do partido comunista brasileiro (1945-1979)** – anais, v congresso de ciências humanas, letras e artes. Ouro Preto: 28 a 31 de agosto de 2001.

_____. (Org.). **História e Sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

VAINFAS, R. (Org.). **Dicionário do Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

ANEXOS

ANEXO I



Artigo do Jornal O Liberal 28 de Fevereiro de 1933.
Arquivo: Museu Histórico Francisco Onório de Campos-Jataí Goiás

ANEXO II

DISCURSO DE UMA CAMPONESA³¹

Na qualidade de estudante sinto-me no direito de expor minhas idéias a respeito do nosso partido, porque como estudante bem posso compreender a grandeza de nosso ideal e o que há de humano e de justo no regimen pelo qual lutamos. Esse regime que será para mim como uma carta de alforria que me livrará do grande torpor em que me achava, como operária pobre que não tinha direito de sonhar um futuro melhor que de todos os camponeses de minha terra.

Antes de ouvir falar no Partido Comunista eu não achava possível imaginar para nós, os habitantes do campo, a possibilidade de um futuro melhor. Mas, eu que para estudar tenho lutado com dificuldades sem conta, e que as vezes me sentia desanimada ante tantos obstáculos a vencer, agora sinto-me forte e esperançada para a luta porque guardo comigo a certeza de que um dia terei oportunidade de concretizar o meu sonho, podendo elevar-me pelo estudo acima do nível cultural a que era obrigada a permanecer por não ter sido assistida pelo deus-milhão.

Porque o nosso partido nos trará a igualdade e o estudo deixará de ser privilégio dos que têm o cofre abarrotado.

Não será para breves dias a transformação, mas para que ela chegue é preciso que trabalhem todos unidos e fortes e que não visemos somente o nosso próprio benefício, mas o benefício geral do povo brasileiro.

Companheiros, eu, como camponeza que sou, que nasci, cresci e tenho vivido na fazenda, no convívio com os sertanejos pobres da minha terra bem posso dar-lhe uma idéia do que é a vida para meus infelizes conterrâneos.

Desde a infância tenha acompanhado de perto o mourejar constante dos roceiros e a grande miséria que sempre tem habitado em nossos sertões transformando os habitantes do campo em seres a parte que não têm direito a nada, senão ao trabalho rude e penosos dos eitos.

³¹ Discurso feito por Maria Eloá em reunião do Partido, que foi publicado na integra pelo Jornal O estado de Goiás, 12.09.45, p.1.(arquivo de Maria Eloá).

E com tudo não se pode dizer que os sertanejos não sejam capazes de grandes cousas. Quantas inteligências lúcidas não conheço nos invios sertões serranos.

Mas la não existe escolas e nenhum meio ha dessas inteligências se desabrocharem para serem úteis a si mesmas e aos outros. E ali crescem crianças vivazes que se transformam em jovens indiferentes a tudo que não seja o cultivo da terra e a criação de gado e que são explorados e prejudicados em seus interesses.

Pois, amigos, foi pensando em tantos companheiros,que como eu nasceram em tão precárias condições que fiz a mim mesma o protesto solene de trabalhar, lutar e fazer algo pela nossa emancipação, pela emancipação das classes pobres da minha terra!

E faço um apelo a todos os jovens e a todos como eu que têm um alvo na vida, para que unam os seus esforços aos nosso para batalharmos pela queda completa da miséria, do infortunio e da injustiça.

A nós, às moças e as mulheres, cabe a grande parte do trabalho a realizar,e eu concito a todos que sentem a grandeza do momento e que pensam algo acima desse mundanismo idiota, a vir colaborar conosco na profunda certeza que o Partido Comunista implantará no Brasil o mais profundamente desejamos – a igualdade!

ANEXO III

Entrevista de Isabel³²

“O Núcleo foi lá mesmo. Foi um grupo até forte, foi um grupo até forte. E , depois, naquele tempo lá, a gente tinha muita amizade porque, aquela gente freqüentava aquela sociedade ali, né ? A gente era, mais ou menos bem visto, porque, eu tinha sido professora, trabalhava na prefeitura, tudo isso. Então a gente tinha muita amizade e, aquilo ali foi crescendo, você sabe ? porque o que eles viam que a gente, antes, tinha levado uma vida, assim, de trabalho, uma vida honesta e tudo isso era uma bandeira, né ? Então, se faluno de tal é assim, tudo isso e, adotou, tá mudando, deve ser uma coisa certa, uma coisa justa. Agora os padres, o bispo, inclusive, fazia muita guerra. Minha vó, era muito católica é... o bispo lá era, inclusive, que era espanhol, e dizem que ele era um fascista, não sei, nunca...vi D. Germano, ele queria até arregimentar moças lá “filhas de Maria” pra fazer comício contra mim, fazer coisas na praça. A gente sempre ouvia esse zumzum-zum mas, nunca chegou a acontecer, você sabe ? Sempre havia isso, ele sempre influía muito na minha vó. Minha vó chegava lá em casa, com livros da igreja e benzendo as coisas lá em casa, chorando e falando, fazia aqueles escândalos, aquelas coisas, sabe? Em casa, então, era desse jeito, por causa da igreja, porque ela ia lá e se queixava que nós távamos metidos em coisa do demônio, que nós távamos fazendo isso aquilo, que ele falava: “Eu não agüento mais”. Porque ai, depois, entravam, a gente conhecia todo mundo. Então, aqueles pedreiros, aquela gente simples, porque lá não tem industria, então, tinha que ser esses trabalhadores, né ? Era gente que capinava na rua, e pedreiro, essa gente, que vinha pra entrar pro partido. Aquela gente lá em casa e, tinha aquela confiança, até que tinha um médico lá, que falava: “Isabel até ta bancando o médico, qualquer hora, eu vou processar, porque ele vai receitar qualquer coisa. “porque, tinha filha passando mal, então, tudo ia lá em casa: “Cadê a companheira Isabel, ta ai ?”. chegava lá, entrava, se tava com vontade de comer, ia lá na prateleira, tirava uma fruta, qualquer coisa e, minha vó falava: “meu Deus do céu! A Isabel é louca igual ao pai dela, eu nunca vi acontecer uma coisa

³² Entrevista concedida por Isabel José dos Santoa à Eliane Dayrell, em 23/02/83, na cidade de São Paulo.

dessas. Estou aqui em casa, agora chega um homem aqui, entrando pela casa a dentro, pegando as coisas, assim, como se fosse casa de ninguém”. A minha vó chorava por causa dessas coisas, você sabe? Mas, todo: “Ô, dona, como vai a senhora?” fazia um agradozinho, qualquer coisa por ela e, ia passando, você sabe? Era desse jeito. Então, não tinha ninguém que foi de fora. O grupo, fomos nós mesmos.

Depois que passou prá legalidade, que organizamos, que naquele comício que houve, do Luis Carlos Prestes, entrei em contato com a turma de Uberlândia, entrei com a de Goiânia, ai, o Juca... fiquei conhecendo o Juca, o Abraão, ai, eles me falaram que tinha que ser ligado a Goiás, né? Que o partido pertencia a Goiás, tudo isso, e, logo depois, eu recebi carta de Juca e, tudo isso, a gente então, formou o comitê. E, quando nos formamos, nós tínhamos até o apoio, naquele tempo, o juiz de lá, era esse que hoje é desembargador, Parayba Santana, não é? Então, ele também, era, assim, meio de esquerda. Então, ele era amigo da gente, os filhos deles, os meninos iam lá estudar na escola, junto com aqueles velhos lá da alfabetização, lá, de noite, lá na escola, tudo isso. Ele dava, assim, um apoio velado lá pra gente, você sabe? Então, tinha muitas... tinham mulheres, também, que trabalhavam lá, uma que trabalhava de servente na prefeitura, que morreu, chamava Dorvalina, também lutava, ela fazia cafezinho, limpava a prefeitura. E, mulheres daqueles companheiros nossos lá, que eram de construção civil, desse serviço de marcenaria. Naquele tempo, nós conseguimos arregimentar muita gente. Depois, conseguimos na campanha eleitoral, esitar e integrar, nessa campanha, até, assim, pequenos fazendeiros, gente assim, da zona rural, que nós fizemos essa penetração, porque eles convidavam a gente e, nós fomos, assim, pra lá falando: “Nós vamos visitar tal distrito,” não. Tinha um fazendeiro lá, Pedro Bandeira, que convidava: “vocês vão lá, que eu vou fazer um churrasco na fazenda, vocês vão, leva todo mundo”. A gente enchia aquele caminhão e cá pra lá, você sabe? Bom, ai, já na legalidade, nós já tínhamos os livros, tudo isso. Distribuía os livros e, lia bastante.

...É. Eu recebi carta anônima de umas pessoas, ameaçando de morte que, tanto que...quando eu tinha um primo que vinha sempre aqui, em São Paulo, quando ele batia lá, nós não tínhamos arma e, minha irmã, quando abria a porta perguntava: “quem é?” a gente ficava com a mão de pilão, assim, pra ver se a gente se defendia. Porque as vezes, em Jataí, apagava a luz, a cidade ficava, completamente, às

escuras, né? E, eu vivia recebendo carta de ameaça de morte mas, não ligava pra aquilo, aliás, muitas anônimas, a gente sabia quem escrevia lá. Quem era o anônimo, né? (risos)

Quem era o anônimo... Um farmacêutico, um reacionário, tinha ódio da gente. Faziam horrores com a gente lá, com cartas anônimas, com ameaças, enfim, faziam horrores mas, a gente não dava bola, né? Tinha aquela coragem...

Escuta aqui, mas, a gente que fazia oposição assim, era que tipo de gente, hem? Assim...

Era gente que falava que nós íamos é... Tomar conta, tomar as coisas dele, repartir, que nós távamos querendo tomar o que eles tinham e, dar pro outros, sabe como é que é? Essa bobagem. Que o partido Comunista ia lá, que tomava a casa deles, tomava o que eles tinham, se era loja, se era objeto, se era isso, se era aquilo, começava a propagar isso. Era um farmacêutico, inclusive, filho daquele senhor de quem meu irmão foi gerente da loja lá.

...Olha menina, era bastante gente, mas às vezes, a pessoa se inscreve, né? Dali que começa aquela politização, tudo tinha... Eu não estou me lembrando não, mas, tinha bastante gente. Deixa ver... Eu não sei mas devíamos ter, inscritos mesmo, na hora de você fazer a ficha, porque muita gente tinha medo, porque fala: "amanha ou depois essas fichas vão cair em poder da policia", todo mundo lá fica com receio. Falava: "Eu faço o que for preciso, faço tudo mas, agora, de entrar pra assinar a ficha, eu não assino". Muita gente falava assim, não é? Agora, aqueles que entravam: "Não, assino mesmo, tou pro que der e vier, não tem importância nenhuma"...

Então, cada um tinha que ficar onde estava. A não ser numa oportunidade que você ia numa festa, assim, que você pudesse entrar em contato. Eu me lembro que a gente ia, às vezes em terço na roça, pra poder entrar em contato com os outros. Entrava naqueles terços... que tinha um terço numa festa, que eles iam convidar a gente pra ir num lugar, a gente ia lá pra participar daquela festa, pra depois falar com eles, naquela luta que eles tinham...

Tínhamos. Nessas festas, tínhamos. Ai, começaram a falar e, lá em Jataí, eu me lembro começaram a criticar e falavam: "Puxa! Agora não tem cotação, nada, nem padre, nem nada". Nós tirávamos esse terço lá, fizemos pra poder rezar, cantava com eles, participava daquelas festas, depois, a gente, daquela festa aproveitava, falava, né? Que a gente tava se organizando, tudo isso, precisava de

melhorar a vida, porque a vida não era daquele jeito, que eles trabalhava de sol a sol, aquela vida dura, que isso e aquilo e, pregava aquelas coisas, assim, em miúdo, de acordo com o entendimento deles. Que se a gente não se unisse, não se organizasse, nunca ia sair daquilo, não ia ter escola, eles nunca iam sair do cabo da enxada, né? Ter uma lavoura, assim, melhor, que pudesse produzir pra vender. E, a gente procurava convencer e falar dessa maneira, assim, muito discreta, não falando muito. Depois, é que a gente ia e, “pra isso tem que ter um partido e, o único que luta pra isso é Partido Comunista. O partido Comunista não é como eles andam falando por ai, que vão tomar as mulheres, as mulheres vão ser todas prostitutas, uma mulher pertence a todos os homens e isso e aquilo”. A gente tinha de desfazer, porque era uma campanha difamatória tão grande, eles falavam: “Partido Comunista”... porque, nos tempos da ilegalidade, lá em Jataí, teve um senhor lá, diz que ele... falava muito, era muito simpatizante do Partido Comunista, na ilegalidade e, ele era um doente, assim, então, aconteceu uns casos com ele lá, ele se casou com uma viúva, depois, ele prostituiu as filhas da viúva, andou tendo uma porção de casos. Todo mundo falava: “Ta vendo? Comunismo é aquilo, como vez o A. V.”. fazia aquilo como uma difamação, até nesse período. Era duro, essa luta. Então, você ta vendo. Mas depois eles viam que a gente estava lutando, era gente que tinha outra moral, tudo isso. Eles já não tinham tanto medo. Mas antes, eles achavam que o comunismo era isso, um chega assim, e, pega a mulher do outro e pode morar, que a mulher é comum a todos. Era isso que eles faziam, comunismo é isso... ”chega aqui na sua casa, leva a sua mulher, sua filha e, vai dormir com ela e pega a mulher do compadre”... essa era a campanha que eles faziam lá. Ai, o pessoal ficava mais amedrontado.

Tinha mais que desfazer a campanha, pra depois, você fazer alguma coisa, plantar alguma coisa. Era esse absurdo, você sabe? E, eles chegava a mandar... uma vez que o prefeito sauí, eu estava na prefeitura, eu fiquei respondendo pelo expediente. Ai, tinha gente lá, tão maldosa, na cidade pequena, organizou uma porção de gente, e foi lá, na prefeitura. Quando eu vi aquele mundão de gente lá, que era pra pedir, né? Porque, eu era do Partido Comunista, que era pra mim distribuir e dar um pedaço de terra pra cada um e fazer...

... Fazer aquilo, lá na prefeitura. Ai, eu expliquei pra eles: “A gente pode conseguir isso mas, se vocês todos se unirem, né? Se vocês tiverem consciência, lutarem. A gente, no futuro, porque, eu também não tenho, eu estou aqui,

trabalhando, agora, quem mandou fazer isso aqui, procurou tirar você do serviço e tudo e, quis até fazer zombaria, com vocês, mas, vocês tem que organizar, a gente tem que se unir, então, a gente vai conseguir. Mas não é... porque eu não tenho terra, eu não tenho uma terra agora, pra distribuir, a terra ta na mão dos grandes fazendeiros. Agora, nós vamos nos unir, que depois, quando a gente lutar pra vir a reforma agrária, que será feita por lei, para cada um ter seu pedacinho, que até hoje não tem, né?